



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB
MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA – MPB

MARILUCE DE SOUZA CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DO
LIVRO, DA LEITURA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR E DAS DIRETRIZES DAS
BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA
(ES)**

Rio de Janeiro, RJ

2024

MARILUCE DE SOUZA CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DO
LIVRO, DA LEITURA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR E DAS DIRETRIZES DAS
BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA
(ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade

Orientadora: Profa Dra Daniele Achilles Dutra da Rosa

Rio de Janeiro, RJ

2024

CC824p Corrêa, Mariluce de Souza
Políticas Públicas para Bibliotecas: implantação da
Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar e das
Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de
Ensino de Vitória (ES) / Mariluce de Souza Corrêa. -- Rio
de Janeiro, 2024.
124

Orientadora: Profa Dra Daniele Achilles Dutra da Rosa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Biblioteconomia, 2024.

1. Biblioteca Ecsolar. 2. Políticas Públicas. 3.
Prefeitura Municipal de Vitória?ES. I. Rosa, Profa Dra
Daniele Achilles Dutra da , orient. II. Título.

MARILUCE DE SOUZA CORRÊA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS: IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DO
LIVRO, DA LEITURA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR E DAS DIRETRIZES DAS
BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE VITÓRIA
(ES)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Biblioteconomia
(PPGB) no Curso de Mestrado Profissional
em Biblioteconomia (MPB), da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro.

Aprovado em: 22 de agosto de 2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DANIELE ACHILLES DUTRA DA ROSA**
Data: 29/08/2024 13:31:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Daniele Achilles Dutra da Rosa – Orientadora
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS LEANDRO FREITAS HUBNER**
Data: 29/08/2024 15:52:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Marcos Leandro de Freitas Hübner (Titular Interno)
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Documento assinado digitalmente
 **LUCILEIDE ANDRADE DE LIMA DO NASCIMENTO**
Data: 03/09/2024 15:45:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento (Titular Externo)
(Universidade Federal do Espírito Santo- UFES)

Profa. Dra. Dayanne da Silva Prudêncio (Suplente Interno)
(Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO)

Profa. Dra. Gleice Pereira (Suplente Externo)
(Universidade Federal do Espírito Santo- UFES)

*Uns confiam em carros e outros em cavalos, mas nós
faremos menção do nome do Senhor nosso Deus.*

Salmos 20:7

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador da minha vida, a quem sirvo e creio que está no controle de todas as coisas. Que me sustenta nos momentos difíceis e prepara o melhor para mim.

Ao meu marido Leonardo Borges, que foi mais que um companheiro e um grande incentivador. Que acreditou seria capaz de cursar o mestrado e esteve ao meu lado em todos os momentos.

A minha amada Igreja Batista Videira, que souberam me acolher e suportar minhas ausências. Em especial, aos Pastores Jadson Preciso e Maria Precioso, que sonharam comigo.

Ao meu grande amigo Abel Lucas que me apoiou, me orientou e me ajudou a acreditar que esse sonho era possível.

Aos meus amigos cariocas da Família Torres que ensinaram que o Rio de Janeiro é lindo; ao Guilherme e Renata que dividiram comigo a ansiedade e os desafios do mestrado.

Em especial, às amigas de profissão Andréa Gonçalves, Elane Uliana, Fabiana França e Roberta Falcão que iniciaram essa construção e que me incentivaram a lutar por mais políticas públicas para as bibliotecas escolares da PMV.

A minha orientadora Daniele Achilles, que soube conduzir com maestria meu retorno à vida acadêmica, traçando sempre novos objetivos com sabedoria e discernimento.

RESUMO

Trata da identificação das ações realizadas nos anos de 2021, 2022 e 2023, pela Rede de Bibliotecas Escolares das Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Vitória–ES, com vistas a implementação de diretrizes elaboradas por meio da Secretaria Municipal de Educação de Vitória–ES. Utiliza a pesquisa documental e bibliográfica, com abordagem quali-quantitativa, com objetivos exploratórios e descritivos. Visa investigar como se deu o processo de implementação das diretrizes, considerando os diversos contextos situacionais das bibliotecas escolares. Discorre sobre as bibliotecas escolares brasileiras, com uma breve conceituação de rede de bibliotecas e apresenta a Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vitória na atualidade. Anuncia a *“Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar”* e as *“Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória”* com suas concepções metodológicas, seu processo de redação e suas perspectivas e desafios. Relata os procedimentos executados conforme as normativas elaboradas, com corte temporal dos últimos três anos e propõe hipóteses de metodologias de ações para contemplar a totalidade implementação das políticas educacionais. Demonstra os resultados iniciais de sua implementação diante da aplicação dos recursos financeiros e tecnológicos; dos programas de treinamento e do acompanhamento do desempenho das funções. Divulga minuta de Projeto de Lei Municipal como produto educacional.

Palavras-chave: Biblioteca Escolar, Políticas Públicas, Rede de Bibliotecas Escolares, Prefeitura Municipal de Vitória–ES.

ABSTRACT

It identifies the actions carried out in 2021, 2022, and 2023 by the School Library Network of the Municipal Elementary Schools of Vitória-ES, with a view to implementing the guidelines drawn up by the Vitória-ES Municipal Department of Education. It uses documentary and bibliographical research, with a qualitative-quantitative approach and exploratory and descriptive objectives. It aims to investigate how the process of implementing the guidelines took place, taking into account the different situational contexts of school libraries. It discusses Brazilian school libraries, provides a brief conceptualization of library networks, and presents the current School Library Network of the Municipality of Vitória. It announces the “Book, Reading, and School Library Policy” and the “Guidelines for School Libraries in the Vitória Municipal Education Network,” detailing their methodological conceptions, drafting process, prospects, and challenges. It reports on the procedures carried out in accordance with the regulations, covering the last three years, and proposes hypotheses for action methodologies to ensure the full implementation of educational policies. It demonstrates the initial results of its implementation in terms of the application of financial and technological resources, training programs, and the monitoring of job performance. Finally, it publishes a draft Municipal Bill as an educational product.

Keywords: School Library, Public Policies, School Library Network, Vitória/ES City Hall.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Resultado da Pesquisa nas Bases de Dados.....	20
Quadro 2 - Principais Referenciais Teóricos	27
Quadro 3 - Quantidade de escolas por região.....	38
Quadro 4 - Bibliotecas Escolares que compõem a Rede	42
Quadro 5 - Conteúdo do Processo Formativo de Bibliotecários de 2023	61
Quadro 6 - Valor do repasse de recurso para equipamentos periféricos	69
Quadro 7 - Valor de repasse de manutenção de acervo anos 2022 e 2023	76

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do município de Vitória.....	37
Figura 2 - Localização das Escolas de Municipais de Ensino Fundamental	38
Figura 3 - Evento de Lançamento da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar	40
Figura 4 - Composição do Grupo de Trabalho de Bibliotecárias	41
Figura 5 - Grupo de estudo encontro formativo 01/2022	88
Figura 6 - Grupos de estudo encontro formativo 02/2022	88
Figura 7 - Grupos de estudo encontro formativo 03/2022	89
Figura 8 - Palestrante dos encontros formativos – 2023	91
Figura 9 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 01/2023	91
Figura 10 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 02/2023	92
Figura 11 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 03/2023	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Recebimento do Recurso para Aquisição de Periféricos.....	72
Gráfico 2 - Evolução da Catalogação dos acervos das bibliotecas (2022-2023).....	73
Gráfico 3 - Repasse de Recurso para Manutenção de Acervo (2022-2023).....	80
Gráfico 4 - Quantidade de exemplares inseridos no sistema de gerenciamento de acervo (2021 a 2023)	82
Gráfico 5 - Quantidade de empréstimos realizados (2021 a 2023)	83
Gráfico 6 - Evolução do número de empréstimos por escola (2022-2023)	84
Gráfico 7 - Assessorias técnicas realizadas (2021 a 2023).....	95

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa.....	14
1.2 Problema de Pesquisa	16
1.3 Objetivos	16
<i>1.3.1 Objetivo Geral</i>	<i>17</i>
<i>1.3.2 Objetivos Específicos</i>	<i>17</i>
1.4 Procedimentos metodológicos	17
1.5 Descrição dos procedimentos técnicos utilizados na pesquisa.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
3 BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA	29
3.1 Redes de Bibliotecas Escolares	34
<i>3.1.1 Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema de Ensino Municipal de Vitória - ES</i>	<i>37</i>
4 “POLÍTICA DO LIVRO, DA LEITURA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR” E “DIRETRIZES DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE VITÓRIA”	47
4.1 Concepções metodológicas.....	47
4.2 Processo de redação	50
4.3 Agentes envolvidos	51
4.4 Desafios e perspectivas.....	55
5 PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE NORMATIVAS	58
5.1 Ações relacionadas ao acervo	58
5.2 Ações relacionadas ao trabalho do bibliotecário.....	60
5.3 Ações da gestão educacional	63
6 METODOLOGIA DAS AÇÕES PREVISTAS.....	65
6.1 Estudo de Usuários.....	65
6.2 Avaliação dos Serviços	66
7 INVESTIMENTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS	68
7.1 Acesso tecnológico	68
7.2 Manutenção dos acervos.....	75
7.3 Formação continuada	86
7.4 Assessoria técnica.....	94

8 POLÍTICA DE GOVERNO VERSUS POLÍTICA DE ESTADO: elaboração de minuta de projeto de Lei Municipal	99
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
Referências	107
ANEXOS	113
ANEXO I - PRODUÇÃO ACADÊMICA E TÉCNICA	114
ANEXO II - CERTIFICADO DE FORMADOR/ORGANIZADOR	115
ANEXO III - PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO	116
ANEXO IV - PRODUTO DA DISSERTAÇÃO: MINUTA DE PROJETO DE LEI	117

1 INTRODUÇÃO

Em um país como o Brasil que possui dimensões continentais, tratar de políticas públicas voltadas a consolidar ações em todo território nacional se torna desafiador, porém necessário. Secchi (2013) define o termo “política pública” elucidando alguns pontos importantes:

Uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.

Uma política pública possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público; em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (Secchi, 2013, p.2).

A seguridade do amplo acesso a bens e serviços, com vistas ao favorecimento de todos os cidadãos, está no contexto de ações que movem a criação de uma política. Cançado, Barros e Barros (2021) ressaltam que uma política pode ser expressa por meio de leis, decretos, programas de governo, diretrizes que tem o foco no favorecimento do bem comum à sociedade.

É interessante observar que, nos casos que a proposta de criação de normativas surjam de entidades sociais organizadas, é por meio da ação do Estado, no que tange aos poderes instituídos, que se oriunda a maioria das iniciativas de criação de políticas (Araújo, 2021).

Abordar a temática de política pública não é tarefa fácil, principalmente ao tratarmos de bibliotecas associadas às instituições de ensino gerenciadas pelo Estado, quer nos âmbitos municipais, estaduais ou federais. Campello *et al.* (2012) retrata a precariedade das bibliotecas escolares brasileiras com relação a funcionamento, recursos humanos e financeiros, acervos, serviços, espaços físicos, dentre outros, e aponta diretrizes, ações políticas e programas como possíveis ações que poderiam amenizar a situação apresentada.

O contexto brasileiro das bibliotecas escolares apresenta-se fragilizado por problemas relacionados à ausência de bibliotecários, de recursos financeiros, de políticas públicas. As indagações surgem por meio de bibliotecários, de professores e demais usuários desses espaços de aprendizagem. Como garantir, por meio de políticas públicas, a manutenção da biblioteca escolar? Existe responsabilidade de

bibliotecários e demais profissionais que fazem uso desse espaço, em apontar ao poder público um percurso na seguridade de acesso ao livro para os estudantes?

Campello (2015) aponta em suas pesquisas sobre as bibliotecas escolares brasileiras um descaso com esse ambiente. As iniciativas de boas práticas nas bibliotecas escolares estão, na sua maioria, na região sul e sudeste, concentrada nas instituições de ensino privadas. No que tange sobre as bibliotecas escolares no ensino público, o cenário encontra-se desolador. Muitas vezes funcionando como depósitos de livros, com estruturas físicas comprometidas, sem profissional preparado para atuar nesse ambiente, com acervos constituídos sem critérios de seleção, adquiridos por meio de doações e políticas públicas quase inexistentes.

É importante refletir sobre os aspectos contraditórios da biblioteca escolar. Côrte e Bandeira (2011) apontam esse espaço como promotor do incentivo à leitura reflexiva, proporcionando ao estudante uma apropriação de sua visão de mundo e Durban Roca (2012) destaca a promoção da prática de leitura como um dos objetivos da existência da biblioteca escolar. No entanto, ao se deparar com esses ambientes nos espaços escolares, pode ser observada ausência de subsídios para embasar o discurso acadêmico e político. Nesse aspecto, entende-se a necessidade de uma junção de fatores que realmente propicie o incentivo à leitura a partir desse espaço.

É nesse pano de fundo que este estudo constitui-se. Abordar o tema de bibliotecas escolares que remete a variáveis distintas e fundamentadas em diferentes esferas de atuação aponta a relevância desta pesquisa no Brasil e em particular, no estado do Espírito Santo (ES). Na região conhecida como Grande Vitória, que compreende os municípios de Vitória (capital), Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana e Guarapari, encontramos iniciativas municipais de constituição de bibliotecas nas escolas públicas de ensino fundamental. Os municípios de Vitória e Vila Velha caminham em alinhamento à Lei n.º 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares brasileiras (Pereira; Rodrigues Sobrinho; Girelli, 2020).

Aprofundando as discussões, é possível refletir sobre as necessidades de construção de políticas públicas para as bibliotecas escolares, que amplia a composição para além de livros e bibliotecários. Há de se pensar em todas as dinâmicas que acontecem nesse espaço e que devem ser discutidas em várias instâncias, incluindo as das políticas públicas. A manutenção das bibliotecas no ambiente escolar requer diretrizes que propiciem o êxito na sua proposta de criação. É com base em toda essa conceituação que essa pesquisa fundamenta-se e ilumina

o olhar para a experiência da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV-ES), que por meio da Secretaria Municipal de Educação (SEME) criou diretrizes para as bibliotecas escolares de sua Rede de Ensino, já disponibilizadas por meio do seu portal institucional.

Como requisito de qualificação, serão apresentadas as estruturas gerais que marcam o início desta pesquisa, e, que, contemplam a justificativa, os objetivos geral e específicos; a metodologia para o desenvolvimento da pesquisa e o referencial teórico, no intuito de estruturar a composição da dissertação como capítulos iniciais a serem analisados no exame de qualificação.

Por definição, esta pesquisa se insere no campo das Ciências Sociais Aplicadas e apresenta abordagem descritiva e exploratória quanto aos seus objetivos. Para tal, a pesquisa utiliza como procedimento técnico a pesquisa documental e bibliográfica, marcando delineamento qualitativo e quantitativo. Assim, é importante ressaltar que a coleta de dados foi extraída de registros internos da SEME, constante nos sistemas de gestão pedagógico e de acervo. E, no que tange à pesquisa bibliográfica, o levantamento foi realizado em bases de dados específicas da área de biblioteconomia e ciência da informação.

Uma pesquisa atrelada a um mestrado profissional, como esta, requer o desenvolvimento de produtos e, nesse sentido, foram definidos os seguintes produtos: a dissertação, um estudo científico com propostas para implementação das normativas estipuladas para as bibliotecas escolares, que podem gerar impactos diretos aos frequentadores do ambiente escolar; e, a minuta de um projeto de Lei (segundo produto), a ser encaminhado para a Câmara de Vereadores de Vitória, para apreciação dos legisladores municipais. Tais produtos, de certa forma, apoiam o trabalho que vem sendo desenvolvido na SEME, com vistas nos documentos criados coletivamente, tais como: a Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar e as Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória. A seguir encontram-se os motivos que justificam esse corte investigativo.

1.1 Justificativa

A biblioteca escolar é vista como espaço de ensino-aprendizagem e intimamente associada com a formação do hábito/gosto pela leitura nos estudantes, principalmente. Vários estudos desenvolvidos por Campello *et al.* (2012), Kuhlthau

(2013), Sala e Castro Filho (2020) apontam a necessidade de estrutura e gerência desses ambientes a fim de ter êxito na sua proposta pedagógica de criação.

Para assumir essa característica pedagógica, a biblioteca necessita que seus aspectos gerenciais estejam bem planejados e executados, devendo apresentar estrutura física adequada, pertinência na composição da coleção, serviços oferecidos eficientemente e incorporação de recursos tecnológicos disponíveis. Tudo com vistas a proporcionar aos seus frequentadores um ambiente favorável à busca pela informação e permanência no espaço.

Diante dessa perspectiva, voltou-se o olhar para a Rede de Bibliotecas Escolares da Prefeitura de Vitória, a qual é campo de atuação profissional desta pesquisadora há 17 anos. Durante esse tempo de atuação, vários cenários se apresentaram para as bibliotecas escolares, porém um ponto recorrente foi a ausência de consolidação de ações comuns. Mesmo diante de várias tentativas nessa direção, as iniciativas propostas não lograram êxito, ficando estagnadas ou caminhando lentamente a ponto de cair no esquecimento.

No entanto, não se pode afirmar que não houve avanços em outras áreas. Há de se destacar algumas condições apresentadas por essa rede (leia-se o quantitativo de “X” escolas e “Y” bibliotecas), que se destacam no cenário capixaba e brasileiro: todas as escolas de ensino fundamental apresentam no seu quadro de recursos humanos a vaga de um bibliotecário; o gerenciamento de acervo é realizado por um sistema automatizado e interligado às bibliotecas (Pergamum); existe um bibliotecário que atua no órgão central da SEME, que auxilia na organização das atividades nas escolas.

O corte temporal dessa pesquisa está relacionado aos anos de 2021, 2022 e 2023, e se destaca por apresentar avanços substanciais que subsidiaram o trabalho do bibliotecário, em sua atuação na escola. Todas as bibliotecas escolares foram equipadas com computadores novos, leitores de código de barras e impressoras; houve um investimento direto de recurso para a manutenção dos acervos, que se tornou uma proposta anual de repasse e iniciativas de construção de diretrizes foram propostas, escritas e estabelecidas.

Agora, se propõe a investigação sobre as ações em prol da implementação das diretrizes, e como elas contemplam os diferentes contextos situacionais dessas bibliotecas. Ao avançarmos nesse estudo, (re)colocamos o município de Vitória em evidência no panorama brasileiro, pois já é exemplo de capital que cumpre a Lei

Federal 12.244/2010 (Vitória, 2023) de universalização das bibliotecas escolares, e agora alavanca as propostas na consolidação de políticas públicas para bibliotecas escolares.

1.2 Problema de Pesquisa

Ao observar a realidade brasileira, no tocante a sua constituição histórica, é notório que há lacunas diante da temática de garantias de direitos. Tais aspectos se tornam evidentes ao observarmos sob o prisma de igualdade no acesso à educação, cultura e lazer. Trilhando esse caminho, as bibliotecas públicas, que enfrentam a falta de investimentos em diversas áreas, em sua maioria, apresentam um cenário de precariedade no que tange a serviços e acervos, o que muitas vezes as tornam sem atrativos para a população.

Em relação às bibliotecas públicas escolares, o cenário é ainda mais desafiador. Nesse sentido, uma série de questionamentos podem ser levantados e destaca-se: Como garantir que esse espaço (de aprendizagem) dentro das escolas de ensino fundamental possam se tornar ambientes propícios ao incentivo à prática de leitura e pesquisa, com acesso a tecnologias e conhecimento? É possível estabelecer uma proposta que consiga atender às necessidades de uma Rede de Bibliotecas Escolares, em especial a Rede de Bibliotecas Escolares do Ensino Municipal de Vitória?

A partir dos questionamentos secundários expostos e desse olhar sensível, essa pesquisa visa responder ao seguinte problema: *como se deu o processo de implementação da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar e das Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória considerando os diferentes contextos situacionais?*

Para responder o seguinte problema, propõe-se a hipótese de que a identificação das ações realizadas ao longo dos anos de 2021, e 2022 e de 2023, considerando dados qualitativos e quantitativos, têm se convertido em força motriz para o desenvolvimento e estabelecimento de políticas públicas para bibliotecas escolares, diante dos diferentes contextos situacionais das bibliotecas vinculadas ao sistema municipal de ensino de Vitória/ES.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

O Objetivo Geral desta pesquisa é identificar as ações da criação de políticas e diretrizes no âmbito das bibliotecas escolares no município de Vitória, que poderão se converter em políticas públicas, durante o período de 2021 a 2023.

1.3.2 Objetivos Específicos

Nessa direção, segue como objetivos específicos os seguintes desdobramentos:

- a) Traçar um breve panorama das bibliotecas escolares brasileiras na perspectiva das escolas públicas, incluindo o município de Vitória;
- b) Apresentar as normativas para bibliotecas públicas escolares do município de Vitória;
- c) Identificar as ações realizadas, no período de 2021 a 2023, para criação e implementação das diretrizes nas bibliotecas escolares;
- d) Elencar propostas que contemplem implementação de diretrizes a bibliotecas escolares com contextos situacionais distintos;
- e) Propor iniciativas que possibilitem legalmente a criação de políticas públicas para as bibliotecas escolares;
- f) Verificar os procedimentos desenvolvidos na esfera da implementação das normativas municipais.

1.4 Procedimentos metodológicos

Por se tratar de uma pesquisa no campo das ciências sociais aplicadas, descortinam-se as ações de estabelecimento de políticas e diretrizes implementadas na rede municipal de ensino de Vitória–ES. Os procedimentos metodológicos têm suas vertentes voltadas a técnicas e procedimentos que atendam a esse campo. O objeto de estudo das ciências sociais aplicadas, mais especificamente da biblioteconomia e biblioteconomia escolar, tem relação com os fatos sociais que não devem ser tratados apenas com objetividade, afinal muitos elementos subjetivos constituem os processos e dinâmicas dos saberes e fazeres das instituições.

Nesse contexto, é possível dizer que o objeto de estudo e o pesquisador estão envolvidos em uma trama complexa que admite emoções, reações, sentimentos, intenções, imbuídos assim de influências diversas. As pesquisas nas ciências sociais aplicadas possuem algumas peculiaridades que diferem das pesquisas das ciências exatas, por exemplo. Entretanto, toda a subjetividade não invalida a pesquisa científica. Só há de ser observada a relação sujeito-objeto com maior cuidado (Gil, 2008).

Em termos gerais, a forma clássica de classificação das pesquisas científicas são quanto ao procedimento, ao objetivo e à natureza (Pradanov; Freitas, 2013). Quanto ao procedimento, esse estudo é classificado, em primeira instância, como **pesquisa documental**, que, segundo Marconi e Lakatos (2017), funciona como fonte primária de informação. Às autoras destacam que nesse tipo de abordagem, podem ser extraídas informações a partir de fontes escritas ou não, fontes primárias ou secundárias, contemporâneas ou retrospectivas. Os registros das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES têm sido obtidos por meio de documentos internos (sistemas, relatórios, pareceres, normativas, comunicações) da Secretaria de Educação e dos registros internos das escolas. A consulta se refere ao seguinte corte temporal: 2021 até 2023. Em segunda instância, o procedimento é classificado como **pesquisa bibliográfica**, ao buscar inicialmente levantar referenciais teóricos que abordam o tema que tem relação com a pesquisa desenvolvida (Marconi; Lakatos, 2017). Assim:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2017, p.136).

Dialogando com Severino (2017), é possível encontrar em Marconi e Lakatos (2017) uma ressonância, já que os autores ampliam o olhar para a gama de materiais disponíveis na realização desse tipo de pesquisa, também denominada de fontes secundárias, que

[...] abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos

[...] Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritas de alguma forma. (Marconi; Lakatos, 2017, p.216).

Gil destaca que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (Gil, 2008, p. 50).

Quanto à abordagem, a pesquisa define-se como mista por estar embasada em duas tipologias de dados: os quantificáveis e os mais subjetivos que relevam o corte qualitativo. Diante da complexidade dos dados, a adoção de um único método de abordagem, mesmo no campo das ciências sociais aplicadas, pode se tornar inadequado ou insuficiente, além disso, o posicionamento misto pode proporcionar maior compreensão do problema de pesquisa (Creswell, 2010).

A pesquisa com métodos mistos combina os métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos e tem por objetivo generalizar os resultados qualitativos, ou aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos, ou corroborar os resultados (qualitativos ou quantitativos) (Galvão; Pluye; Ricarte, 2018, p. 8).

Diante da natureza da pesquisa, podemos classificá-la como aplicada, pois a proposta tem como foco apontar caminhos, que neste caso, constitui-se na implementação de políticas para as bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória, considerando os diferentes contextos situacionais e territórios onde essas bibliotecas estão localizadas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória no sentido de possuir, entre outras características, o intuito de explicar conceitos e ideias a respeito de um tema ainda pouco pesquisado, onde há dificuldades em se obter hipóteses com exatidão, podendo se obter apenas uma visão geral de um problema. Esse tipo de pesquisa é costumeiramente utilizada quando se está diante de pesquisas iniciais a respeito de um tema. Descritiva, pois estudará as características de um determinado grupo, podendo revelar relações entre as variáveis do fenômeno ou elucidar a natureza da relação (Gil, 2008).

1.5 Descrição dos procedimentos técnicos utilizados na pesquisa

No âmbito da **pesquisa bibliográfica**, foram utilizadas bases de dados da área de biblioteconomia e ciência da informação, além dos portais da Capes e SciELO e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), considerando os seguintes elementos:

- Periodicidade: produções dos últimos cinco anos.
- Idioma: português.
- Tipo de busca: composta.
- Operadores de busca: AND.
- Termos de busca: “políticas públicas”, “Bibliotecas escolares”, “Rede de Bibliotecas” e “Prefeitura Municipal de Vitória”.
- Tipo de seleção: autoridade científica na temática da biblioteca escolar.

A seguir temos uma tabela que demonstra os resultados obtidos

Quadro 1 - Resultado da Pesquisa nas Bases de Dados

BrapiCi			
Termos	Documentos encontrados	Documentos relevantes	Documentos utilizados
Políticas Públicas AND Bibliotecas Escolares	15	4	4
Rede de Bibliotecas	36	2	2
Prefeitura Municipal de Vitória	0	0	0
SciELO			
Termos	Documentos encontrados	Documentos relevantes	Documentos utilizados
Políticas Públicas AND Bibliotecas Escolares	1	0	0
Rede de Bibliotecas	6	1	1
Prefeitura Municipal de Vitória	11	0	0
Capes			
Termos	Documentos encontrados	Documentos relevantes	Documentos utilizados

Políticas Públicas AND Bibliotecas Escolares	37	12	8
Rede de Bibliotecas	26	3	1
Prefeitura Municipal de Vitória	24	0	0
BDTD			
Termos	Documentos encontrados	Documentos relevantes	Documentos utilizados
Políticas Públicas AND Bibliotecas Escolares	14	1	1
Rede de Bibliotecas	22	1	1
Prefeitura Municipal de Vitória	4	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

As buscas apresentaram algumas peculiaridades que precisamos destacar: resultados se apresentaram nas três bases de dados consultadas, por isso foram descartados como utilizados; a busca pelo termo “Prefeitura Municipal de Vitória” não retornou nenhum resultado relevante na área, que pode demonstrar baixa produção a respeito do tema estudado, revelando a importância, bem como o caráter inovador deste estudo para o município; apesar da biblioteca escolar ser uma temática com retorno de vários resultados, a sua combinação com o termo “política pública” apresenta baixos resultados e os conteúdos, em sua maioria, possuem relação com políticas de incentivo à leitura.

Para a **pesquisa documental**, foram selecionados relatórios, pareceres, normativas, comunicações, além da utilização dos sistemas internos de gestão de escolar e gestão de acervo da PMV, a saber:

- Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos.
- Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar.
- Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória.
- Diários oficiais da PMV publicados nos dias 02/06/2022 e 31/05/2023.
- Relatório de Reunião com a Secretária de Educação (2021).
- Relatório Estatístico sobre o diagnóstico dos Equipamentos das Bibliotecas Escolares (2021).

- Relatório dos processos formativos dos anos de 2021, 2022 e 2023.
- Comunicações internas:
 - CI — GFDE 109/2021 — Formação de Bibliotecários.
 - CI — GFDE 102/2022 — Formação de Bibliotecários.
 - CI — SUBGP 061/2022 — Aquisição de acervo e equipamentos para as bibliotecas escolares.
 - CI — GFDE 028/2023 — Reunião de trabalho com bibliotecários.
 - CI — GFDE 089/2023 — Formação de Bibliotecários.
 - CI — SUBGP 022/2023 — Aquisição de acervo para bibliotecas escolares.
- Sistema de Gerenciamento de Acervo
 - Relatório Estatístico de Empréstimos (2021, 2022, 2023).
 - Relatório de Levantamento Bibliográfico (2021, 2022, 2023).
- Sistema de Gestão Escolar
 - Relatório de Atendimento de turmas nas Bibliotecas (2023).

Centralizando o tema na proposta de identificação de ações, face à criação de diretrizes para as bibliotecas públicas escolares do município de Vitória–ES, este estudo se constitui com vistas na conversão de tais diretrizes para a categoria de políticas públicas contínuas, fomentando, assim, o fortalecimento da rede de bibliotecas escolares, o sistema de ensino e, por conseguinte, as comunidades atendidas por essas bibliotecas e escolas.

Esta dissertação está estruturado da seguinte forma:

- Esta seção inicial aborda o problema de pesquisa, justificativa, objetivos (geral e específicos), procedimentos metodológicos e a organização do texto;
- Na segunda seção são apresentados referencias teóricos que sustentam esse estudo;
- A terceira seção traça um breve panorama da biblioteca escolar brasileira na perspectiva das instituições públicas de ensino, com um resumido relato sobre redes de bibliotecas escolares, apontando para o cenário atual da rede de bibliotecas escolares do ensino público de Vitória–ES;
- Na quarta seção, são apresentados os documentos norteadores das bibliotecas escolares do sistema de ensino da PMV, a saber: Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar e Diretrizes das Bibliotecas Escolares da

Rede Municipal de Ensino de Vitória, no tocante a concepção teórica, processo de redação e desafios e perspectivas.

- Na quinta seção são descritas as ações realizadas pela rede, com referência nos anos de 2021, e 2022 e de 2023, elencando as ações desenvolvidas como forma de implementação dos documentos norteadores das bibliotecas nos seus aspectos de gerenciamento e constituição como rede;
- Na sexta, propõe-se elencar recomendações/sugestões que contemplem implementação de diretrizes a bibliotecas escolares com contextos situacionais distintos a partir da coleta de dados dos sistemas internos de gestão pedagógica e acervo, além de documentos internos da Secretaria Municipal de Educação de Vitória;
- Na sétima discorre-se a respeito dos resultados dessa pesquisa com apontamentos à realização do processo inicial de implementação nas normativas educacionais, com apresentação das tabelas e gráficos dos investimentos e os desdobramentos dos processos executados.
- Finalizando na oitava seção com as considerações finais sobre o alcance da pesquisa, incluindo no seu anexo o produto final, a qual é a proposta de minuta de Lei Municipal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: POSICIONAMENTOS

As discussões a respeito das bibliotecas escolares no campo da Biblioteconomia/Ciência da Informação levantam questionamentos que alguns profissionais buscam revelar em suas produções. Em associação de tais conteúdos com a proposta de pesquisa desse texto de qualificação, buscou-se alinhar a relevância e pertinência de alguns autores.

Ao se introduzir a busca do termo Biblioteca Escolar, um levantamento inicial aponta para algumas vertentes. Neste estudo, o horizonte evidencia o contexto situacional das bibliotecas públicas escolares no Brasil, seus desafios e perspectivas quando associadas a uma rede pública de ensino, principalmente da esfera municipal. Em consequência, a indispensável necessidade de estruturar ações para o êxito no estabelecimento dessa conexão.

A trajetória percorrida pela biblioteca escolar no Brasil aborda um panorama de grandes desafios. Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013) retomam um histórico considerável sobre os primórdios dessa instituição, elucidando alguns pontos que ponderam sobre algumas realidades ainda hoje apresentadas. As autoras constataram que houve legislações que subsidiaram a criação e a manutenção das bibliotecas, no entanto, foi a ausência de fiscalização, segundo elas, que provocou a configuração precária que muitas apresentam até hoje. Elas destacam que:

Na atualidade, a biblioteca escolar é, infelizmente, uma instituição quase abandonada pela política de incentivo à educação e cultura e menosprezada pelas escolas. Apesar da exigência legal de acervo mínimo, pouco é fiscalizado pelos governos municipais, estaduais e federal. Muitas delas nem contam com um profissional especializado (Lanzi; Vidotti; Ferneda, 2013, p. 27).

O viés pedagógico da biblioteca escolar não pode ser subestimado. É nesse espaço de construção de conhecimento e interação que várias competências são estabelecidas nos estudantes. A utilização como espaço de lazer, de encontro, com livre acesso, são facetas que devem ser difundidas na comunidade escolar a qual ela pertence. A postura de formação do leitor crítico pode ser construída a partir da biblioteca, para tanto, “deve ser pensada como um espaço de criação e compartilhamento de experiências, um espaço de produção cultural em que crianças

e jovens sejam criadoras e não apenas consumidoras de cultura” (Carvalho, 2005, p.22).

Côrte e Bandeira (2011) evidenciam que a biblioteca não é um setor isolado, pois sua atuação na escola deve estar consoante as diretrizes pedagógicas da unidade de ensino e que as atividades a serem desenvolvidas devem contemplar as funções atribuídas a ela. Nesse sentido, o bibliotecário deve ser o agente facilitador de acesso ao livro, à leitura, às novas descobertas, ciente de que a maestria do desempenho das incumbências atreladas a ele perpassa pelo apoio pedagógico dos demais profissionais.

Como pressuposto educacional, os conceitos que permeiam as funções das bibliotecas escolares, são defendidos por Durban Roca (2012) ao declarar que:

A biblioteca escolar é mais que um recurso, gera possibilidades contínuas de apoio ao trabalho do professor e de coordenação educacional para o desenvolvimento curricular. Dessa forma, o que justifica a existência da biblioteca escolar não é a biblioteca em si como estrutura organizacional estável que proporciona serviços bibliotecários, mas seu uso como recurso educacional facilitador do desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem e de práticas de leitura, e, conseqüentemente, sua conceituação como agente pedagógico que apoia, de forma estável, o desenvolvimento do projeto curricular da escola (Durban Roca, 2012, p. 24).

Inegavelmente, a prática nos leva a perceber que a defesa pela biblioteca escolar tem seus pressupostos. Quando bem estruturada, com seus projetos alinhados e objetivos compreendidos por todos, aos estudantes, ao longo dos 09 (nove) anos do ensino fundamental, adquirem competências que influenciam toda a sua atuação acadêmica. Maroto (2012) ressalta que a biblioteca escolar é um

[...]centro difusor do conhecimento produzido pela coletividade, constituindo-se, dessa forma, na primeira oportunidade concreta de acesso ao patrimônio científico e cultural, para a maioria das crianças brasileiras ao ingressarem na escola pública de ensino fundamental (Maroto, 2012, p.75).

É preciso considerar que a abordagem pedagógica, primordial para alcançar os objetivos educacionais, estão intimamente ligadas com as questões organizacionais desse ambiente. Elas devem caminhar concomitantemente. Nessa perspectiva, a inadequação de espaços físicos, a falta de atualização e inadequação dos acervos, a ausência de infraestrutura tecnológica, pode comprometer o ensino das competências que a biblioteca escolar se propõe a ensinar. “A biblioteca [...] é

um tipo de organização e, como tal, necessita ser estruturada, administrada, organizada e/ou recriada, visando atingir os objetivos que se propôs alcançar” (Lanzi; Vidotti; Ferneda, 2013, p. 73).

Em face a esses objetivos, cabe destacar Campello (2015), que retrata a situação das bibliotecas escolares no Brasil, apresentando um histórico de seu surgimento, o público atendido, o discurso social sobre sua importância para a escola, além de traçar um panorama da realidade apresentada, por meio de um diagnóstico desses espaços, que anteriormente, junto a Caldeira, Alvarenga e Soares (2012), já havia iniciado seus estudos em face a traçar um diagnóstico do que se conhecia das bibliotecas entre os anos de 1979 a 2011 (Campello *et al.*, 2012).

A respeito da Biblioteca Escolar com ênfase na elaboração de políticas públicas, apontamos estudos de Sala, Ottoni e Castro Filho (2020), ao tratarem de aspectos gerenciais da biblioteca escolar, das competências necessárias ao bibliotecário, diante da evolução tecnológica vivida pela sociedade atual e já absorvida por demais profissões. Nessa perspectiva, os autores retratam um novo perfil de bibliotecas escolares, no desenvolvimento de competências informacionais aos usuários, além de retratar a ausência de incentivo de políticas públicas para as bibliotecas ofertarem o uso da tecnologia. Em outra publicação, Camilo e Castro Filho (2019) retratam a realidade de bibliotecas escolares do sistema municipal de ensino de Ribeirão Preto/SP, por meio de levantamento de dados em quatro escolas, apontando a criação de políticas municipais como trajetória para alavancar o patamar das bibliotecas, em maiores níveis de uso, de processamento de acervo, recuperação de informações e propostas sociais.

Camilo, Jesus e Castro Filho (2019) ainda registram publicações a respeito do funcionamento de uma rede de bibliotecas, nos seus aspectos provenientes de recursos humanos, financeiros, tecnológicos, no intuito de evidenciar os objetivos comuns que convergem para criação de uma rede e avaliar a estrutura de uma rede em São Paulo.

Almeida e Silva (2019) convergem na temática de biblioteca escolar no âmbito das políticas públicas, no caso peculiar do estado do Ceará, elucidando como tais ações são absorvidas pela Prefeitura de Juazeiro do Norte, por meio da Secretaria de Educação do município. A apresentação dos dados revela que as condições de funcionamento das bibliotecas ainda é precária, sendo gerenciadas por outros profissionais, que não os bibliotecários, a ausência de política de desenvolvimento

de coleção, o desconhecimento por parte de alguns profissionais da educação de políticas federais para as bibliotecas, a inadequação na utilização do espaço, dentre outros, e aponta a criação de diretrizes municipais com alternativa para alteração na situação apresentada.

Diante da temática de Redes de Bibliotecas, em especial das Bibliotecas Escolares, encontramos Mendes, Porto, Fioravante e Eggert-Steindel (2021), que abordam o conceito de Rede de Bibliotecas na literatura científica brasileira. Destacamos Fioravante, doutora em Ciência da Informação e Eggert-Steindel, com doutorado em Educação, que abordam o tema de redes de bibliotecas escolares em outros artigos. É possível ressaltar que as pesquisas apontam a conexão necessária entre várias bibliotecas escolares no que diz respeito a colaboração, a economia de recursos, a integração de serviços, a redução de tarefas, incluindo a efetivação de políticas públicas para essas instituições. Diante do panorama no qual o bibliotecário que atua na escola trabalha sozinho ou com poucos recursos humanos, a rede de cooperação agiliza as tarefas a serem desenvolvidas, proporcionando tempo para novas ações.

Os estudos de tais autores se baseiam em contextos situacionais distintos, no entanto, apresentam pontos em comum. Ao voltar o olhar para a Rede de Bibliotecas Municipais de Vitória, é possível encontrar várias características apresentadas pelas pesquisas mencionadas que abarcam pontos já vivenciados na realidade capixaba. É audacioso afirmar que as bibliotecas escolares da Rede de Ensino de Vitória se encontram equiparadas a demais realidades e que um possível estudo mais aprofundado pode revelar características mais favoráveis que as apresentadas. As buscas nas bases de dados, por exemplo, não apresentaram resultados relevantes para essa pesquisa com relação ao termo “Prefeitura Municipal de Vitória”, enfatizando a necessidade dessa pesquisa e de publicações que utilizam as bibliotecas escolares do município de Vitória como objeto de estudo.

Segue abaixo um quadro dos principais referenciais, conforme a temática de busca da pesquisa.

Quadro 2 - Principais Referenciais Teóricos

Termos	Principais Referenciais
Biblioteca Escolar (Situação Brasileira)	Alvarenga (2012), Caldeira (2012), Campello (2012,

	2015, 2016, 2017), Limas (2016, 2017) e Soares (2012).
Biblioteca Escolar (Políticas Públicas)	Almeida (2019), Castro Filho (2020), Ottonicar (2020), Sala (2020) e Silva (2019).
Rede de Bibliotecas Escolares	Camillo (2016, 2019), Castro Filho (2016, 2019), Eggert-Steindel (2021), Fioravante (2014, 2021), Jesus (2019), Mendes (2021) e Porto (2021).

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

É notório que as premissas do êxito da biblioteca escolar perpassam no eixo das ações pedagógicas e administrativas. Nessa perspectiva, encontram-se bibliotecários, que devem possuir competências singulares neste campo de atuação e os professores, que devem agregar em sua função educativa, a utilização da biblioteca escolar de acordo com seus pressupostos de funcionamento. Esses profissionais carecem alinhar suas práticas profissionais visando objetivos em comum. Revelar todas essas perspectivas, por meio do conteúdo das produções dos autores referenciados, ampara as próximas reflexões a respeito das bibliotecas escolares brasileiras.

3 BIBLIOTECA ESCOLAR BRASILEIRA

Segundo Cunha e Cavalcanti (2008, p.51), “está ligada a estabelecimento de ensino, fundamental ou médio, destinada a alunos e professores; coleção de sala de aula, centro de recursos pedagógicos”. Já Faria e Pericão (2008), apontam:

Biblioteca que serve à população estudantil de instituições educativas como universidades, colégios, escolas e todas às outras instituições que fazem parte dela ou lhes estão associadas; biblioteca dependente de um estabelecimento de ensino não-superior, que é destinada a alunos, professores ou funcionários desse estabelecimento e que pode também estar aberta a outro tipo de público. Responde às exigências dos programas escolares e à diversidade de gostos e necessidades dos alunos e professores (Faria; Pericão, 2008, p. 102).

Nota-se que o termo ‘biblioteca escolar’ dicionarizado aponta para um conceito direto e objetivo, ao passo que, a presente investigação tem como intenção, de certo modo, questionar e repensar esse conceito à luz da teoria acadêmica alinhada à prática advinda das experiências na referida rede.

O professor doutor Waldeck Carneiro (1999), ao publicar a segunda edição do livro ‘Miséria da Biblioteca Escolar’, apontou para a problemática da biblioteca escolar, destacando tanto a perspectiva educacional quanto biblioteconômica. A obra, de certa maneira, traz indicações a respeito da miséria dessas instituições que têm relação com a infraestrutura, falta de recursos humanos e financeiros. O autor denuncia a precariedade desses espaços no Brasil, pinçando aspectos políticos, sociais, pedagógicos e científicos. E, ainda, formula e sugere alternativas concretas para a superação desses desafios e barreiras, visando o fortalecimento escolar.

Milanesi (1983), na obra ‘O que é biblioteca’, se posiciona a respeito do tema e declara:

O subdesenvolvimento começa nas escolas sem bibliotecas adequadas, um espaço ausente que dá o caráter da vida escolar brasileira, ainda mantida sob a tutela discursiva dos professores, tão impositivos quanto mal remunerados. Enfim, o subdesenvolvimento nacional começa numa escola que, mesmo tendo uma biblioteca, não sabe o que fazer com ela, pois dentro do sistema de ensino que prevalece não há lugar para ela (Milanesi, 1983, p. 86).

Bibliotecas escolares também são resultados de uma série de mazelas históricas, sociais, políticas, econômicas e culturais, sempre encaradas como...

depósitos de livros, como mero enfeite da escola, pois se encontram submetidas a um sistema de ensino onde às fontes de informação, na maioria das vezes, são o professor e o livro didático, dificultando e suprimindo assim o trabalho criativo, crítico e consciente, dentro e fora do espaço escolar (Maroto, 2012, p. 57).

Maroto (2012, p. 58) também comenta que “a maioria das escolas brasileiras, sem bibliotecas, continuam como ‘instrumentos imperfeitos’”. Nesse sentido, uma série de aspectos podem ser relacionados: taxas de analfabetismo, analfabetismo funcional, repetência, baixos níveis de desempenho escolar, dificuldades na leitura e escrita por parte dos estudantes, enfim, dados que podem ser corroborados pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (Instituto, 2020). De todo modo, a precariedade do sistema de ensino também se dá pela precariedade de bibliotecas escolares, Maroto (2012) registrou na obra “Biblioteca escolar, eis a questão!”, dados referente à sinopse estatística do MEC e do Anuário do IBGE, de 1985. Além disso, marcou os índices referentes às bibliotecas escolares no Brasil em 1998, a partir dos dados do INEP; os dados relativos às bibliotecas na educação básica, segundo o censo escolar de 2005, assim como outras pesquisas que trazem, de certo modo, alguns levantamentos interessantes.

A autora ainda citou a pesquisa de Magda Soares, realizada em 2004, sobre leitura e democracia cultural, publicada na obra ‘Democratizando a leitura: pesquisas e práticas’, organizada por Graça Paulino *et al.* Soares (2004 apud Maroto, 2012), ao se referir a um país de raras e precárias bibliotecas, traça um comparativo entre bibliotecas pública e escolares, a saber:

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, dos 5.506 municípios que havia no país em 1999, em quase um quarto (20%) não havia uma só biblioteca pública [...]. Os dados estatísticos, se examinados por regiões, ou por Estados, ou por municípios, mostram que, neste caso, não há discriminação significativa: pode-se dizer que há uma não-distribuição equitativa de bibliotecas públicas no país... O mesmo ocorre, com às bibliotecas escolares, também raras e precárias; faltam dados estatísticos, mas não são necessários para que se possa afirmar que também elas são poucas, pouquíssimas, em relação ao número de escolas e ao tamanho da população escolar, mas são poucas, são precárias sobretudo nas escolas públicas, naquelas que atendem às camadas populares. E não nos deixemos enganar por essas poucas bibliotecas públicas e escolares que temos: sabe-se bem o pequeno e quase sempre desatualizado acervo que a maioria tem, sabe-se que funcionam mais como depósito de livros que como verdadeiras bibliotecas, centros de informação, de formação de leitores, sabe-se bem às enormes dificuldades com que lutam para sobreviver (Soares, 2004, p. 21 *apud* Maroto, 2012, p. 61).

Por essa via de compreensão é possível supor que o processo de desenvolvimento das bibliotecas públicas e escolares estão imbricados e, advém, também dos impactos ocasionados pelo processo de industrialização, urbanização e, mais recentemente, pelas mudanças geradas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Pensar biblioteca escolar, é refletir sobre o potencial dessas instituições, potencial estratégico voltado ao desenvolvimento humano e social.

Durban Roca (2010) aponta a biblioteca escolar como um recurso educacional e, que esta instituição, deve estar vinculada aos conteúdos curriculares. Além disso, a biblioteca escolar, sob sua visão, deve ser também vista como um recurso útil para se obter um ensino de qualidade. Sobre o conceito de biblioteca escolar, Durban Roca (2010) afirma:

Além de mostrar e ressaltar os aspectos que permitem definir a biblioteca escolar como um recurso educacional de grande valor pedagógico, é necessário argumentar sobre a necessidade de impulsionar seu desenvolvimento a partir de um modelo útil de implementação. Precisamos esclarecer o porquê e o para que da biblioteca escolar a serviço da educação. Atualmente, é necessário o surgimento da possibilidade de uma visão mais nítida de seu sentido, colaborando para renovar a justificativa de sua existência. A verificação dos elementos relevantes permitirá organizar uma base teórica que dê consistência e fortaleça sua implementação [ou renovação]. Porque se não renovamos o discurso que justifica a biblioteca escolar, e se não fazemos isso no que se refere às novas necessidades e aos novos conceitos atuais, muito em breve o sistema escolar deixará de precisar dela (Durban Roca, 2010, p. 23).

A visão de Durban Roca (2010) subsidia as reflexões traçadas nesta pesquisa, uma vez que a autora também nos dá pistas que o conceito biblioteca escolar não é somente revisto a partir das mudanças sociais, mas também da cultura digital e do desenvolvimento de novas tecnologias, competências e habilidades. Por considerar isso e os diferentes contextos situacionais, cabe pensar aqui em uma biblioteca escolar plural e, que, talvez, esteja caminhando para se constituir como biblioteca escolar plural e híbrida.

Ao abordar a Biblioteca Escolar Brasileira como tema de estudo é apropriado fazer indicações às instituições que ofertam preceitos para boas práticas. Nesse sentido, cabe mencionar a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA), que por meio de seus manifestos, parâmetros e diretrizes possibilitam que as instituições de ensino adquiram um conhecimento

prévio sobre missão, estrutura física, seus objetivos, funcionalidades e serviços (Unesco, 2002).

De uma forma mais detalhada, a IFLA (2016) orienta quanto ao papel da biblioteca escolar, dos recursos necessários ao seu funcionamento, os programas que podem ser desenvolvidos por meio dela, entre outras. Nos cabe evidenciar os apontamentos a respeito da criação de políticas revelando que:

A política deve deixar claro que a biblioteca é para todos. Deve ser desenvolvida pelo bibliotecário escolar, trabalhando em conjunto com os professores e administradores (ou seja, diretores, coordenadores de estabelecimento, professores). O projeto de política deve ser compartilhado amplamente em toda a comunidade escolar e dar lugar a uma discussão aberta. O documento definitivo deve ser amplamente divulgado a fim de que a filosofia, conceitos e intenções orientadores da prática e desenvolvimento da biblioteca sejam entendidos e aprovados para poderem ser postos em prática (IFLA, 2016, p. 27).

Outra referência para as bibliotecas escolares é a Lei Federal n.º 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares nas instituições de educação básica, que estabeleceu um período de 10 (dez) anos para adequação dos sistemas de ensino (Brasil, 2010). Sua redação foi alterada pela Lei Federal 14.837/2024, que instituiu o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares e amplia as concepções de biblioteca escolar para as instituições de ensino do país (Brasil, 2024).

A relevância dessa legislação consiste, entre outros aspectos, nos esforços de oferecer a todos os estudantes o direito ao acesso ao livro e à biblioteca, desde a idade escolar. Iniciativas como esta indicam aos estados e municípios brasileiros a pertinência do assunto e a necessidade de adequação das escolas a essa realidade. Entretanto, existe uma lacuna na Lei Federal 12.244, já bem observada por Campello *et al.* (2016), Souza (2018) no que se refere a ausência na menção do profissional bibliotecário em sua redação. Os autores corroboram em dizer que o bibliotecário é profissional necessário e suas competências podem influenciar o processo de aprendizagem dos estudantes.

Por meio de um olhar criterioso, é possível perceber um distanciamento entre a referência trazida pela IFLA, a Lei Federal e a realidade no contexto brasileiro, onde as bibliotecas, muitas vezes, não possuem bibliotecários, nem tão pouco são gerenciados por eles. Com uma abordagem desafiadora, um importante ponto de partida para o avanço na realidade do cenário das bibliotecas escolares brasileiras é de que todas sejam gerenciadas por bibliotecários.

Oportunamente, cabe refletir a respeito da participação das bibliotecas escolares diante do compromisso de melhoria das condições de vida e dos povos fixados nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) com ações previstas até o ano de 2030. No seu objetivo 4 - Educação de Qualidade, é expresso como objetivo “Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (Nações, 2015, p.01). Um dos papéis da biblioteca escolar, segundo os manifestos da IFLA (2016), é promover capacidades, atitudes pessoais e interpessoais, que favorecem a formação de cidadãos responsáveis. Na observância dos ODS e nos pressupostos da IFLA, encontramos, minimamente, uma convergência de objetivos.

Outro ponto de análise, diante de tais prerrogativas, é a formação acadêmica desse profissional, que precisa estar apto para atuar em um ambiente com diversas peculiaridades e que exigem várias competências que vão para além do conhecimento biblioteconômico. O viés pedagógico da biblioteca escolar é claro e Garcez (2014) apresenta uma reflexão sobre a atuação do bibliotecário na educação básica, alertando que o posto de trabalho é a escola, portanto as questões técnicas de organização, adquiridas na formação acadêmica, é insuficiente, pelo fato de exercer colaborativamente funções pedagógicas.

Diante disso, ao atuar na escola, o bibliotecário precisará de outros conhecimentos além daqueles advindos de sua formação profissional. Parece-nos que dele serão exigidos conhecimentos do planejamento pedagógico da instituição, das disciplinas, dos alunos, dos professores, dos gestores da escola e das famílias dos alunos. Ou seja, da relação da biblioteca com questões próprias do meio escolar. Esse conhecimento deve estar amparado nas normas que estabelecem o funcionamento da escola (regulamentos, Projeto Pedagógico (PPP), regimentos, etc.), nos programas de leitura, programas de biblioteca, programas do governo federal, como o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) entre outros. Tais conhecimentos ajudarão o bibliotecário a entender melhor o papel da biblioteca, o seu próprio papel e o de ambos na escola e a vinculação destes com a sociedade (Garcez, 2014, p.12).

O discurso sobre as funções pedagógicas da biblioteca escolar é alvo de vários estudos no Brasil e no exterior. Sala e Castro Filho (2020) apontam o processo de apropriação cultural e mediação da informação apresentando um bibliotecário como protagonista nas ações colaborativas, precedido de uma alteração nas expectativas e papéis a serem executados por ele. Os autores destacam um perfil proativo,

habilidades de competências na pesquisa e no ensino-aprendizagem, liderança nos projetos com estímulo à criatividade e consciência crítica.

Kuhlthau (1999) apresentou um modelo de biblioteca escolar, que na atualidade ainda é utilizado como referência no Brasil. Uma escola que prepara os estudantes para atuação no mercado de trabalho, para o uso da tecnologia, para a interação social e formação cidadã. A competência no uso da informação, a aprendizagem a partir de questionamentos e os estágios da busca pela informação são pontos abordados pela autora.

Uma consideração necessária a fazer, é que os contextos socioeconômicos brasileiros interferem na proposta pedagógica da escola. Os estudantes ainda possuem dificuldades na busca pela informação, mesmo que ela esteja acessível por meio do *smartphone* ou computador. A seleção de fontes de informação confiáveis pode ser apontada como uma competência a ser desenvolvida. A escola que se desenha pertencente à sociedade da informação ainda é distanciada dos contextos sociais. Perante o exposto, o posicionamento do bibliotecário precisa ser diferenciado, considerando as diferentes realidades que podem ser apresentadas a ele ao atuar na educação básica. As referências trazidas pelos autores devem estar em contato com os contextos situacionais, cabendo uma colocação ajustada para cada instituição de ensino.

Com a finalidade de posicionar esta pesquisa, cabe enfatizar que esse tópico será adensado após a qualificação e contamos com a colaboração da banca examinadora no que tange ao direcionamento de sugestões e reflexões sobre o tema.

3.1 Redes de Bibliotecas Escolares

Em uma primeira instância para refletir sobre rede de bibliotecas escolares, é imprescindível definir rede de bibliotecas. Varela Orol, García Molero e González Guitian (1988, p.218 *apud* Camillo; Jesus; Castro Filho, 2019, p.91) definem rede de bibliotecas como sendo “[...] uma organização [...] formada por um conjunto de bibliotecas conectadas que se comprometem formalmente na consecução de objetivos comuns”. Faria e Pericão (2008, p. 623) apontam que uma rede de bibliotecas é um “tipo de colaboração de bibliotecas, que visa o desenvolvimento centralizado de serviços e programas cooperativos”. Já Cunha e Cavalcanti (2008) indicam que rede pode ser definida como:

1. conjunto de meios técnicos e unidades operativas utilizadas por um sistema para o processamento e transferência de informação. Alguns autores não distinguem sistema de rede, enquanto outros consideram que, no primeiro, existe um grau mais elevado de centralização de decisões. 2. [Rede] termo com sentido bastante amplo, que designa um sistema formado por terminais, nós e meios de interconexão. 3. uma coleção ou conjunto de recursos utilizados para estabelecer e ligar vias de comunicação entre terminais [...] (Cunha; Cavalcanti, 2008, p. 309).

A definição dicionarizada de ‘rede’ nos remete ao trabalho cooperativo e colaborativo e, é deste modo, que a pesquisa se posiciona: como pensamos, o que pensamos, como definimos a rede de bibliotecas escolares, considerando a diversidades e singularidades das unidades que a compõem? Essa reflexão, de certo modo, conduz os alinhamentos teóricos, práticos e metodológicos que serão expostos a seguir.

Os apontamentos tecidos a respeito do breve panorama das bibliotecas escolares brasileiras já anuncia uma série de fragilidades apresentadas pelas bibliotecas, principalmente relacionadas à escassez de recursos humanos, o direcionamento aponta a constituição em rede como um caminho possível. As redes de bibliotecas estão relacionadas a interesses comuns, atuação conjunta e cooperação. Mendes *et al.* (2021) elucida que na criação de uma rede de bibliotecas é necessário um olhar macro para todos os elementos que comporão a estrutura comum, sem esquecer das especificidades de cada integrante promovendo um acolhimento das necessidades de todos.

Na educação, as redes são fundamentais para a manutenção e sustentação de instituições de ensino, bem como para a efetivação de políticas públicas. Da mesma forma, a implementação de rede de bibliotecas escolares, implica na melhoria de recursos, do acesso à informação no desenvolvimento de serviços e projetos oferecidos nesses espaços, além de dar suporte para todos os profissionais, ou seja, incorpora qualidade nas atividades meio e fim na vida de todos os agentes envolvidos no processo (Mendes *et al.*, 2021, p. 426).

Ao se criar uma rede, os benefícios podem se refletir em várias instâncias. Com as divisões das atividades, as bibliotecas elevam a agilidade de seus processamentos, aumentam a oferta de serviços e por consequência ampliam a capacidade e qualidade de atendimento (Camillo; Jesus e Castro Filho, 2019). Ainda pode se considerar que:

Oportunamente, atuar em rede incide no oferecimento de resultados positivos e significativos às unidades de informação interligadas. Todas estão inseridas dentro de uma escola, que atua de forma semelhante às outras: a mesma concepção de ensino, o mesmo sistema, o mesmo método. Com tantos pontos em comum, integrar bibliotecas para o fim da cooperação é, de todo, plausível e justificável (Camillo; Jesus e Castro Filho, 2019, p.92).

Ao tratar de um sistema público de ensino, os reflexos dos benefícios podem ser maiores, no que tange a utilização dos recursos públicos, que muitas vezes são escassos. Os empréstimos entre bibliotecas, a utilização de um único sistema de gerenciamento de acervo, a aquisição de mobiliário em maior quantidade, são possibilidades de economia.

Rede de bibliotecas escolares municipais levantam discussões em diferentes aspectos, à luz da produção acadêmica. Alguns estudos de caso revelam aspectos positivos e negativos na constituição de cada rede, entretanto é destacado a valorização das bibliotecas, a integração de sistemas, a contratação de profissionais, a elaboração de programas pedagógicos, evidenciando apenas seus aspectos positivos (Limas, Campello, 2017).

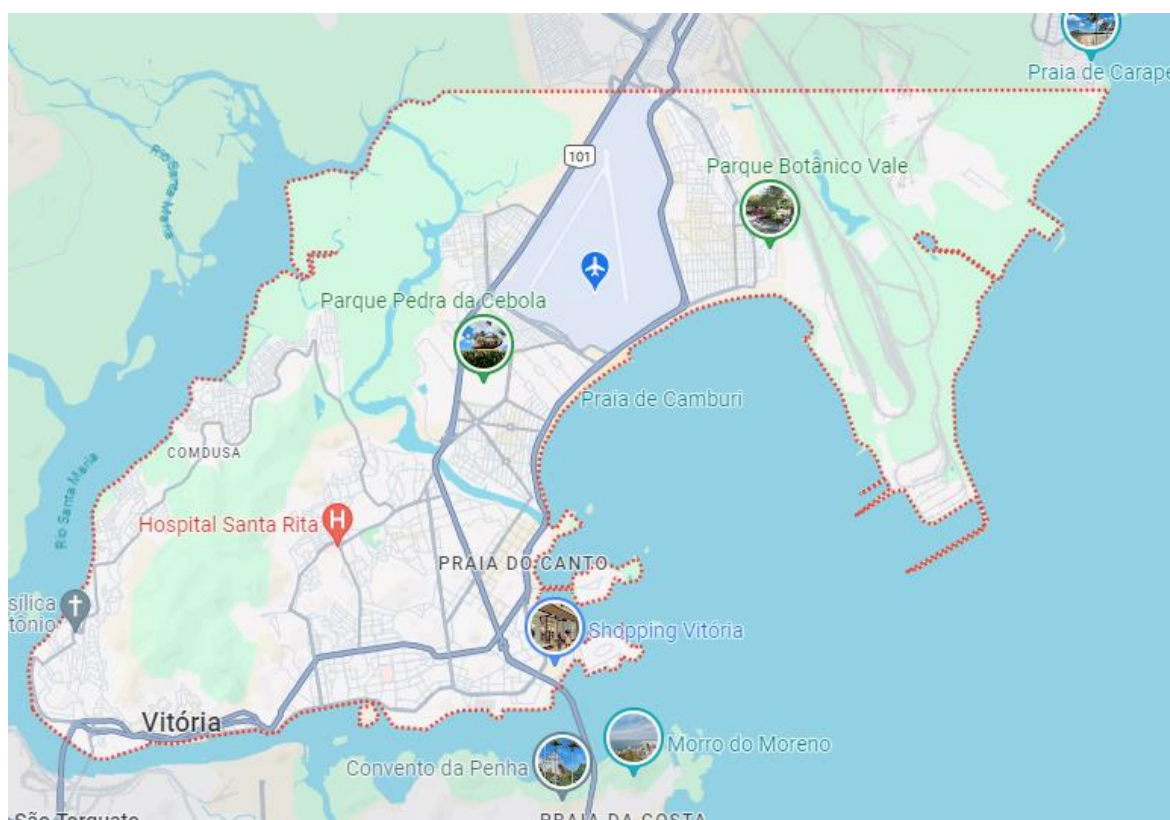
É interessante examinar algumas características que podem auxiliar a criação de uma rede municipal de bibliotecas escolares. Camillo e Castro Filho (2016), observam a vinculação das bibliotecas escolares à Secretaria Municipal de Educação, que auxilia, organiza e coordena as atividades nas bibliotecas, bem como as atividades nas escolas de ensino fundamental e médio. Nessa perspectiva, o órgão é responsável pela aquisição de acervo e processamento das coleções, bem como a manutenção dos espaços e serviços no âmbito cultural e educacional.

Há de se avaliar a intervenção que o órgão de coordenação realiza nessas bibliotecas. Positivamente, o impacto é observado com clareza, no entanto, as ações realizadas coletivamente, precisam ser estudadas com cuidado. Cada escola possui um Projeto Político Pedagógico diferente pelo fato de estar situada em contextos sociais diversos. Não se pode ser taxativo ao dizer que as ações executadas em uma biblioteca devem ser desempenhadas por todas. A concepção teórica da ação pode ser única, porém a execução precisa ser avaliada por cada escola, a fim de alcançar os objetivos propostos. Cabe a investigação se a aquisição única para composição dos acervos das bibliotecas irá contemplar as diferentes propostas pedagógicas junto aos estudantes. Determinados contextos sociais e geográficos podem exigir uma aquisição direcionada à realidade apresentada.

3.1.1 Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema de Ensino Municipal de Vitória - ES

A cidade de Vitória - ES, de acordo com dados estatísticos do IBGE, apresenta uma população de 322.869 pessoas. Os registros com relação à educação, mencionam 88 escolas de educação básica, com 39.509 matrículas (IBGE, 2022).

Figura 1 - Mapa do município de Vitória



Fonte: Google maps (2023)

O Sistema de Ensino Municipal de Vitória abrange a educação infantil e o ensino fundamental, incluindo a modalidade de educação de jovens e adultos. É ofertado a todos os munícipes a oportunidade de matrículas a partir dos 06 (seis) Meses e no ano de 2023 atendeu 15.058 estudantes na educação infantil e 26.591 estudantes no ensino fundamental (Sistema, 2023).

Na educação infantil, a linguagem é expressa por meio do corpo, do movimento, dos textos, das sonoridades, entre outros. A concepção de leitura para o município é a vivência da criança diante dessas várias modalidades, e o acesso ao livro e à leitura ocorre nos diversos momentos, por meio dos professores que

organizam salas de leituras ou cantinhos de leituras (Vitória, 2020). Devido a isso, não há presença de bibliotecários nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs).

Nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEFs), os estudantes iniciam o contato com a biblioteca escolar, e na sua tipologia de funcionamento, consta vaga para um bibliotecário por escola, exercendo uma carga horária de trabalho de 40h semanais. No ano de 2023, o sistema de ensino contou com 54 (cinquenta e quatro) escolas de ensino fundamental, sendo que 06 (seis) dessas funcionam na modalidade de educação em tempo integral (Sistema, 2023).

A localização das escolas públicas de ensino fundamental do município de Vitória estão relacionadas a 09 (nove) regiões administrativas. Relatórios gerenciais do Sistema de Gestão Escolar apontam as quantidades de escolas por região

Quadro 3 - Quantidade de escolas por região

Região	Quantidade de Escolas
Centro	4
Goiabeiras	4
Jardim Camburi	4
Jardim da Penha	3
Jucutuquara	8
Maruípe	13
Praia do Canto	1
Santo Antônio	8
São Pedro	9

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A seguir, apresentamos um mapa da cidade de Vitória com a identificação da localização geográfica das escolas e a região administrativa correspondente.

Figura 2 - Localização das Escolas Municipais de Ensino Fundamental com marcações das regiões administrativas



Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

A Rede de Bibliotecas Escolares, que se configura atualmente, foi constituída por um longo processo de consolidação. Os registros de informações das bibliotecas escolares, datam de 1997, que por meio de um processo de revitalização dos espaços escolares, por uma aquisição de acervo volumoso e pela contratação de bibliotecários de forma temporária foi se compondo. No ano de 2006, por meio de concurso público, foram efetivados bibliotecários que atuam nas escolas de ensino fundamental. Cabe aqui um parêntese para ressaltar que o processo de universalização das bibliotecas escolares, instituído pela Lei Federal n.º 12.244/2010, foi muito tranquilo no município, pois antes da promulgação da Lei, a política municipal já previa escolas com bibliotecas e com bibliotecários.

Até o ano de 2011, as bibliotecas funcionam interligadas apenas por ações coletivas de processos formativos ou de práticas pedagógicas comuns, vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Vitória, que organizava as ações colaborativas. No ano de 2012, por meio da aquisição de um sistema de gerenciamento de acervo, iniciou-se a interligação entre os acervos e por consequência, a aproximação de atividades colaborativas entre os bibliotecários (Vitória, 2023).

Mesmo diante de um cenário favorável para as bibliotecas escolares no município, elas não eram constituídas enquanto rede. Em seus estudos a respeito

dos sistemas municipais de bibliotecas escolares Limas e Campello (2017) fazem menção a essa fragilidade apresentada:

A rede de Vitória se revelou o caso mais frágil em relação a apoio legislativo e documentação. Segundo dados das entrevistas, ainda existem poucos registros sobre a rede. Sendo assim, ainda que a Rede de Vitória já tenha um histórico de consolidação, sem ações de formalização consistentes, seja por meio de legislação, registros, inclusão na estrutura administrativa da SEME, etc., há o risco de enfraquecimento ou mesmo de descontinuidade no futuro. Há exemplos frequentes no país de casos de políticas públicas “descontinuadas” em transições de governos, por exemplo (Limas; Campello, 2017, p.33).

Somente no ano de 2021, as documentações a respeito dessa rede começaram a ser escritas. Por meio de grupos de trabalho, que buscavam o fortalecimento dessa estrutura a partir de construções de normativas, iniciou-se a redação de tais diretrizes, sendo apresentada no mês de maio de 2023, como dois documento de política municipal intituladas: *“Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar”* e *“Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede de Municipal de Ensino de Vitória”* (Vitória, 2023). Essa documentação demonstra que esta rede conseguiu resistir a políticas de Governo e este estudo propõe como produto final, o ato legislativo que pode transformá-la em política de Estado, evitando sua “descontinuidade”, como bem alertou Limas e Campello (2017).

Figura 3 - Evento de Lançamento da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar.



Fonte: Prefeitura de Vitória (2023)

Figura 4 - Composição do Grupo de Trabalho de Bibliotecárias



Fonte: Arquivo pessoal do autor (2022)

A legitimação da Rede de Bibliotecas por meio do lançamento de tais políticas educacionais fortaleceu as atividades nas bibliotecas e colaborou com a interação entre os profissionais que atuam nas escolas. Oficialmente é possível autenticar sua composição, propondo ações para os desafios ainda apresentados por algumas bibliotecas. O quadro a seguir, demonstra a configuração da Rede de Bibliotecas no ano de 2023.

Quadro 4 - Bibliotecas Escolares que compõem a Rede

Escola	Nome da Biblioteca	Bibliotecário Responsável	Bairro/ Região
EMEF Alberto de Almeida	Monteiro Lobato	Fábio Paes	Santo Antônio (Santo Antônio)
EMEF Adão Benezath	Noélia Miranda	Gracenilda Ribeiro	Antônio Honório (Goiabeiras)
EMEF Aristóbulo Barbosa Leão	Professora Edna Gaudio	Marcela Lopes	Bento Ferreira (Jucutuquara)
EMEF Álvaro de Castro Mattos	Prof. Amilton Monteiro da Silva	Gerlaine Marinotte	Jardim da Penha (Jardim da Penha)
EMEF Arthur da Costa e Silva	Monteiro Lobato	Renata Valéria Dias	Bairro República (Jardim da Penha)
EMEF Amilton Monteiro da Silva	Maurício de Souza	Joyce Alves	Mário Cypreste (Santo Antônio)
EMEF Alvimar Silva	Flora Maria Correa Vieira	Maria Denise Nápoli	Santo Antônio (Santo Antônio)
EMEF Adilson da Silva Castro	Ricardo Campaneli	Posto de trabalho vago	Monte Belo (Jucutuquara)
EMEF Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo	João Pedro de Aguiar	Lelean Lopes	Jardim Camburi (Jardim Camburi)
EMEFTi Anacleto Schneider Lucas	Elisa Lucinda	Janaina Ferreira	Forte Grande (Centro)

EMEF Ceciliano Abel de Almeida	Dr. Anna Bernardes da Silveira Rocha	Mário Gonçalves	Itararé (Maruípe)
EMEF Castelo Branco	Ziraldo	Alessandro Silva	Ilha do Príncipe (Centro)
EMEF Custódia Dias de Campos	Estela Abreu Vieira Manso	Andréia de Deus	Bairro de Lourdes (Jucutuquara)
EMEF EJA Prof. Dr. Admardo Serafim de Oliveira	Não há registro de nome	Posto de trabalho vago	Gurigica (Maruípe)
EMEF Éber Louzada Zippinotti	Monteiro Lobato	Maria José Valentim	Jardim da Penha (Jardim da Penha)
EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio	Não há registro de nome	Janine Machado	Jesus de Nazareth (Jucutuquara)
EMEFTi Professora Eunice Pereira Silveira	Não há registro de nome	Genilda Quirino	Tabuazeiro (Maruípe)
EMEF Eliane Rodrigues dos Santos	Sandra Maria Corrêa	Rosa Amélia dos Santos	Ilha das Caieiras (São Pedro)
EMEF Experimental de Vitória - Ufes	Ricardo Azevedo	Anacoeli Cacciari	Goiabeiras (Goiabeiras)
EMEF Elzira Vivácqua dos Santos	Ana Maria Chaves Colares	Eliana Lima	Jardim Camburi (Jardim Camburi)
EMEF Francisco Lacerda de Aguiar	Ana Maria Bruzeguini	Rafael Gomes	São Pedro (São Pedro)
EMEF Heloisa Abreu Júdice de Mattos	Não há registro de nome	Cristina Barbosa	Bela Vista (Santo Antônio)
EMEF Irmã Jacinta Soares de Souza Lima	Monteiro Lobato	Haroldo Roberto Scapin	Ilha de Santa Maria (Jucutuquara)
EMEFTi Izaura Marques da Silva	Cecília Meirelles	Analice de Freitas	Andorinhas (Maruípe)

EMEF José Áureo Monjardim	Não há registro de nome	Roberta Trindade	Fradinhos (Jucutuquara)
EMEF João Bandeira	Cora Coralina	Fabiana Fernandes	Consolação (Jucutuquara)
EMEF Juscelino Kubitscheck de Oliveira	Não há registro de nome	Brisa Gonzalez	Maria Ortiz (Goiabeiras)
EMEFTi José Lemos de Miranda	Monteiro Lobato	Sueli Neres	Comduza (São Pedro)
EMEF Lenir Borlot	Não há registro de nome	Andréa Jacoboski	São Pedro (São Pedro)
EMEFTi Moacyr Avidos	Monteiro Lobato	Fábio de Souza	Ilha do Príncipe (Centro)
EMEF Mauro Braga	Não há registro de nome	Penha Maria Cordeiro	Santa Tereza (Santo Antônio)
EMEF Marieta Escobar	Renato Pacheco	Gracemary dos Santos	Santa Martha (Maruípe)
EMEF Maria José Costa Moraes	Monteiro Lobato	Viviane da Silva	São José (São Pedro)
EMEF Maria Leonor Pereira da Silva	Monteiro Lobato	Rosany Lôbo	Santa Lúcia (Praia do Canto)
EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes	Casa dos Livros	Simone Mattos	Maria Ortiz (Goiabeiras)
EMEF Maria Madalena de Oliveira Domingues	Luiz Sérgio Quarto	Lorena Nascimento	Jardim Camburi (Jardim Camburi)
EMEF Prof. Maria Stella de Novaes	Monteiro Lobato	Rosiani Tomazelli	Grande Vitória (Santo Antônio)
EMEF Neusa Nunes Gonçalves	Fonte do Saber	Merigdriani Piffer	Nova Palestina (São Pedro)

EMEF Orlandina D Almeida Lucas	Rubem Braga	Fernanda Manthay	São Cristóvão (Maruípe)
EMEF Otto Ewald Júnior	Osmar Magnago Perrin	Brenna Facini	Itararé (Maruípe)
EMEF Octacílio Lomba	Cecília Meireles	Ângela Oliveira	Maruípe (Maruípe)
EMEF Prezideu Amorim	Não há registro de nome	Neuzinete Dellabianca	Bonfim (Maruípe)
EMEF Padre Anchieta	Maria Stella de Novaes	Juliana Fernandes	Ilha de Santa Maria (Jucutuquara)
EMEF Padre Guido Ceotto	Não há registro de nome	Leonery Martins	Jardim Camburi (Jardim Camburi)
EMEFTi Paulo Reglus Neves Freire	Maurício de Oliveira	Michele Muniz	Inhanguetá (Santo Antônio)
EMEF Paulo Roberto Vieira Gomes	Não há registro de nome	Posto de trabalho vago	São Benedito (Maruípe)
EMEF Rita de Cássia Oliveira	Cora Coralina	Maria José Pereira	Resistência (São Pedro)
EMEF Professora Regina Maria Silva	Não há registro de nome	Heloiza Gama	Inhanguetá (Santo Antônio)
EMEF Ronaldo Soares	Não há registro de nome	Posto de trabalho vago	Resistência (São Pedro)
EMEF Suzete Cuendet	Hermógenes Lima Fonseca	Sayonara Gonçalves	Maruípe (Maruípe)
EMEF São Vicente de Paulo	Professor Aristóbulo Barbosa Leão	Mônica Martins	Centro (Centro)
EMEF Tancredo de Almeida Neves	Não há registro de nome	Fernanda Mendonça	São José (São Pedro)

EMEF Prof. Vercenílio da Silva Pascoal	Francisco Aurélio Ribeiro	Elane Couto	Joana D’Arc (Maruípe)
EMEF Zilda Andrade	Paraíso da Leitura	Igor de Souza	Bairro da Penha (Maruípe)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Em uma superficial análise é possível perceber que algumas bibliotecas se apresentaram com o posto de trabalho vago. Um desafio para a gestão atual do município é assegurar que os estudantes dessas unidades escolares tenham o mesmo acesso ao espaço, aos serviços e a oferta de livros das que as demais. Para mais, é necessário pontuar que no fim do ano letivo de 2023, ocorreu o término do contrato temporário de 04 (quatro) bibliotecários, o que desfalca ainda mais o quadro de profissionais atuantes.

Mesmo ainda apresentando desafios, é preciso considerar os avanços das bibliotecas escolares nesse árduo percurso e as organizar como uma rede. A constituição de diretrizes, próximo item a ser explanado, legitima essa configuração no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

4 “POLÍTICA DO LIVRO, DA LEITURA E DA BIBLIOTECA ESCOLAR” E “DIRETRIZES DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL DE VITÓRIA”

Como legitimação das atividades das bibliotecas escolares e a responsabilidade da educação em promover nos estudantes o desenvolvimento do hábito/gosto pela leitura por meio das escolas, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória reconheceu a importância da criação dois documentos distintos e complementares que comunica à sociedade as concepções basilares a respeito da leitura, do livro e das bibliotecas escolares. Os preceitos redigidos orientam quanto ao desempenho dos envolvidos no processo educacional que se relacionam com essa abordagem.

O conteúdo da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar é concernente aos marcos teóricos da leitura no Brasil, no estado e no município, com abordagem nas diferentes formas que os estudantes, da criança até ao adulto, podem compreender a leitura a partir dos objetivos educacionais. É dedicado capítulos às diversidades de públicos atendidos nas escolas, suas possíveis buscas pela leitura e necessidades de adaptação, além de apresentar como a biblioteca escolar, no seu histórico de funcionamento nas escolas de ensino fundamental, é possível de ser incorporada no processo de aprendizagem dos estudantes.

As Diretrizes das Bibliotecas Escolares regulariza a rede de bibliotecas escolares, conectando as bibliotecas em forma de rede, e esclarece a respeito do das atividades, da estrutura física, da política de coleções, do sistema de gerenciamento de acervo, da avaliação de serviços além de apresentar modelos de formulários para padronização de algumas atividades e serviços.

A seguir, serão descortinados os caminhos metodológicos que resultaram nas normativas elaboradas, com intuito de direcionar o trabalho cotidiano das bibliotecas escolares da referida Rede.

4.1 Concepções metodológicas

A necessidade latente de elaboração de documentos normativos para a Rede de Bibliotecas do Município de Vitória foi a mola propulsora de todos os envolvidos nesta tarefa. Com tantos aspectos positivos, vislumbrou-se um caminho possível de

ser trilhado nesta direção. Antes da pandemia provocada pela Covid-19, os bibliotecários desenvolviam o trabalho cotidiano individualmente, havia poucas ações coletivas. Com a pandemia, o contexto de ações e tarefas que foi imposto proporcionaram fluidez nas propostas apresentadas. Contudo, um empreendimento desse porte, não se sustentaria sem o apoio do órgão responsável pela organização e coordenação das atividades das bibliotecas escolares, a saber a Secretaria Municipal de Educação. Em vista disso, pela ausência de bibliotecário atuante nesta secretaria, formou-se uma comissão composta por 04 (quatro) bibliotecárias, que seriam responsáveis em apresentar a proposta diretamente à Secretária de Educação.

Positivamente aceita, a proposta consolidou-se na elaboração de dois grupos de trabalho integrados por técnicos que fazem parte do quadro de servidores do órgão central da SEME e os bibliotecários atuantes nas escolas da rede. Esses grupos trabalharam integradamente, com tarefas específicas. Uma equipe ficou responsável em elaborar uma redação inicial sobre a Política de Leitura e a segunda, daria ênfase às diretrizes para bibliotecas. Nesse encontro foi indicado também um representante do grupo de bibliotecários que exerceria suas atividades na SEME.

Já era intenção da SEME propor uma política de leitura para a educação, que contemplasse as diferentes etapas de ensino e diversidades apresentadas, por isso já existiam estruturas que orientassem a abordagem a ser seguida. Para a composição das diretrizes das bibliotecas, ainda não havia elaboração nenhuma, somente o desejo (e a necessidade) de legitimar as atividades que já eram executadas.

Como forma democrática de participação, durante encontro formativo em 2021, foi aberto aos demais bibliotecários que compunham o quadro de profissionais daquele ano, a possibilidade de se voluntariar em executar essa tarefa, juntamente com as quatro bibliotecárias. Nesse evento, foi acrescido a este grupo uma bibliotecária, totalizando 05 (cinco) bibliotecárias que assumiram essa tarefa.

Em primeira instância foi necessário um levantamento do que existia de documentos a respeito do histórico das bibliotecas, dos registros dos encontros, oficinas e fóruns, dos protocolos realizados na SEME, entre outros, para situar quais documentos existiam dessa rede e como ela se caracterizava. Os resultados foram pequenos, pois na mudança de gestão, os documentos eram perdidos, muitas vezes, depois que os computadores eram formatados e os arquivos extintos. Diante das

muitas lacunas, recorreu-se à entrevista com Alzinete Biancardi¹, que participou do Projeto de Revitalização das Bibliotecas Escolares no ano de 1998, no intuito de pavimentar o registro do histórico das bibliotecas. As informações anteriores a essa data, não foram obtidas. Vale informar que foi indispensável retomar o documento de boas práticas para as bibliotecas escolares, obtido por meio de arquivos pessoais, desenvolvido no ano de 2009, depois da realização de um fórum. Este fórum se converteu no esboço da primeira iniciativa de normatização de algumas ações, visando o fortalecimento das bibliotecas, enquanto corpo coletivo. Para tal, ainda foi necessário olhar para a dimensão educacional, o grupo obteve feedbacks mais satisfatórios ao regimento interno das unidades escolares, como também sobre as diretrizes para educação básica.

No segundo momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases de dados da área da biblioteconomia/ciência da informação, no intuito de nortear a composição de um sumário que desse conta de contemplar as necessidades das bibliotecas e conseguissem a configurar como rede. Utilizando os termos de biblioteca escolar e diretrizes para bibliotecas houve vários resultados, porém não foi encontrado com exatidão um modelo que abarcasse todas as expectativas de busca. Um resultado obtido, que vale a pena ressaltar, foi o registro de uma apresentação de um artigo, por Biancardi *et al.* (1998) em que relata o projeto de revitalização dos espaços escolares e consegue uma das primeiras menções à aquisição de acervo para as bibliotecas e atividades pedagógicas em desenvolvimento no período.

A direção encontrada foi elaborar, a partir da realidade vivenciada, um sumário com os pontos principais que essa equipe considerava importante para validação das ações desempenhadas pelos bibliotecários nas bibliotecas escolares. Juntamente com essa proposta, nortear o olhar para a academia foi de fundamental importância. A estratégia era fundamentar, por meio das experiências dos docentes, quais pontos estratégicos deveriam ser redigidos. Nessa vereda, chegou-se ao projeto de Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas, liderado pela Prof^a Dr^a Daniele Achilles, vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro — UNIRIO, que orientou todo o processo de redação das documentações.

¹ Registro da entrevista em arquivo pessoal. Alzinete Maria Roccon Biancardi é professora aposentada da Universidade Federal do Espírito Santo, tendo lecionado para os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia.

4.2 Processo de redação

Escrever um texto coletivo, além de ser uma tarefa complexa, exige algumas estratégias no intuito de contemplar todos os assuntos relevantes, e que seu conteúdo produza um resultado em que haja concordância para todos envolvidos e que apresente o resultado esperado aos agentes ativos àquela produção. Normalmente, as políticas são idealizadas e elaboradas por agentes governamentais, no entanto, a sua implementação ocorre por outros agentes que são os atingidos por aquela normativa (Secchi, 2013). As políticas públicas devem ser consolidadas pensando em algo duradouro, avaliando a importância de sua criação.

Não se faz política pública somente para e pela sociedade, mas com a sociedade. Há um senso comum difícil de ser rompido que perpassa o inconsciente coletivo das sociedades e as faz pensar a figura dos gestores públicos enquanto protagonistas das políticas públicas. Mas esse protagonismo não precisa e não deve ser privilégio dos gestores. As políticas devem ser construídas e avaliadas com a sociedade, uma vez que será ela a usufruir das melhorias decorrentes de projetos sociais e de objetivos delineados para o seu desenvolvimento. Essas políticas não podem ser políticas de governo, o que foi um erro fatal ocorrido ao longo da história do Brasil, uma vez que se apaga o que de bom aconteceu e iniciam-se projetos novos a cada governo. Há que se ter em mente a importância de projetos de Estado, perenes, duradouros, síncronos, descentralizados, voltados para a coletividade e que pensem na participação popular. Possibilitando aos indivíduos se apropriarem de sua história (Dziekaniak, 2011, p.9).

Nesse sentido, a todo o momento, as indagações precisavam olhar para a prática, visto que diante desta elaboração, os técnicos da SEME trabalharam colaborativamente com os bibliotecários, atuantes nas escolas. Mesmo assim, as realidades diversas precisavam ser consideradas e respeitadas.

Outro ponto preponderante foi a negociação exigida diante das perspectivas diferentes diante do mesmo objeto. Pela sua formação acadêmica, os bibliotecários tendem a enxergar a biblioteca escolar com ênfase aos aspectos administrativos e gerenciais, e os professores, sob o prisma pedagógico. Entender que esse local não é somente uma coisa, foi o primeiro desafio. De posse dessas prerrogativas e com a dinâmica que o trabalho exigia, as equipes de trabalho se dividiram para a escrita. Cada especialista se debruçou na escrita do texto pertinente à sua área de conhecimento, sendo responsável por produzir e apresentar aos demais colegas, as principais considerações. Essa dinâmica foi conduzida durante 03 (três) meses, ainda no ano de 2021. Por meio de um documento compartilhado, as informações

foram inseridas e avaliadas por essa equipe. Ao final desse ano foi apresentado um documento preliminar.

Como estratégia seguinte, considerada mais democrática pelos grupos de trabalho, foi proposto para o ano de 2022 validar esses textos aos seus pares, na carga horária de processos formativos já previstos no calendário escolar. Por meio de ferramentas disponibilizadas aos bibliotecários, o conteúdo do texto era acessado previamente e nos momentos dos encontros presenciais, eram debatidos se o texto fazia sentido diante da prática das atividades nas escolas. Ao final do encontro, os profissionais tiveram a oportunidade de registrar suas impressões diante dos pontos abordados. Foi oportunizado a todos os bibliotecários que atuaram na rede de bibliotecas no ano de 2022, a chance de registrar suas impressões, sugestões, dúvidas e discordâncias da produção que, afinal, tais normativas os afetaria diretamente. De igual modo, foi disponibilizado aos professores a tal oportunidade. Os registros produzidos pelos bibliotecários eram avaliados pelas equipes, analisando a sua pertinência diante da proposta apresentada e a devolutiva apresentada no próximo encontro formativo. Assim, no final de 2022, chegou-se à redação final, prosseguindo-se à revisão, editoração, diagramação, registro da obra e publicação.

4.3 Agentes envolvidos

O êxito na entrega dessas produções técnicas aponta a relação estabelecida entre os agentes envolvidos. Partilhando de objetivos em comum, o processo foi conduzido de forma clara e democrática. Evidenciamos aqui os colaboradores desse processo:

- **Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar**

Prefeito de Vitória

Lorenzo Pazolini

Vice-Prefeita

Estéfane da Silva Franca Ferreira

Secretária Municipal de Educação

Juliana Rohsner Vianna Toniati

Subsecretária de Gestão Educacional

Fabiola Barcelos Risso

Subsecretária de Gestão Pedagógica

Luana Santos Lemos

Subsecretário de Gestão Administrativa e Financeira

Thiago Fernando Costa

Assessor Sênior

Trajano Conti Ferreira

Secretária Executiva

Marinete Maria Trarbach Bremenkamp Murari

Gerente de Ensino

Elisangela de Souza

Gerente de Formação e Desenvolvimento em Educação

Truman José Vieira Júnior

Coordenadora da Educação Especial

Carla Gagno Intra Gumiero

Coordenadora da Educação infantil

Fernanda Vilela Miguel

Coordenadora de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Kristian Karla Inacio de Souza Moraes

Coordenador de Ensino Fundamental Anos Finais

Fabricio Moreira Rufino

Coordenadora de Educação em Tempo Integral

Silvana de Oliveira Teixeira

Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos

Viviane Cosme de Oliveira

Coordenadora de Tecnologias Educacionais

Eliene Guimarães

Coordenadora de Práticas Integradoras

Fátima Rodrigues Burzllaf

Coordenadora Pedagógica de Formação

Maristela Gatti Piffer

Coordenação Geral

Luana Santos Lemos
Fátima Rodrigues Burzlaff

Grupo de Trabalho

Andrea Carla Gonçalves
Alinne Locatelli Oliveira
Elane Couto Uliana
Fabiana Fernandes
Fátima Rodrigues Burzlaff
Flávio Marcus Ramos Fernandes
Joselma De Souza Mendes Rizzo
Larissa Schmaedeke Lange
Maria Amélia Barcellos Fraga
Mariluce de Souza Corrêa
Maristela Gatti Piffer
Renata Matos Martins Batista A. Simões
Roberta Trindade Falcão

Equipe sistematizadora

Fátima Rodrigues Burzlaf
Flávio Marcus Ramos Fernandes
Joselma de Souza Mendes Rizzo
Larissa Schmaedeke Lange
Mariluce de Souza Corrêa
Maristela Gatti Piffer

Colaboração

Vasti Gonçalves de Paula

Revisão de texto

Joselma de Souza Mendes Rizzo

Editoração

Genildo Ronchi

- Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede de Ensino Municipal de Vitória

Prefeito de Vitória

Lorenzo Pazolini

Vice-Prefeita

Estéfane da Silva Franca Ferreira

Secretária Municipal de Educação

Juliana Rohsner Vianna Toniati

Subsecretária de Gestão Educacional

Fabiola Barcelos Risso

Subsecretária de Gestão Pedagógica

Luana Santos Lemos

Subsecretário de Gestão Administrativa e Financeira

Thiago Fernando Costa

Assessor Sênior

Trajano Conti Ferreira

Secretária Executiva

Marinete Maria Trarbach Bremenkamp Murari

Gerente de Ensino

Elisangela de Souza

Gerente de Formação e Desenvolvimento em Educação

Truman José Vieira Júnior

Coordenadora da Educação Especial

Carla Gagno Intra Gumiero

Coordenadora da Educação infantil

Fernanda Vilela Miguel

Coordenadora de Ensino Fundamental Anos Iniciais

Kristian Karla Inacio de Souza Moraes

Coordenador de Ensino Fundamental Anos Finais

Fabricio Moreira Rufino

Coordenadora de Educação em Tempo Integral

Silvana de Oliveira Teixeira

Coordenadora da Educação de Jovens e Adultos

Viviane Cosme de Oliveira

Coordenadora de Tecnologias Educacionais

Eliene Guimarães

Coordenadora de Práticas Integradoras

Fátima Rodrigues Burzlaff

Coordenadora Pedagógica de Formação

Maristela Gatti Piffer

Coordenação Geral

Juliana Rohsner Vianna Toniati

Luana Santos Lemos

Organização

Fátima Rodrigues Burzlaff

Texto

Andrea Carla Gonçalves

Daniele Achilles Dutra da Rosa

Elane Couto Uliana

Fabiana Fernandes França

Mariluce de Souza Corrêa

Roberta Trindade Falcão

Revisão de texto

Joselma de Souza Mendes Rizzo

Editoração

Genildo Ronchi

4.4 Desafios e perspectivas

O itinerário desse percurso pode ser classificado, no mínimo, como ‘desafiador e ousado’. O trabalho das equipes foi árduo no sentido de encontrar o que de fato traria benefício para a educação. Ao idealizar um projeto como esse não se tinha

dimensão do que realmente aconteceria, considerando as dificuldades apresentadas anteriormente pelas equipes que procuraram esboçar um documento desse porte. A visão refletida pelas bibliotecárias era de se aproximar sempre dos seus pares. No universo de bibliotecários na rede, esse grupo representava pouco mais de 10% (dez por cento) dos profissionais. Era preciso envolvimento de todos para conhecimento da totalidade do texto, já considerando os próximos passos que seriam necessários.

Um facilitador foi a vontade política da atual administração da Secretaria de Educação em consolidar ações, há muito ansiadas por esse grupo, promovendo e apoiando a escrita deste documento. Com essas normativas, o município de Vitória daria um ‘passo em terreno sólido’ para alavancar as práticas dos bibliotecários, no intuito de elevar as condições das bibliotecas escolares.

Uma reflexão significativa sobre essa rede é a sua estrutura de funcionamento. Ao se considerar a realidade de possuir um bibliotecário para cada escola, de haver um sistema automatizado de gerenciamento de acervo, dos processos formativos ocorrerem em horário de trabalho e anualmente, entre outras, era de se esperar uma excelência na oferta qualitativa de produtos e serviços aos frequentadores das bibliotecas. No entanto, pode ser percebido que a ausência de políticas fragilizou ao extremo essa rede, no sentido de estagnar o seu crescimento.

A explanação sobre o processo de desenvolvimento, estrutura, escrita e importância dos documentos criados marcam nesta pesquisa um corte prático do fazer da autora-pesquisadora-bibliotecária. Nesse sentido, cabe aqui lembrar as palavras de Álfaro López (2008; 2010 *apud* Rosa, 2018) sobre a desconexão teórica e prática da biblioteca. Para o autor, a biblioteca com ‘b’ minúsculo não nos deixa pensar a Biblioteca com ‘B’ maiúsculo. Essa proposição teórica marca epistemologicamente o ‘descompasso’ entre a construção teórica que, muitas vezes, se distancia das práticas cotidianas do bibliotecário.

Refletindo sobre isso foi possível construir um delineamento desta pesquisa a partir de dois cortes: o teórico e o prático. Nesse caminho, o corte teórico subsidiado pela pesquisa documental e bibliográfica; já o corte prático alicerçado nas ações efetivas dos fazeres cotidianos e dos processos formativos. Nesse tocante, a intenção é aproximar tais dimensões, repensando a biblioteca escolar enquanto conceito, espaço e instrumento social, assim como propõe Rosa (2018) ao refletir sobre as bibliotecas públicas.

O prognóstico pode ser vislumbrado como promissor, à luz dessas transformações propostas para a rede. Entretanto, os agentes envolvidos nessa empreitada terão papel fundamental para o sucesso das ações propostas. A participação da comunidade escolar, o perfil de protagonista do bibliotecário e a vontade política da gestão na conversão dessas políticas de Governo em políticas de Estado, podem ser apontadas como basilares nessa trajetória.

5 PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE NORMATIVAS

*Não é que tem lei que pega ou que não pega.
O que tem é governo que faz cumprir a lei ou não. (Lula)*

O que fazer diante da apresentação de tais documentos? Quais seriam as estratégias de implementação? Como realizar uma ação inédita nas bibliotecas escolares das escolas municipais? Para responder tais indagações e olhar para frente, foi necessário diagnosticar a situação das bibliotecas escolares.

No ano de 2022, orientados pela Prof^a. Dr^a Daniele Achilles, responsável pelo Projeto Comunidade de Práticas em Bibliotecas Públicas e orientadora das ações da Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória, foi realizado um diagnóstico, por meio de formulário descritivo e registros fotográficos, a respeito da situação das bibliotecas escolares. É interessante pontuar, que no período de 2015 a 2020, essa rede ficou sem bibliotecário que atuasse na SEME para orientar as atividades coletivas, por esse motivo, cada bibliotecário atuou conforme a realidade e possibilidade. A proposta do diagnóstico foi identificar a realidade das bibliotecas, com vistas à implementação da política e diretrizes.

5.1 Ações relacionadas ao acervo

O diagnóstico apresentou muitas lacunas, principalmente com relação ao acervo. Das características apresentadas, a que mais chamou atenção foi a disparidade entre a quantidade de acervo físico e as informações apresentadas nos relatórios do sistema. Mesmo com um sistema de gerenciamento de acervo, algumas bibliotecas apresentavam problemas tecnológicos, relacionados à ausência de manutenção de computadores e acesso à Internet. Isso inviabilizou que alguns profissionais tivessem condições de inserir os dados dos acervos no sistema, por exemplo. Algumas bibliotecas apresentaram um acervo físico em torno de 7.000 (sete mil) exemplares, no entanto, o sistema apresentava apenas 28 (vinte e oito) exemplares cadastrados. O relatório demonstrou haverem apenas 3 (três) bibliotecas que apresentavam a totalidade de inserção de dados.

As questões de infraestrutura tecnológica foram resolvidas no ano de 2022, pela Secretaria de Educação, com a substituição de todos os computadores das

bibliotecas escolares e com o repasse de recursos para as escolas que relataram não possuir impressoras e leitores de código de barras, providenciarem a aquisição. Com essa medida, foi solucionado um dos grandes problemas persistentes na rede. Os bibliotecários foram orientados a proceder, com urgência, a inserção dos dados dos acervos no sistema. Para o ano de 2023, foi estabelecida uma meta semanal de inserção de acervos no sistema, com a evolução acompanhada semanalmente. Os avanços foram notórios, no entanto, algumas bibliotecas ainda apresentam disparidades entre o acervo físico e o relatório do sistema automatizado. A meta de 100% (cem por cento) dos acervos inseridos no sistema persiste nessa rede. Para as ações de desenvolvimento de coleções, constantes nas Diretrizes das Bibliotecas Escolares de Vitória, essa prerrogativa é indispensável.

Outra observação apresentada, foi oriunda da situação do acervo. Pela ausência de políticas de desenvolvimento de coleções, a maioria da composição do acervo de se dava por meio de doações. Elencamos a seguir, alguns desafios.

Os frequentadores das bibliotecas ansiavam encontrar títulos atuais, principalmente no campo da literatura. Algumas escolas, onde o gestor tinha o olhar sensível para essa realidade, a aquisição era realizada. Porém, em outras, a prioridade era a manutenção dos equipamentos, em detrimento da composição da coleção. Dentro dessa perspectiva, foram identificadas escolas que nunca haviam realizado compra para o acervo.

A incorporação direta de doações ao acervo foi revelada. Não havia parâmetros para distinguir a pertinência de uma doação para aquele público. Em geral, todos os acervos encaminhados pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Programa Biblioteca na Escola (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático Literário (PNDL Literário), o acervo do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que chegaram às escolas foram encaminhados às bibliotecas e incorporados ao acervo. Além disso, doações de particulares e órgãos públicos municipais e estaduais eram inseridas sem avaliação. Isso se refletiu em bibliotecas cheias, com acervos sem circulação.

Há de se destacar a obsolescência de alguns conteúdos armazenados em mídias de fitas cassetes, de fitas de filmadoras analógicas e de *Digital Versatile Disc* ou Digital Video Disc (DVD) que pela ausência de equipamentos nas escolas que realizam a leitura dessas mídias, pela falta de recursos na conversão em outra mídia

atual para a reprodução ou pelo desinteresse dos frequentadores das bibliotecas em buscar esses materiais, se encontravam armazenadas em armários nas bibliotecas.

Para sanar a problemática do “inchaço” dos acervos, foi necessário iniciar algumas ações para otimizar sua utilização, visto que algumas publicações não circulavam há cerca de 10 anos. Nessa direção, após o lançamento das normativas no ano de 2023, o serviço de desbaste e descarte foi instaurado. Os bibliotecários foram orientados a, juntamente com uma equipe da escola, identificar e listar todas as obras que eram classificadas como excedentes para a escola ou que não havia condições de serem utilizadas. As obras deveriam ser listadas conforme um modelo prévio e retiradas do acervo corrente. As listas prontas deveriam ser impressas, assinadas pela equipe e encaminhadas às reuniões ordinárias do Conselho Escolar, que dariam a anuência ao destino do material. Essa etapa, até o fim de 2023, não foi concluída por completo nas escolas, havendo necessidade de retomada e conclusão dessa ação.

5.2 Ações relacionadas ao trabalho do bibliotecário

As mudanças alusivas às bibliotecas escolares podem ser consideradas proeminentes. Dos anos de existência das bibliotecas escolares na Rede Municipal de Ensino, não há registros de ações efetivas nesse cenário, induzindo a concluir que pode se considerar um fato excepcional. Devido a essa realidade apresentada, era necessário orientar o profissional que protagonizaria as ações desse trabalho: o bibliotecário.

O quadro atual de profissionais é composto por efetivos, aprovados nos concursos públicos de 2006 e 2010, totalizando 35 servidores, e contratados, classificados no último processo seletivo de 2021, com 19 vagas. Desse total, as bibliotecas com postos das vagas de contratação temporária nem sempre são ocupadas, pelo fato dos bibliotecários já estarem atuando em outro espaço, quando são convocados a assumir. A política de contratações da Prefeitura Municipal de Vitória, concede aos profissionais de várias categorias, a permanência máxima de 02 (dois) anos, segundo a Lei Municipal nº 7.534/2008 (Vitória, 2008). Por essa razão, ao se dar o término do contrato, é necessário iniciar todo o trabalho com um novo profissional, que em alguns casos, nunca atuaram em bibliotecas escolares.

Nessa configuração, o processo formativo se torna de suma importância. A Política de Formação Continuada para Profissionais da Educação da PMV contempla no calendário letivo das unidades de ensino, uma carga horária na qual os profissionais se reúnem para estudar, aprender, discutir, propor novas ideias para atuação no ambiente escolar (Vitória, 2018). Ao início de cada ano letivo, o cronograma de formação continuada é disponibilizado aos bibliotecários, para tomarem ciência e participarem desses momentos.

Aos novos bibliotecários que ingressam na rede, é ofertado o treinamento inicial para utilização do sistema de gerenciamento de acervo, com ênfase nas adaptações efetuadas especificamente para a PMV. Outra abordagem, é apresentar a esses a estrutura de funcionamento da rede, orientado quanto aos grupos de trabalho, as atividades colaborativas e quaisquer outras questões pertinentes ao seu cotidiano de afazeres na escola.

A proposta formativa para o ano de 2023 foi nomeada: *Bibliotecas escolares da Rede de Ensino de Vitória: ações integradas para consolidação de Políticas Educacionais*. O objetivo do conteúdo curricular foi de preparar os bibliotecários para os novos desafios que estariam por vir. O quadro a seguir descreve os pontos do processo formativo, com temas e os resultados esperados.

Quadro 5 - Conteúdo do Processo Formativo de Bibliotecários de 2023

Tema	Abrangência	Resultados a serem alcançados
1 Sensibilização das Equipes	Sensibilização dos profissionais bibliotecários sobre a implementação das diretrizes contidas na política, a partir de dinâmicas, escuta atenta e registro das impressões.	Entender quais são os maiores desafios a serem enfrentados durante a implementação das políticas no processo de efetivação.
2 Política do livro, da leitura e da biblioteca escolar	- Apresentação do documento de política, destacando os resultados a serem alcançados, os temas prioritários, as compreensões, bem como definições, diretrizes elencadas e fluxo dos processos que serão implementados. - Desenvolvimento da formação “Política do livro, da leitura e da biblioteca escolar: compreensão e implementação”.	- Tornar o documento de política e as diretrizes conhecido por todos os bibliotecários e profissionais da Rede de Bibliotecas de Vitória; - Apresentação do cronograma de formação continuada; Alertar e conscientizar o bibliotecário de como pode contribuir como profissional do ambiente escolar para a promoção

		da leitura.
3 Diretrizes das Bibliotecas Escolares	Análise das estratégias, fluxos e processos que serão desenvolvidos pela Rede de Bibliotecas coletivamente.	Cronograma e formas de ações coletivas na preparação do acervo para avaliação da coleção; Apresentação do fluxo de trabalho a ser realizado em 2023 para iniciar o processo de implantação das políticas.
4 Gestão Colaborativa em Rede e o ambiente escolar.	Competências de atuação como gestor da biblioteca escolar e sua interação com os demais profissionais que atuam nesse espaço educacional.	Atuação diferenciada do bibliotecário no ambiente escolar; Desenvolvimento de habilidades e competência do bibliotecário escolar.
5 A Responsabilidade Social da Biblioteca Escolar	Desenvolvimento da formação “Responsabilidade social da Biblioteca Escolar à luz dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU”.	Visibilidade de ações em cumprimento à missão social da biblioteca pública escolar; Identificação das potencialidades de cada biblioteca que o profissional atua com vistas nos 17 ODS.
6 Espaço da Biblioteca como território da Comunidade Escolar	Potencialidades de uso da biblioteca e o bibliotecário como agente promotor de ações de educação e cultura no ambiente escolar voltados a comunidade local	Planejamento das ações diferenciadas de promoção cultural na biblioteca escolar.
7 Relatos de experiências	Apresentação de trabalhos desenvolvidos nas escolas pelos bibliotecários a partir da implementação das ações direcionadas pela Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca escolar e pelas Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória	- Consolidar o aprendizado de ações realizadas para a contribuição do bibliotecário no processo de ensino-aprendizagem do estudante; - Consolidar o aprendizado obtido a partir das formações realizadas até o momento à luz das ações efetuadas no início da implantação; - Planejamento para o Desenvolvimento de um evento “<i>Semana da Biblioteca Escolar do Município de Vitória: atuação e diálogos possíveis</i>”.
8 Implementação das Diretrizes	Início de reflexões sobre quem são os usuários reais e potenciais da biblioteca escolar, para identificação de necessidades de leitura.	Preparação dos fluxos e estratégias voltadas a primeira etapa do Desenvolvimento de Coleções nas bibliotecas escolares.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

Diante da empreitada prevista e pela inexperiência dos bibliotecários da rede, coube o convite à Prof^a. Dr^a. Daniele Achilles, para a realizar as palestras dos encontros presenciais, visto a sua interação com os bibliotecários que redigiram as Diretrizes das Bibliotecas Escolares e o conhecimento do teor dessas normativas. Os encontros se deram nos meses de abril, junho e setembro, com duração de 8h cada um deles. Nessa oportunidade, a referida professora pôde visitar algumas bibliotecas escolares, no intuito de se apropriar melhor da realidade e por consequência contribuir ainda mais para as ações de implementação dessas diretrizes.

É oportuno destacar o papel fundamental dessa orientação para as bibliotecas. Nas primeiras instruções, quanto à redação das diretrizes, o grupo das bibliotecas estava convicto que após a entrega do documento final, as ações de implementação ocorreriam em um curto espaço de tempo e com todas as modalidades ao mesmo tempo. Nesse sentido, é importante que redes de bibliotecas contem com o apoio acadêmico para dar passos em prol de sua institucionalização ou, até mesmo, da atualização de suas atividades cotidianas por meio do acesso aos aportes teóricos para conduzir com tranquilidade esse planejamento, conscientizando a todos e conferindo lucidez ao tempo necessário de implementação e consolidação das normativas.

Assim, foi possível elencar as ações realizadas no período de 2021 a 2023, vislumbrando a implementação das diretrizes:

- Diagnóstico da situação das bibliotecas
- Aquisição de acervo por meio de compra
- Compra de computadores, leitores de códigos de barras e impressoras
- Inserção do acervo no sistema automatizado de gerenciamento
- Aquisição de mobiliário (estantes, mesas, cadeiras)
- Melhorias nos espaços físicos nos aspectos de ludicidade (pinturas, plotagens, tapetes, puffs, etc.)
- Projetos de incentivo à leitura e produção literária
- Levantamento dos acervos para desbaste/descarte

5.3 Ações da gestão educacional

As ações traçadas na direção do sucesso da implementação dessas orientações, perpassam pela esfera da atuação política dos gestores da Secretaria Municipal de Educação. Evidencia-se a atuação da Secretária Municipal de Educação Juliana Rohsner Vianna Toniati, no sentido de promover, subsidiar e acompanhar os reflexos dessa política educacional no âmbito da biblioteca escolar. Com uma mudança de eixo direcional, sua diligência proporciona subsídios marcantes, que sem dúvida, pode ser considerado um divisor de águas para as bibliotecas escolas.

É cabido destacar, como ações dessa gestão, o investimento em infraestrutura tecnológica que proporcionou a substituição de antigos computadores existentes nas bibliotecas, bem como o repasse de recursos para aquisição de impressoras e leitores de código de barras. Tais equipamentos oferecem aos bibliotecários condições efetivas de trabalho, apontando para a valorização das bibliotecas escolares e dos profissionais que nela atuam.

Oportunamente, enfatizamos a dotação orçamentária para a manutenção dos acervos das bibliotecas, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória, por meio da Portaria n.º 028, que totalizaram R\$ 707.500,00 (setecentos e sete mil e quinhentos reais) (Vitória, 2022). Para o ano de 2023, esse repasse foi de R\$ 765.100,00 (setecentos e sessenta e cinco mil e cem reais), conforme registrado na Portaria n.º 027, publicado no Diário Oficial do Município de Vitória em 05 de junho, que já menciona esse repasse como ações concernentes às políticas educacionais (Vitória, 2023).

O panorama vislumbrado para 2024 é que além da continuidade na destinação de tais recursos, diálogos ocorram para a elevação da categoria de políticas educacionais em legislação municipal, garantindo a manutenção das ações iniciadas. Outro posicionamento solicitado pelos bibliotecários e apoiado pela Secretária de Educação Juliana Rohsner Vianna Toniati é a viabilização de concurso público para preenchimento das vagas em aberto para as bibliotecas escolares, que atualmente são preenchidas por meio de contratos de trabalho temporário.

6 METODOLOGIA DAS AÇÕES PREVISTAS

As proposições com o intuito de contemplar a implementação da “*Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar*” e das “*Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*” precisam ser observadas com atenção e cuidado. Dispor de metodologias de pesquisas que possam constatar possibilidades de ações para as bibliotecas escolares que apresentam diferentes contextos situacionais está entre os objetivos desta análise.

Uma das preocupações é a busca por uma metodologia que possa ser executada por todas as bibliotecas simultaneamente, respeitando suas singularidades e potencialidades.

6.1 Estudo de Usuários

Na análise dos dados quantitativos, propomos coletar os dados a partir dos sistemas de gestão escolar e de gerenciamento de acervo e de relatórios emitidos por bibliotecários, que deem conta de caracterizar a utilização da biblioteca de cada escola pelos estudantes e professores. O alinhamento desses resultados pode iniciar a etapa de estudo de usuários, ainda não realizada, que deve ser uma ação a ser executada no ano de 2024.

Um destaque pertinente é o repasse anual de recursos financeiros para a manutenção de acervos previsto na Política de leitura. Esta é uma verba entregue diretamente às escolas sendo possível particularizar a aquisição conforme a necessidade apontada por meio dos projetos desenvolvidos ou abordagem pedagógica. Os bibliotecários, em conjunto com a equipe escolar, realizaram compras de livros nos anos de 2022 e 2023 realizando a coleta de sugestões diretamente com os frequentadores das bibliotecas, baseando a escolha dos títulos nos critérios da política de desenvolvimento de coleções prevista nas Diretrizes.

Por meio de um estudo de usuários, realizado de forma sistemática, pode ser caracterizada várias realidades apresentadas pela comunidade onde a escola está inserida, bem como seus interesses na busca da informação. O processo de aquisição, por meio da compreensão de quem são seus usuários, pode revelar carências, que nem mesmo o próprio frequentador da biblioteca pode conseguir perceber. Realizar uma compra assertiva, demonstrando conhecimento dos seus

frequentadores, pode elevar a biblioteca ao *status* de antever as dificuldades apresentadas e se tornar ainda mais pertinente no ambiente escolar.

Essa elaboração, além de auxiliar o trabalho do bibliotecário, apresenta para a Rede de Bibliotecas, um documento capaz de comprovar o perfil dos seus frequentadores, que hoje está baseado em conhecimentos empíricos. Outro dado que pode ser revelado é quanto à necessidade de investimentos em outras áreas de interesse. Atualmente, não há livros digitais na composição do acervo. Essa lacuna não foi descrita nas Diretrizes das Bibliotecas devido à ausência de informações que possam sustentar essa prática. Muitas indagações surgiram nessa direção: como se dá a leitura de livros digitais pelos estudantes? Como a SEME pode garantir o direito ao acesso de todos a esse material? Quais equipamentos seriam necessários à biblioteca para acesso a essa leitura? Ainda sem respostas para esses questionamentos, estudar o modo de leitura digital praticado pelos frequentadores das bibliotecas pode conseguir elucidar e direcionar a atuação das bibliotecas.

6.2 Avaliação dos Serviços

A missão da biblioteca escolar preconiza, dentre outras funções, o atendimento à comunidade à qual ela está inserida por meio da apresentação de resultados, competências e recursos que apoiem as atividades educacionais e que apresentem respostas aos anseios da comunidade escolar (IFLA, 2016). Tal prerrogativa nos leva a entender que os serviços oferecidos pelas bibliotecas escolares devem estar em consonância com essa missão e devem vislumbrar o seu aperfeiçoamento contínuo.

Na tentativa de identificação dos serviços apresentados pelas bibliotecas escolares da Rede, nos deparamos com algumas questões relacionadas à atribuição do cargo de bibliotecário. De acordo como Decreto Municipal 13.613/2007 que regulamenta as atribuições de um bibliotecário, para a PMV, é possível perceber que estão voltadas para a organização e disponibilização de informação e circulação de materiais (Vitória, 2007). Entretanto, a biblioteca escolar é vista com espaço pedagógico, sendo sustentado que outras competências são exigidas dos profissionais que vão para além das atividades administrativas e organizacionais (Garcez, 2014). Essa encruzilhada tem permeado várias discussões há tempos nos momentos de processos formativos da Rede. Mesmo atuando em escolas, o cargo é

administrativo. A reflexão que nos cabe é que novos percursos precisam ser traçados, com objetivo de aproximar as atividades dos bibliotecários com a proposta da biblioteca escolar. Nessa direção, a proposta de um novo concurso é latente, com novas definições de atribuições relativas a bibliotecários que atuam na escola. Enquanto não há modificação nessas estruturas, devemos nos ater ao que oficialmente regular as atividades: o decreto municipal supracitado.

As diretrizes apontam como características das bibliotecas escolares a serem avaliadas: acervo: se há qualidade, quantidade e circulação; Estrutura física; Política de Desenvolvimento de Coleções; Serviços e Produtos relacionado principalmente ao acesso à informação, funcionamento, treinamento de usuários, serviço de referência e parcerias (Vitória, 2023). Nessa dimensão, é necessária a pesquisa quali-quantitativa, na busca de extrair informações que consigam esclarecer como se apresentam esses serviços. Acredita-se que por meio dos relatórios internos, normativas, comunicados seja possível sistematizar quais são os serviços ofertados pelas bibliotecas.

Esses tópicos apenas sinalizam algumas das proposições cabíveis diante desse estudo, traçados a partir de projeções necessárias. Não se pode descartar o surgimento de novas propostas de ações previstas advindas da execução das pesquisas, bem como das proposições a serem apresentadas por esta banca de exame de qualificação. A junção de todas as investidas na direção das bibliotecas escolares beneficiam, não só as do sistema de ensino municipal de Vitória, mas todas as que possam se apropriar das pesquisas a serem reveladas a partir desse estudo. A elevação das competências a serem desenvolvidas por meio desse ambiente escolar, se desdobram na consolidação do acesso à biblioteca escolar no ensino e aprendizagem de todos, objetivo comum das bibliotecas escolares por todo o mundo.

7 INVESTIMENTOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

O investimento em políticas públicas voltadas para a modernização e fortalecimento das bibliotecas escolares é fundamental para promover o acesso à educação e à informação de qualidade.

Nessa perspectiva, as bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Vitória, avançaram exponencialmente nas suas ações de fortalecimento entre os anos de 2021 a 2023. Os aspectos analisados por essa pesquisa baseiam-se em quatro tópicos de investimentos: tecnológico, acervo, formação profissional e assessoria técnica.

7.1 Acesso tecnológico

O uso da tecnologia pelas bibliotecas na atualidade se apresenta cada vez mais essencial. Essas ferramentas subsidiam o trabalho do bibliotecário, seja por meio da utilização dos catálogos on-line ou no retorno de informações demandadas pelos usuários. Nas bibliotecas escolares, essa realidade não é diferente, visto que os estudantes matriculados no ensino fundamental são considerados a “Geração Z”, que crescem em um ambiente onde a tecnologia digital, especialmente a internet, já é disponível desde uma idade muito jovem. Nesse contexto, a biblioteca escolar precisa acompanhar seu público utilizando a tecnologia como recurso educacional e oferecendo ao estudante suportes diferenciados na busca pela informação.

O panorama das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vitória, em se tratando de tecnologia, encontrava-se defasado. Mesmo utilizando um sistema de gerenciamento de acervo on-line, os computadores disponíveis já se encontravam obsoletos, e em alguns casos, incompatíveis com a configuração recomendada pelo desenvolvedor do software. Os computadores que eram utilizados pelos bibliotecários, na sua maioria, haviam sido repassados para a biblioteca depois da troca dos computadores da secretaria escolar ou do diretor escolar.

No ano de 2022, houve uma mudança nessa realidade e por meio de uma política de investimento nas bibliotecas, houve o repasse de computadores novos, com configurações atuais, destinados ao bibliotecário. Além disso, foi garantido que todos os computadores tivessem acesso à Internet. É interessante refletir acerca desse acesso, pois, em muitos contextos, é praticamente esperado que um

computador esteja conectado à rede para acessar recursos online, como e-mails, mídias sociais, informações e serviços diversos, no entanto, os computadores de algumas bibliotecas escolares não possuíam conexão com a Internet devido à ausência de infraestrutura de cabeamento de rede que conseguisse dar esse acesso. Com a mudança dessa realidade, todas as bibliotecas passam a ter condições de utilizar o sistema on-line de gerenciamento de acervo, iniciando essa atividade somente em 2022, com dez anos de atraso.

O investimento foi estendido para periféricos como leitor de código de barras e impressoras. Esses equipamentos se fazem necessários visto que o sistema de gerenciamento de acervo possui recursos para criação de código de barras para códigos de exemplares, por exemplo, e essa modalidade auxilia na agilidade de circulação de materiais. A proposta de repasse de recurso para esse investimento é que todas as bibliotecas tenham igualmente equipamentos que subsidiem o trabalho do bibliotecário. A realidade apresentava muitas disparidades, pois se atrelava o investimento na biblioteca à subjetividade do gestor escolar entender que havia essa prioridade. Com essa proposta, a Secretaria de Educação promoveu a equidade para todas as escolas.

Foi realizado um diagnóstico em todos os espaços escolares, por meio de formulários on-line de registro de informações, em que o bibliotecário deveria informar a necessidade desses equipamentos. Desta forma, o repasse foi realizado, com base nos seguintes parâmetros:

- Valor para compra de leitor — R\$ 700 (setecentos reais);
- Valor para compra de impressora — R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

É válido ressaltar que esse investimento tem um caráter diferenciado, pois esses equipamentos são considerados recursos permanentes da biblioteca e totalizaram o valor de R\$ 75.800,00 (setenta e cinco mil e oitocentos reais).

Conforme a sinalização das escolas, o repasse do recurso publicado por meio da Portaria nº 028, de 31 de maio de 2022, se deu da seguinte forma:

Quadro 6 - Valor do repasse de recurso para equipamentos periféricos

Escola	Valor do Repasse
--------	------------------

EMEF Alberto de Almeida	Não sinalizou necessidade
EMEF Adão Benezath	R\$ 700,00
EMEF Aristóbulo Barbosa Leão	R\$ 2.200,00
EMEF Álvaro de Castro Mattos	R\$ 1.500,00
EMEF Arthur da Costa e Silva	R\$ 700,00
EMEF Amilton Monteiro da Silva	R\$ 2.200,00
EMEF Alvimar Silva	R\$ 700,00
EMEF Adilson da Silva Castro	R\$ 2.200,00
EMEF Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo	R\$ 1.500,00
EMEFTi Anacleta Schneider Lucas	R\$ 2.200,00
EMEF Ceciliano Abel de Almeida	R\$ 2.200,00
EMEF Castelo Branco	R\$ 700,00
EMEF Custódia Dias de Campos	R\$ 1.500,00
EMEF EJA Prof. Dr. Admardo Serafim de Oliveira	R\$ 2.200,00
EMEF Éber Louzada Zippinotti	R\$ 700,00
EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio	Não sinalizou necessidade
EMEFTi Professora Eunice Pereira Silveira	R\$ 2.200,00
EMEF Eliane Rodrigues dos Santos	R\$ 2.200,00
EMEF Experimental de Vitória - Ufes	R\$ 700,00
EMEF Elzira Vivácqua dos Santos	R\$ 700,00
EMEF Francisco Lacerda de Aguiar	R\$ 2.200,00
EMEF Heloisa Abreu Júdice de Mattos	R\$ 2.200,00
EMEF Irmã Jacinta Soares de Souza Lima	R\$ 2.200,00
EMEFTi Izaura Marques da Silva	R\$ 2.200,00
EMEF José Áureo Monjardim	R\$ 2.200,00

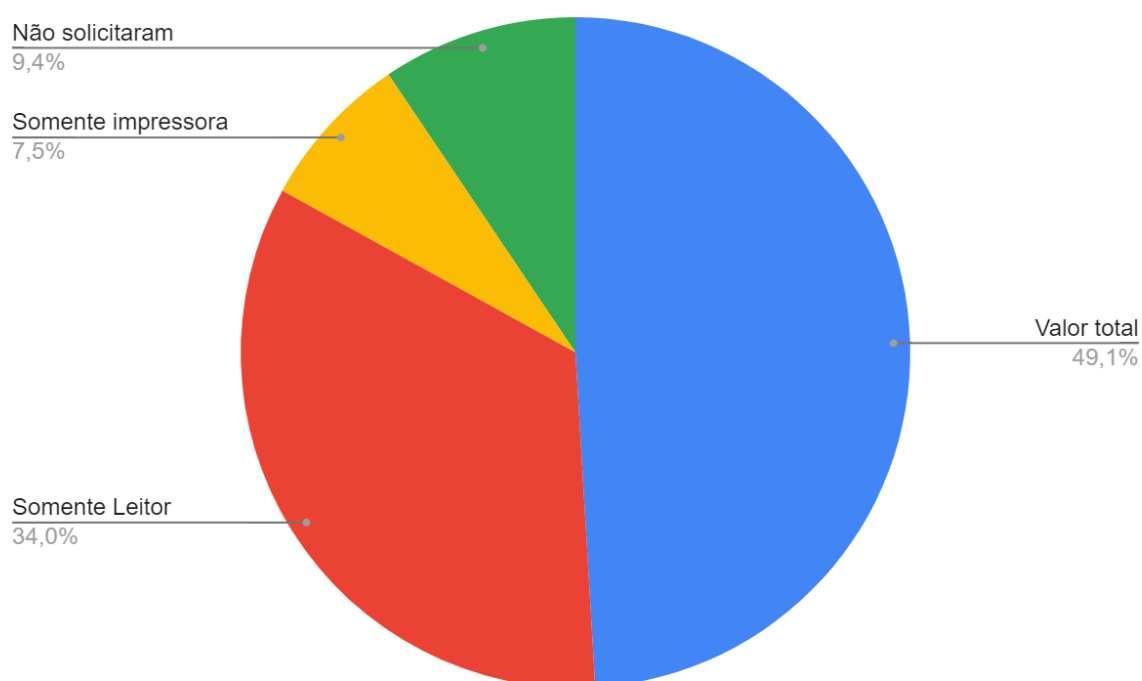
EMEF João Bandeira	R\$ 1.500,00
EMEF Juscelino Kubitscheck de Oliveira	R\$ 700,00
EMEFTi José Lemos de Miranda	R\$ 700,00
EMEF Lenir Borlot	R\$ 2.200,00
EMEFTi Moacyr Avidos	R\$ 2.200,00
EMEF Mauro Braga	R\$ 2.200,00
EMEF Marieta Escobar	R\$ 2.200,00
EMEF Maria José Costa Moraes	Não sinalizou necessidade
EMEF Maria Leonor Pereira da Silva	R\$ 700,00
EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes	R\$ 2.200,00
EMEF Maria Madalena de Oliveira Domingues	R\$ 700,00
EMEF Prof. Maria Stella de Novaes	Não sinalizou necessidade
EMEF Neusa Nunes Gonçalves	R\$ 2.200,00
EMEF Orlandina D Almeida Lucas	R\$ 700,00
EMEF Otto Ewald Júnior	R\$ 700,00
EMEF Octacílio Lomba	R\$ 700,00
EMEF Prezideu Amorim	R\$ 700,00
EMEF Padre Anchieta	R\$ 700,00
EMEF Padre Guido Ceotto	Não havia sido criada em 2022
EMEFTi Paulo Reglus Neves Freire	R\$ 2.200,00
EMEF Paulo Roberto Vieira Gomes	R\$ 2.200,00
EMEF Rita de Cássia Oliveira	R\$ 700,00
EMEF Professora Regina Maria Silva	R\$ 700,00
EMEF Ronaldo Soares	R\$ 2.200,00
EMEF Suzete Cuendet	R\$ 2.200,00

EMEF São Vicente de Paulo	R\$ 2.200,00
EMEF Tancredo de Almeida Neves	R\$ 2.200,00
EMEF Prof. Vercenílio da Silva Pascoal	R\$ 2.200,00
EMEF Zilda Andrade	Não sinalizou necessidade

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os dados revelam que das 54 unidades de ensino fundamental, 26 sinalizaram necessidade de repasse total do recurso previsto, demonstrando a fragilidade de equipamentos necessários ao desenvolvimento do trabalho. Apenas 5 escolas registraram não possuir tal necessidade, correspondendo a 9,4% do total de escolas da rede. O gráfico abaixo, demonstra um panorama da utilização desse recurso:

Gráfico 1 - Recebimento do Recurso para Aquisição de Periféricos

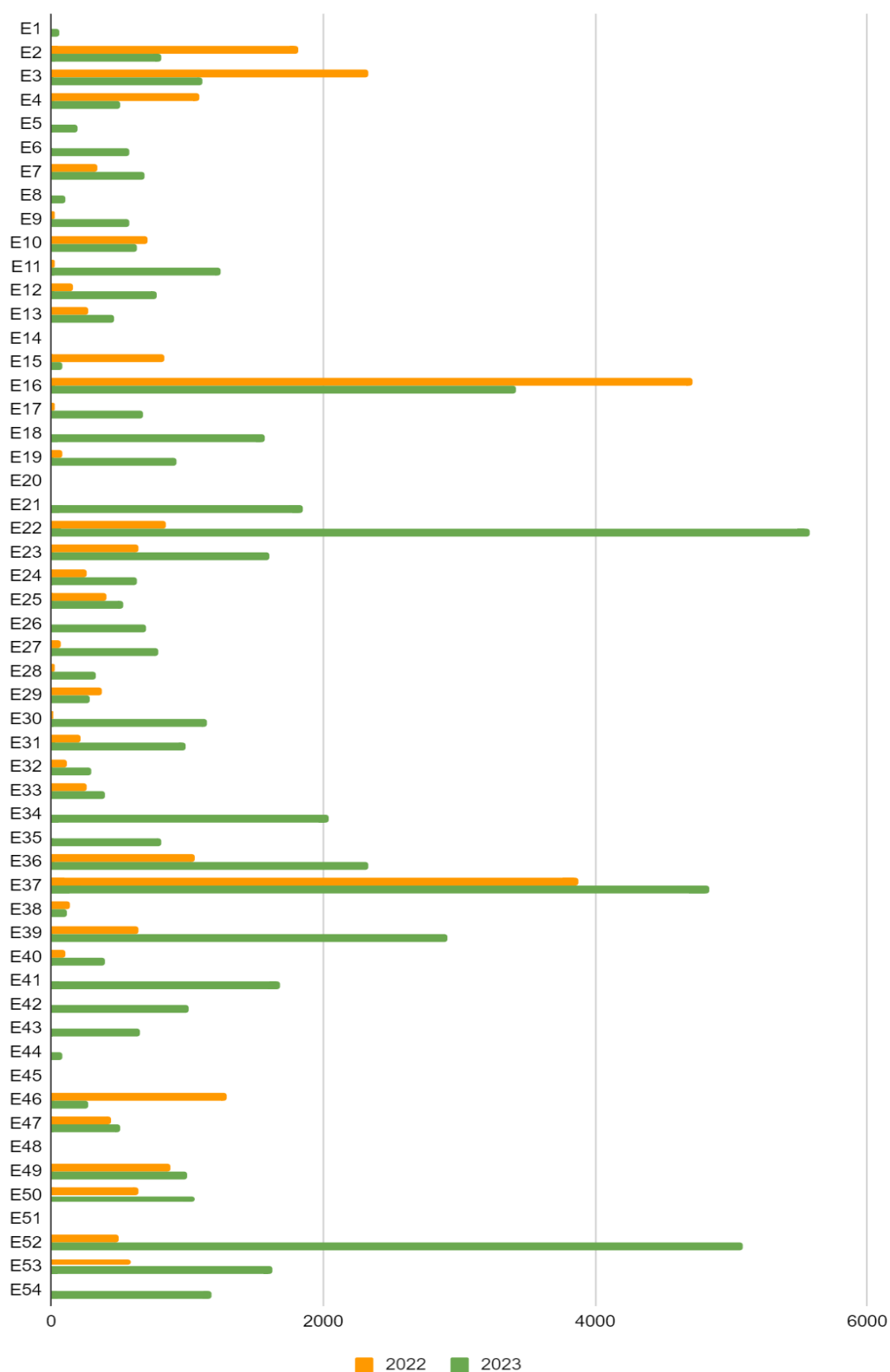


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os investimentos possuem impacto direto nos dados da rede, pois se observou um crescente aumento na quantidade de inserção de dados no sistema de

gerenciamento de acervo, que pode estar relacionado, fundamentalmente, à troca de computadores e acesso à internet. Os dados precisam ser analisados em associação a outras variáveis, como estabelecimento de grupos de trabalho que atenuam as dúvidas e aumentam a confiabilidade de uso do sistema; à permanência de um bibliotecário na SEME, que oriente nas atividades de catalogação e à Diretriz das Bibliotecas Escolares que prevê um tempo mínimo de catalogação semanal. Todas essas variáveis estão relacionadas ao estabelecimento de políticas públicas registradas nos documentos municipais. O gráfico a seguir, apresenta a evolução da catalogação nos anos de 2022 e 2023

Gráfico 2 - Evolução da Catalogação dos acervos das bibliotecas (2022–2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A observação necessária é que no ano de 2021 as escolas ainda se encontravam em modalidade de ensino híbrido, alternando entre atividades

presenciais e on-line e assim, apenas os 15 (quinze) bibliotecários que atuavam no grupo de trabalho de catalogação realizaram essa atividade. O investimento tecnológico aconteceu no segundo semestre de 2022, por isso nos anos de 2022 e 2023 os dados apresentaram uma grande evolução, principalmente em 2023. Apenas 08 (oito) escolas, das 54 apresentadas, demonstram crescimento em 2022 superior a 2023 evidenciando maior empenho profissional ou inclusão de todo acervo no sistema. Em 2023 apresenta-se crescimento substancial nas 49 (quarenta e nove) escolas e em apenas 05 (cinco) se registra ausência de crescimento, explicado por 02 (duas) registrarem ingresso de bibliotecário no terceiro trimestre do ano e em 03 (três) o espaço da biblioteca continua em construção.

A análise da rede de bibliotecas escolares do sistema municipal de ensino de Vitória demonstra positividade diante do panorama nacional. Os investimentos diretos nas necessidades das bibliotecas escolares demonstra uma preocupação com a qualidade da educação municipal, que tem a biblioteca escolar como um importante espaço de aprendizagem na escola, preconizado pelas diretrizes da IFLA/Unesco.

7.2 Manutenção dos acervos

A leitura desempenha um papel fundamental na formação de um leitor crítico, por expandir horizontes, estimular a reflexão e desenvolver habilidades de análise e interpretação. Ao se envolver com diferentes gêneros e perspectivas, o indivíduo aprende a questionar informações, identificar argumentos válidos e reconhecer vieses. Esse processo de leitura crítica não apenas enriquece o conhecimento, mas também promove a autonomia intelectual e a capacidade de tomar decisões informadas. Em um mundo saturado de informações, a leitura crítica se torna essencial para discernir a veracidade dos conteúdos e contribuir para um debate mais consciente e fundamentado na sociedade.

Expandindo um pouco mais essa reflexão, apresentamos a biblioteca escolar como fonte de informação e leitura, por possuir em seu acervo materiais que podem oferecer aos estudantes possibilidades de leitura (no sentido plural) que podem auxiliar no seu processo de formação. Nesse contexto, o investimento na atualização de acervo se torna fundamental para promover discussões de temas atuais da sociedade, além de estimular o estudante a ser sujeito leitor.

Diferente de políticas anteriores que realizavam processo licitatório para aquisição de acervo para todas as bibliotecas escolares, é atualmente enviado um recurso para a escola, orientando a utilização por meio de comunicação interna. A utilização desse recurso baseia-se na *Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar* e nas “*Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*” que orienta que a aquisição obedeça os seguintes parâmetros presente na Comunicação Interna (CI) SUBGP nº 061:

- Formação de uma Comissão Deliberativa tendo como membros: Bibliotecário, Diretor, um Pedagogo, um Professor dos Anos Iniciais e um dos Anos Finais;
- Que a verba possa transitar nas diversas categorias do acervo priorizando a que houver mais necessidade, atentando-se para a aquisição máxima de 3 exemplares de um mesmo livro;
- Que o acervo dialogue com as Diretrizes Curriculares Municipais e possibilite a integração das ações pedagógicas referentes a diferentes áreas do conhecimento;
- Que 30% (trinta por cento) dos recursos sejam investidos em títulos que contemplem as temáticas dos Conteúdos Transversais do Conhecimento: Educação das Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental, Práticas Restaurativas e Educação em Direitos Humanos;
- Que o acervo contemple conteúdos e imagens que apresentem a população negra e indígena sem estereótipos racistas e/ou histórias que marginalizam ou diminuem a dignidade dessas populações;
- Que a seleção obedeça a critérios que promovam a dignidade humana e deem visibilidade às diversidades étnicas brasileiras;
- Que o acervo atenda os interesses e anseios da comunidade escolar, observando temas, assuntos e títulos;
- Que os títulos possibilitem a promoção do gosto/encantamento pela leitura e do senso crítico;
- Que a escolha dos títulos busque a diversidade de textos e de gêneros textuais, em variados suportes;
- Que assegure o acesso a livros e textos com imagens e projetos gráficos de qualidade, envolvendo diversificadas técnicas, materiais e recursos gráficos, como desenhos, fotografias, texturas, gravuras, colagens etc;
- Que a escolha dos títulos para composição do acervo contemple Autores e Autoras Capixabas, desde que atendam os requisitos e necessidades das orientações acima. (Vitória, 2022)

O primeiro ano de repasse do recurso foi em 2022, registrado por meio da Portaria nº 028, de 31 de maio e seguiu-se no mesmo formato em 2023, definido pela Portaria nº 027, de 30 de maio, publicadas no Diário Oficial do Município de Vitória e disponíveis no portal on-line da Prefeitura Municipal.

Quadro 7 - Valor de repasse de manutenção de acervo anos 2022 e 2023

Escola	Valor do Repasse		Valor total
	2022	2023	
EMEF Alberto de Almeida	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Adão Benezath	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Aristóbulo Barbosa Leão	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Álvaro de Castro Mattos	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Arthur da Costa e Silva	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Amilton Monteiro da Silva	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Alvimar Silva	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Adilson da Silva Castro	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Adevalni Sysesmundo Ferreira de Azevedo	R\$ 17.500,00	R\$ 15.200,00	R\$ 32.700,00
EMEFTi Anacleta Schneider Lucas	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Ceciliano Abel de Almeida	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Castelo Branco	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Custódia Dias de Campos	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF EJA Prof. Dr. Admardo Serafim de Oliveira	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Éber Louzada Zippinotti	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Edna de Mattos Siqueira Gaudio	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEFTi Professora Eunice Pereira Silveira	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Eliane Rodrigues dos Santos	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00

EMEF Experimental de Vitória - Ufes	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Elzira Vivácqua dos Santos	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Francisco Lacerda de Aguiar	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Heloisa Abreu Júdice de Mattos	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Irmã Jacinta Soares de Souza Lima	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEFTi Izaura Marques da Silva	R\$ 14.000,00	R\$ 9.300,00	R\$ 23.300,00
EMEF José Áureo Monjardim	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF João Bandeira	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Juscelino Kubitscheck de Oliveira	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEFTi José Lemos de Miranda	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Lenir Borlot	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEFTi Moacyr Avidos	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Mauro Braga	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Marieta Escobar	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Maria José Costa Moraes	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Maria Leonor Pereira da Silva	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Marechal Mascarenhas de Moraes	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Maria Madalena de Oliveira Domingues	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Prof. Maria Stella de Novaes	R\$ 17.500,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00

EMEF Neusa Nunes Gonçalves	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Orlandina D Almeida Lucas	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Otto Ewald Júnior	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Octacílio Lomba	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Prezideu Amorim	R\$ 17.500,00	R\$ 15.200,00	R\$ 32.700,00
EMEF Padre Anchieta	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Padre Guido Ceotto	Não havia sido criada em 2022	R\$ 15.200,00	R\$ 15.200,00
EMEFTi Paulo Reglus Neves Freire	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Paulo Roberto Vieira Gomes	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Rita de Cássia Oliveira	R\$ 17.500,00	R\$ 18.700,00	R\$ 36.200,00
EMEF Professora Regina Maria Silva	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Ronaldo Soares	R\$ 8.500,00	R\$ 9.300,00	R\$ 17.800,00
EMEF Suzete Cuendet	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF São Vicente de Paulo	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Tancredo de Almeida Neves	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Prof. Vercenílio da Silva Pascoal	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00
EMEF Zilda Andrade	R\$ 14.000,00	R\$ 15.200,00	R\$ 29.200,00

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A proposta do repasse do recurso está relacionado ao quantitativo de estudantes matriculados nas unidades de ensino com parâmetros definidos por meio

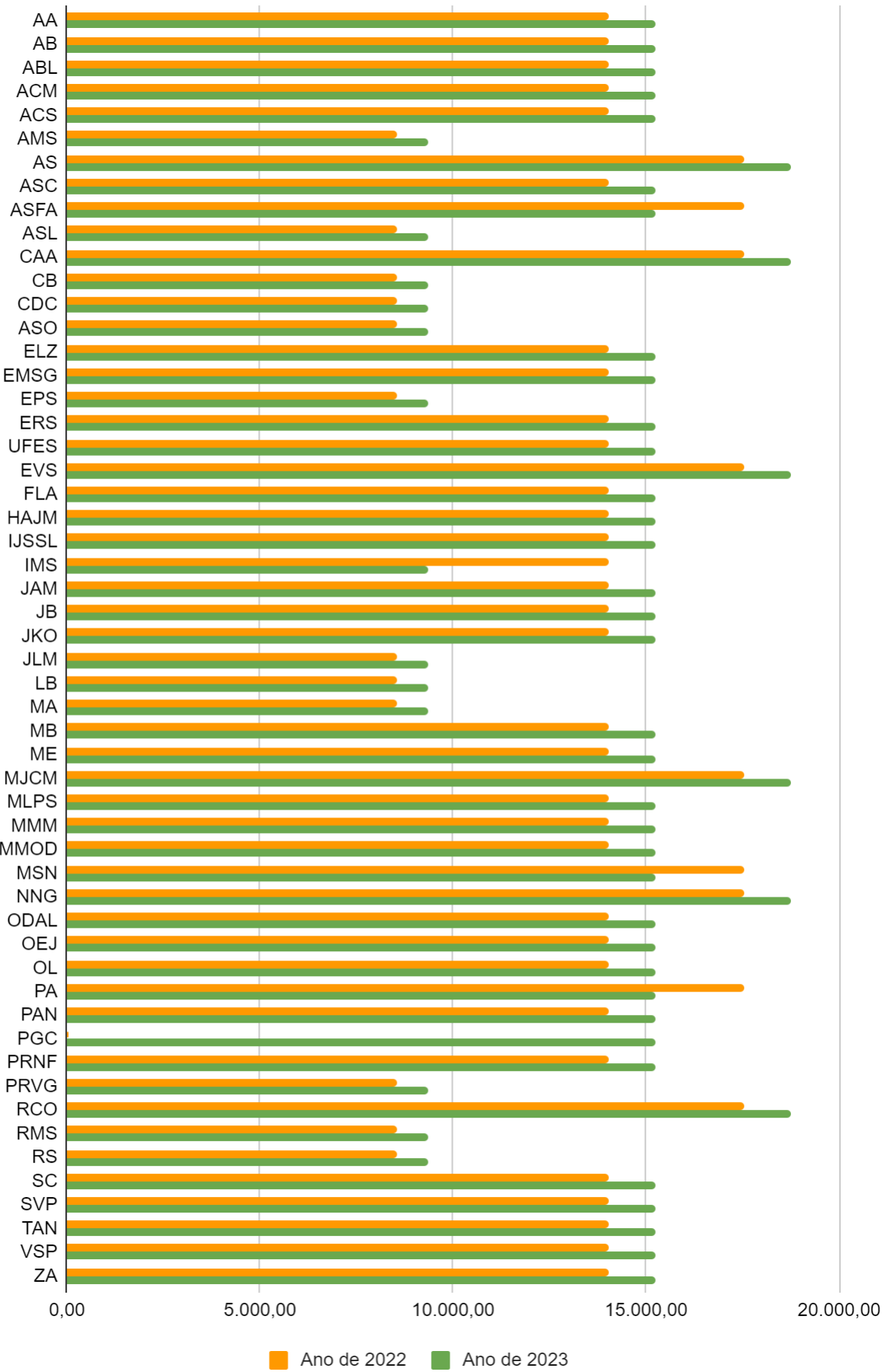
das CIs SUBGP 061/2022 (Vitória, 2022) e 022/2023 (Vitória, 2023) da seguinte forma:

- Categoria 1 - escolas com até 350 estudantes
- Categoria 2 - escolas com até 700 estudantes
- Categoria 3 - escolas com mais de 700 estudantes

Uma reflexão interessante nesse modelo de repasse é o fato de dialogar com a Lei 14.837, de 8 de abril de 2024, que prevê que os acervos da biblioteca escolar devem ter um quantitativo mínimo que seja suficiente para atender a escola “com base no número de alunos efetivamente matriculados em cada unidade escolar e nas especificidades da realidade local” (Brasil, 2024). Nessa direção, a Prefeitura Municipal de Vitória, por meio da Secretaria Municipal de Educação, já se enquadra nas conformidades da referida Lei nos aspectos de ofertar o repasse direto às escolas para que cada uma adeque o acervo à realidade dos estudantes e prioriza que o repasse tenha relação direta à quantidade de estudantes.

Vemos a seguir o gráfico que representa os valores do repasse do recurso nos anos de 2022 e 2023:

Gráfico 3 - Repasse de Recurso para Manutenção de Acervo (2022–2023)

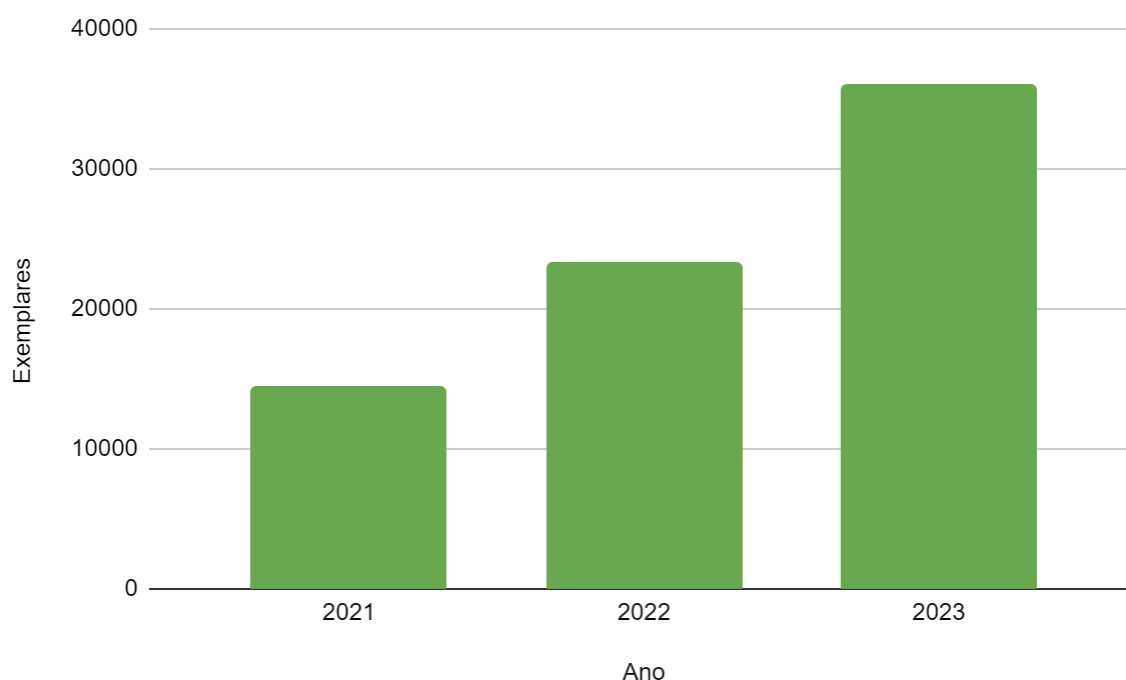


Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Devido ao fato desse valor ser atrelado ao número de estudantes matriculados por escola e da alteração do fluxo das matrículas entre os anos de 2022 e 2023, o gráfico apresenta redução do valor do repasse em algumas escolas, mas na grande maioria, em que se mantiveram o quantitativo de estudantes, o valor repassado no ano de 2023 foi superior ao valor de 2022, em respeito ao reajuste anual da inflação.

O registro do emprego da verba reflete-se diretamente nos índices de catalogação e no número de empréstimos. No período de 2021 a 2023, houve um crescimento substancial no número de obras adquiridas pela modalidade de compra. O gráfico abaixo demonstra esse panorama:

Gráfico 4 - Quantidade de exemplares inseridos no sistema de gerenciamento de acervo (2021 a 2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

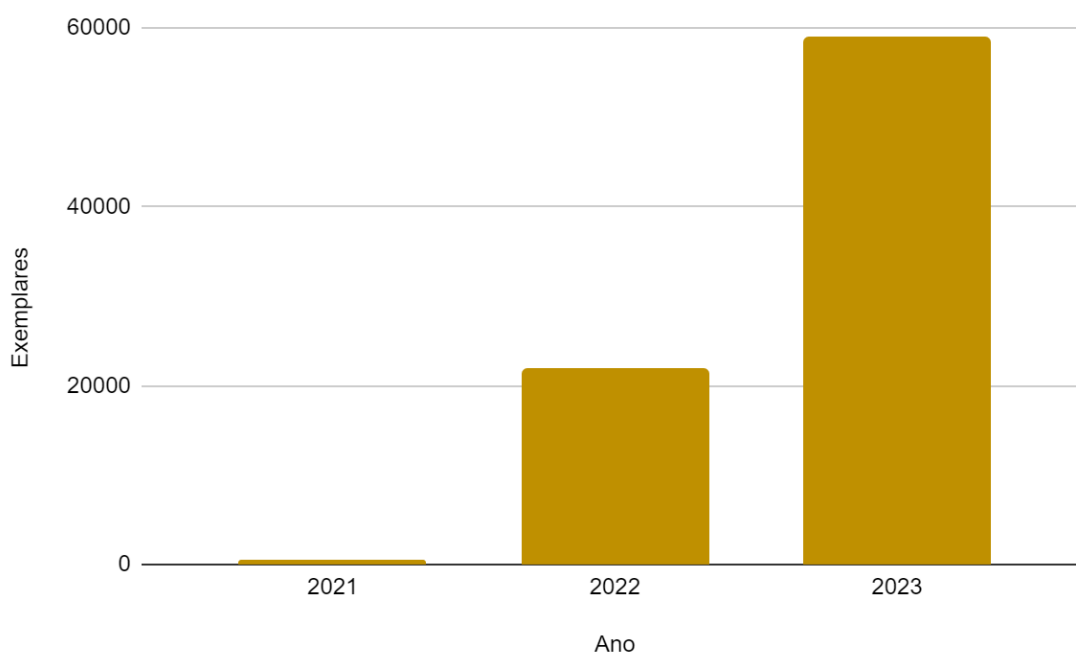
Outro ponto importante é o crescimento do número de empréstimos domiciliares do acervo, que possuem relação direta com os investimentos estabelecidos para a manutenção do acervo. Ter uma coleção de livros atualizados e de interesse dos estudantes é fundamental para promover uma cultura de leitura e aprendizado eficaz nas bibliotecas escolares. Livros que abordam temas contemporâneos e relevantes não apenas mantêm os alunos engajados, mas também os ajudam a desenvolver habilidades críticas e a compreender o mundo ao

seu redor. Ao oferecer uma variedade de livros que refletem as diferentes experiências e interesses dos estudantes, as bibliotecas escolares podem estimular a curiosidade, a empatia e o pensamento crítico. Além disso, os livros atuais podem servir como ferramentas valiosas para auxiliar os alunos a lidar com questões complexas e atuais, desde mudanças climáticas até diversidade cultural e social.

Investir em uma coleção diversificada e atualizada também pode contribuir para a formação de leitores ávidos e críticos, preparando os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI e se tornarem cidadãos informados e engajados em suas comunidades. A importância de disponibilizar livros atuais e de interesse dos estudantes na biblioteca escolar não pode ser subestimada, pois isso não só enriquece o ambiente de aprendizado, mas também fortalece o papel da biblioteca como um centro vital de conhecimento e cultura na escola.

A seguir o gráfico apresenta a evolução quantitativa dos empréstimos domiciliares da rede em números absolutos:

Gráfico 5 - Quantidade de empréstimos realizados (2021 a 2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

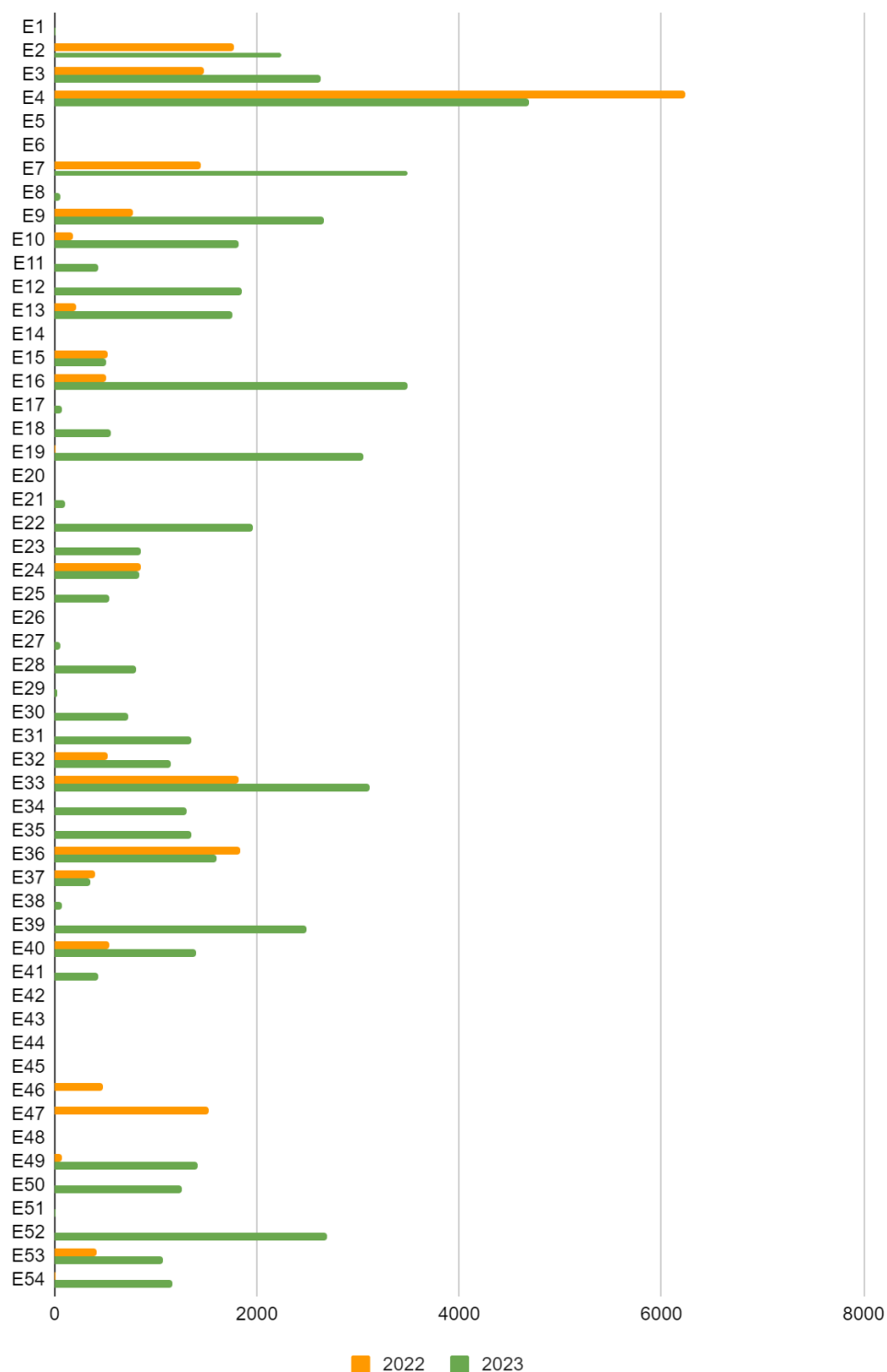
No geral, observa-se o crescimento no número de empréstimos da Rede de Bibliotecas Escolares. No ano de 2023 o valor ultrapassa o dobro dos empréstimos

do ano de 2022. Esse fato pode estar associado ao processo de aquisição por compra, iniciado em 2022.

Cabe na análise do gráfico algumas ressalvas. No ano de 2021, as escolas não funcionaram na sua totalidade, em vista das restrições que a pandemia de Covid-19 exigiam. Devido a isso, nem todas as bibliotecas efetuaram empréstimos de acervo aos usuários. O ano de 2022, foi o marco de investimentos em tecnologia, porém nem todos os computadores das bibliotecas estavam conectados à Internet, o que dificultou o empréstimo domiciliar por meio do sistema e em alguns casos, os empréstimos eram realizados manualmente, comprometendo a confiabilidade dos dados. Já no ano de 2023, a ênfase foi no uso do sistema para empréstimos, no entanto, em algumas escolas o catálogo do acervo não se encontrava totalmente informatizado. Mesmo diante de alguns percalços, é interessante registrar tal evolução para que, a partir desta data, possa-se haver comparativos dessas informações.

Segue o gráfico detalhado por escola, no que diz respeito aos empréstimos domiciliares:

Gráfico 6 - Evolução do número de empréstimos por escola (2022–2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Os dados apresentados não contemplam o ano de 2021, visto que não foram realizados empréstimos devido às medidas restritivas de acesso ao acervo em detrimento da pandemia de Covid-19. Para o ano de 2022, a análise do gráfico demonstra que 19 escolas apresentaram dados de empréstimos registrados no

sistema de gerenciamento de acervo. Em contrapartida, no ano de 2023, evolui-se para 41 escolas com tais registros. Mesmo que o sistema de gerenciamento de acervo tenha sido adquirido em 2012, percebe-se que o uso efetivo das funcionalidades se consolidou em 2023.

A importância do repasse desse recurso foi muito positiva em todos os aspectos. Para o estudante, é uma forma de ter acesso aos anseios de leitura podendo indicar à biblioteca, qual o título que gostaria de encontrar; para os professores, é um suporte para planejar aulas com acervos atuais que muitas vezes, ele dispunha de recursos pessoais para esse fim; para o bibliotecário, que em anos de atuação, nunca havia realizado uma compra para biblioteca e para a educação de forma geral, que promove o estímulo ao gosto pela leitura e forma cidadãos leitores.

7.3 Formação continuada

Ao ingressar no curso de graduação de Biblioteconomia, a maioria dos bacharéis não se vê preparado para atuação na biblioteca escolar. Mesmo havendo disciplinas na grade curricular que contemplem essas noções, na prática, as diversas realidades que as escolas apresentam imprimem peculiaridades que somente por meio dos processos formativos de cada instituição, há instrumentalização para essa atuação.

A Secretaria Municipal de Educação de Vitória, contempla na carga horária de trabalho dos profissionais da educação, momentos formativos com vistas a ofertar aporte teórico e prático a esses profissionais, incluindo os bibliotecários. Nesse panorama, é anualmente traçado um projeto de formação, baseado na identificação dos temas trazidos como importantes pelos bibliotecários, no intuito de capacitar os profissionais para sua atuação nas escolas de ensino fundamental.

O recorte temporal desta pesquisa baseia-se nos anos de 2021 a 2023, no entanto, o processo formativo anual é bem anterior a essa data, sendo estabelecido pela Política Municipal de Formação Continuada para Profissionais da Educação (Vitória, 2018). É interessante destacar que além da organização de processos formativos internos, a política de formação prevê a participação dos profissionais em congressos, seminários ou eventos promovidos por agentes externos ao município. Ainda cabe enfatizar a organização realizada pelos bibliotecários diante do episódio da Pandemia de Covid-19 no ano de 2020, que unificou as atividades dos

bibliotecários em grupos de trabalho, deixou latente a necessidade de alinhar os processos formativos com as práticas executadas pelos bibliotecários e abriu as reflexões acerca da presença e efetiva participação nos processos formativos ofertados (Gonçalves et al., 2022).

No ano de 2021, o processo formativo foi intitulado *“Biblioteca escolar: pela valorização do livro e da leitura na educação básica”* com a carga horária total de 24h, sendo divididos em 12h de encontros on-line e 12h de atividades assíncronas. Foram convidados palestrantes externos e internos ao município, visando ofertar conhecimentos acerca da formação de leitores com vistas à colaboração futura na elaboração de uma política de leitura para a educação.

Partindo do pressuposto de que a leitura é fundamental para a formação humana, que para isso é necessário estimular e formar leitores e uma cultura de leitura, que todo cidadão deve ter direito e acesso aos livros, que a escola é um espaço privilegiado para o fomento da leitura como uma prática e atitude que extrapola as salas de aulas, que as unidades de ensino da rede Municipal de Vitória possuem bibliotecas e um corpo de bibliotecárias/os que cuidam desse espaço, acreditamos não apenas ser importante e fundamental, mas nos encontramos num momento especial, para refletirmos sobre a potencialização dos espaços de leitura bem como o fomento à atitude de ler. (Vitória, 2021)

Com sua publicação de 2023, a *“Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar”* a redação contou com a participação de cinco bibliotecárias, no entanto, as reflexões acerca da necessidade desse documento de garantia acesso do estudante ao livro e à leitura, foi compartilhado com todos os profissionais que atuaram na rede no período dessa construção. O processo formativo contou com as palestras dos seguintes professores: José Alimateia, Maria Amélia Dalvi e Neusa Balbina de Souza, vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo; Daniele Achilles, vinculada à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, e Joselma de Souza Mendes Rizzo, da Secretaria Municipal de Educação.

Para o ano de 2022, o grupo de trabalho para a construção da *“Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar”* e das *“Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória”* já estava formado, e as discussões concentraram-se em ajustar a redação dos documentos, sendo nomeada como *“Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar: ações de implementação”*. Com a carga horária de 40h divididos em três encontros presenciais de 8h, totalizando 24h, e 16h de atividades assíncronas, os bibliotecários participantes puderam conhecer a

redação preliminar do grupo de trabalho e propor ajustes, inclusões ou comentários na realidade de cada escola de ensino fundamental. Percebe-se que a essa construção não ocorreu unilateralmente, visto que a implementação dessa política deveria contar com a participação de todos os bibliotecários no intuito de divulgar esse documento municipal e executar ações de implementação.

Dentro dessa perspectiva, os encontros presenciais foram montados na modalidade de grupos de estudo, com devolutivas de deliberações desses grupos, portanto não houve palestrantes convidados. O grupo de trabalho que redigiu a versão preliminar, se incumbiu de alinhar o direcionamento da formação para realizar mais esclarecimento sobre o processo de redação. A cada encontro presencial era trazida a devolutiva dos questionários das atividades assíncronas, informando ao profissional, os textos que foram inseridos na redação final.

Figura 5 - Grupo de estudo encontro formativo 01/2022



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Figura 6 - Grupos de estudo encontro formativo 02/2022



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Figura 7 - Grupos de estudo encontro formativo 03/2022



Fonte: Arquivo pessoal (2022)

Para o ano de 2023, já com a versão final publicada, o projeto de formação foi traçado visando iniciar as ações de implementação das *Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*. Muitas indagações partiram dessa proposta: Como iniciar a implementação? Quanto tempo durará esse processo? Quais as ações os bibliotecários conseguiriam realizar nesse período? Diante da

realidade das bibliotecas, quais seriam as ações prioritárias? Devido a estes e outros questionamentos, entendeu-se que somente as práticas dos bibliotecários não forneceria o aporte teórico e prático para iniciar essa política. Com o apoio da Secretaria de Educação, foi realizado o convite a professora Daniele Achilles para ser a formadora dos três encontros, totalizando 24h e as dúvidas, comentários e verificação das aprendizagens seriam sanados por meio de atividades assíncronas, totalizando 40h de carga horária de formação.

Sob o título *“Bibliotecas Escolares da Rede de Ensino de Vitória: ações integradas para a consolidação de Políticas Educacionais”* o objetivo da formação Interessante destacar a utilização da metodologia da Comunidade de Práticas no processo formativo.

O conceito “Comunidade de Práticas” (COPs) foi desenvolvido por Jean Lave e Etienne Wenger, e se baseia no modelo social de aprendizagem humana, inspirado na Antropologia e Teoria Social.

A metodologia de aprendizagem social envolve relações sociais, abrangendo os agentes envolvidos com as dimensões da instituição a qual estão vinculados. A COP pode ser definida como um conjunto ou grupo de pessoas que compartilham de um interesse, neste caso, a implementação das políticas do livro, leitura e bibliotecas da Rede de Bibliotecas Escolares de Vitória e das Diretrizes das Bibliotecas Escolares. Partindo desse interesse em comum, a metodologia possibilita através das oficinas de sensibilização e escuta atenta, a troca de informações e experiências (teorias e práticas) que aprofundam os conhecimentos de todos os envolvidos, perfazendo como um primeiro passo. É por meio da interação no processo formativo que os três pilares da COP se estruturam: o domínio (aquilo que o grupo se preocupa e compartilha como um interesse em comum); a comunidade (quem se preocupa com o domínio, isto é, os agentes que interagem e constroem relações e interações baseadas na troca de informações e experiências a fim de aprofundar seus conhecimentos); a prática (o que fazemos com isso, ou seja, o que os membros da COP desenvolvem a partir da prática compartilhada).

Para prover efetivamente a implantação das políticas, o segundo passo é o processo formativo levará em consideração as novas tendências da educação e do acesso à informação e ao conhecimento, o que garantirá a adequação do espaço da biblioteca no ambiente escolar à luz das demandas sociais. Além disso, o corte dialógico e a perspectiva freiriana também darão esteio ao desenvolvimento da biblioteca dotada de uma responsabilidade social com vistas nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU que se configura em um terceiro passo. (Vitória, 2023, p. 2)

As orientações para início de implementação envolveram a totalização da automatização dos acervos para auxiliar na aquisição e avaliação. Os bibliotecários foram instruídos que, ao inserir os livros no sistema automatizado, já realizassem conjuntamente as ações de avaliação para posterior desbaste e descarte. O processo formativo também envolveu orientações acerca da gestão do tempo, pois

considerando ser um bibliotecário por unidade de ensino e ter que realizar várias tarefas simultaneamente, o planejamento das atividades precisava estar bem alinhado. O produto desse movimento foi o aumento da inserção de livros no sistema e a realização do desbaste, ação inédita na rede.

O processo formativo de 2023 encerrou-se com a garantia de que em 2024 a Secretaria de Educação continuaria o processo de implementação de seus documentos municipais, nas atividades de estudo de comunidade, com o auxílio da professora Daniele Achilles.

Figura 8 - Palestrante dos encontros formativos - 2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 9 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 01/2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 10 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 02/2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 11 - Grupo de bibliotecários do encontro formativo 03/2023



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

7.4 Assessoria técnica

A presença de um bibliotecário junto à equipe da SEME—Central proporciona, além de outras ações, o suporte às atividades cotidianas do bibliotecário lotados nas escolas de ensino fundamental, oferecendo aporte técnico aos bibliotecários nas diferentes dificuldades por eles apresentadas. Definido nas Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória (2023) como bibliotecário articulador, sua atuação está atrelada em alinhar as ações dos bibliotecários com a Secretaria de Educação. Com o exercício das atividades relacionadas com a gestão das bibliotecas escolares e na articulação do alinhamento entre as escolas e a Secretaria de Educação, esse profissional assegura que os recursos da biblioteca estejam alinhados com as necessidades educacionais locais e os objetivos da política educacional. Representando um grupo diversificado de interesses e especialidades, o gestor da Rede de Bibliotecas Escolares facilita a colaboração entre os educadores e os bibliotecários, promovendo programas e eventos que enriqueçam o aprendizado dos alunos. Além disso, ele pode advogar por recursos adicionais, garantindo que a biblioteca esteja equipada para atender às demandas educacionais em constante evolução.

Nessa perspectiva, o bibliotecário articulador realiza visitas técnicas solicitadas por bibliotecários, por diretores escolares ou por outros técnicos da SEME, e registra, por meio de relatórios formais, orientações, potencialidades ou dificuldades e aponta possíveis soluções, à luz das Diretrizes das Bibliotecas Escolares e demais documentos municipais.

A análise do conteúdo desses relatórios, aqui denominado assessoria técnica, apresenta elementos capazes de identificar dificuldades recorrentes dos bibliotecários e subsidiar tomadas de decisões direcionadas a temas a serem abordados na formação continuada com o coletivo de bibliotecários, além de novas políticas para as bibliotecas escolares.

Como metodologia para essa pesquisa, as assessorias foram categorizadas em cinco grandes temas:

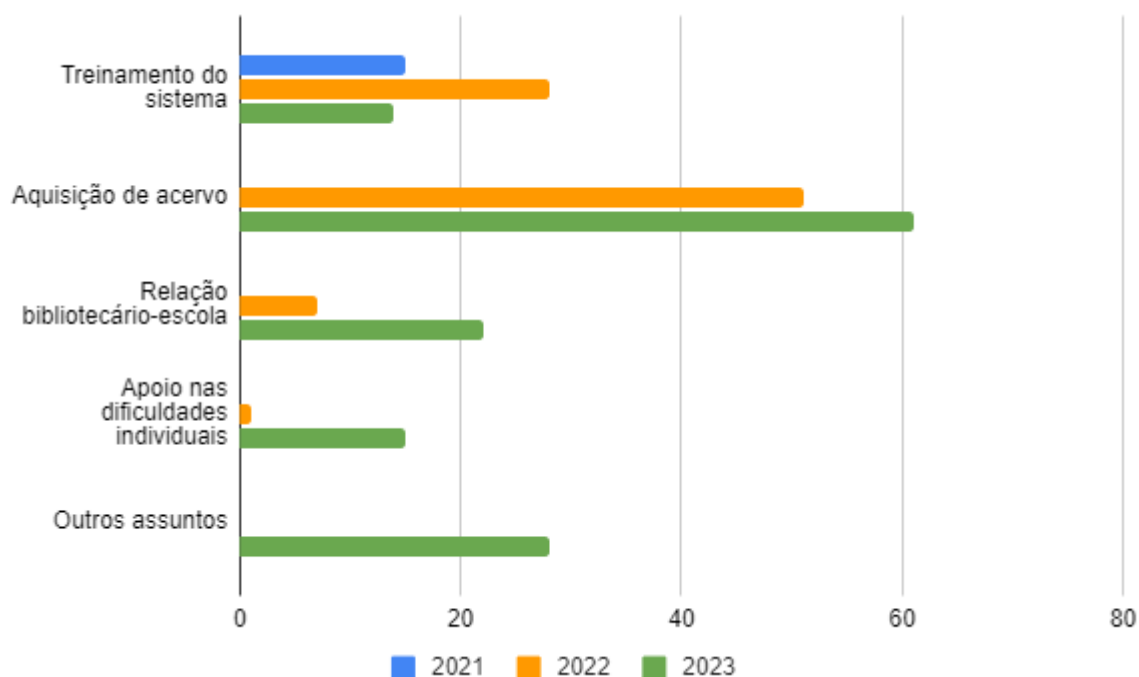
- treinamento do sistema;
- aquisição de acervo;
- relação bibliotecário-escola
- apoio nas dificuldades individuais;

- outros assuntos.

Os tópicos de treinamento do sistema e aquisição de acervo, foram estabelecidos baseados nas ações que anualmente acontecem na Rede Bibliotecas. Como a rotatividade de profissionais é constante, no plano de ação da Rede de bibliotecas já está previsto um momento anual para treinamento do bibliotecário para uso do sistema de gerenciamento de acervo, visto às adaptações que a empresa contratada realizou no sistema. Sobre a aquisição de acervo, é política da educação a descentralização do recurso de manutenção de acervo, cabendo ao bibliotecário, juntamente com a comissão de seleção de acervo de cada escola municipal de ensino fundamental, definirem quais títulos serão incorporados ou retirados do acervo das bibliotecas escolares. O item relação bibliotecário-escola, foi categorizado pelo fato das Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória ser um documento recente e por estar em fase de implementação, há dúvidas do corpo docente das escolas, relacionadas às atividades descritas para serem desempenhadas na biblioteca e pelo bibliotecário. O item do apoio às dificuldades individuais foi estabelecido pensando nas ações diretas de suporte ao bibliotecário relacionadas às lacunas que o processo formativo não consegue preencher. Por fim, o tópico outros assuntos, condensa os demais itens no qual é demandada a assessoria, porém não estão contemplados nos itens anteriores.

Dentro dessa projeção, temos o seguinte gráfico:

Gráfico 7 - Assessorias técnicas realizadas (2021 a 2023)



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

A primeira análise a ser abordada é referente aos dados de 2021. Neste ano não havia um bibliotecário que exercia a carga horária de trabalho exclusivamente no órgão central, exercendo apenas 10h semanais para articulação das ações necessárias. Devido a isso, as ações de assessoria restringiram-se a pequenas iniciativas de diagnóstico das necessidades de equipamentos, ao treinamento para uso do sistema automatizado e fiscalização do contrato com a empresa que presta serviço ao município. A partir do ano de 2022, efetivaram-se as ações de assessoria, no entanto, por não haver um instrumento que norteasse as ações, as assessorias se concentraram nas ações coletivas da rede. Neste ano, o bibliotecário atuou realizando um relatório interno de diagnóstico dos espaços das bibliotecas escolares, registrando as dificuldades e potencialidades de cada biblioteca. Foram realizados 49 diagnósticos, registrando os seguintes pontos:

- Caracterização da Unidade de Ensino;
- Caracterização do espaço da biblioteca (mobiliário, layout, equipamentos necessários, processamento técnico, uso do sistema, condições do acervo, projetos de incentivo à leitura e promoção cultural, planejamento coletivo, registros das atividades, uso da biblioteca, integração bibliotecário-escola)
- Avaliação geral

Por meio dessa ação foi possível registrar as fortalezas e as fraquezas de cada biblioteca escolar e ofertar à Secretaria de Educação subsídios que embasassem os investimentos. Ainda no ano de 2022, a SEME realizou investimento direto nas bibliotecas, com a troca de computadores e repasse de recursos às escolas para compra de leitores de códigos de barras e impressoras. Para além dessa ação, foi possível ao bibliotecário articulador ter um panorama das bibliotecas da rede, visto a ausência desse profissional junto à equipe da SEME-Central há, no mínimo, 4 anos.

A evolução no ano de 2023, conforme apresentado no gráfico anterior, pode ser atribuída ao fato de existirem dois bibliotecários efetivos compondo a equipe da SEME-Central. Não há registros dessa composição anteriormente a essa data. Em trabalho colaborativo, esses profissionais se dividem nas atribuições de assessoria, formação continuada, fiscalização do sistema contratado e de aquisição de mobiliários para as bibliotecas, entre outras tarefas. Os resultados apontam crescente número de assessorias junto aos bibliotecários para orientar nas relações bibliotecário-escola, no apoio às dificuldades individuais e outros tipos de assessorias necessárias, potencializando suporte ao trabalho ofertado pelos bibliotecários aos usuários.

A assessoria técnica revelou várias fragilidades que os bibliotecários apresentam para a sua atuação nas bibliotecas escolares. Alguns pontos já identificados por meio de processos formativos, ficaram evidentes nas assessorias individualizadas.

Na relação bibliotecário-escola, a maior dificuldade dos bibliotecários é o ajuste dos horários de atendimento às turmas. A maioria das escolas de ensino fundamental possuem seu horário de funcionamento superior à carga horária de trabalho do bibliotecário. Junta-se a isso, a limitação do recurso humano, que somente é compreendido por um bibliotecário. Essa associação inviabiliza que a biblioteca escolar atenda completamente aos turnos das escolas, sendo necessários ajustes para equalizar o atendimento. Além disso, temos as orientações das Diretrizes Pedagógicas para o Início do Ano Letivo (2023), que orienta, entre outras ações, a abertura de todas as bibliotecas no horário de recreio. Nessa direção, é necessário analisar pedagogicamente o uso de cada biblioteca, a fim de compreender qual o melhor modelo de funcionamento.

Os assuntos como gestão do tempo, identificação de atividades prioritárias, formas de abordagem de assuntos peculiares à biblioteca junto à equipe escolar, visibilidade das ações, produção de relatórios e dificuldades com o uso da tecnologia foram recorrentes no apoio às dificuldades individuais.

No tópico outros assuntos, há recorrências de diversos assuntos que elencamos:

1. Layout da biblioteca — Dificuldades relacionadas ao remodelamento do layout no intuito de demarcações claras das áreas de estudo, leitura, consulta e acervo.

2. Orientações para atuação das bibliotecas escolares enquanto rede — Devido ao fato da ausência de documentos norteadores oficiais durante um longo período, cada biblioteca atuava isoladamente, de acordo com predileções pessoais de cada bibliotecário. Com a institucionalização de orientações, há dificuldades de assimilação de ações coletivas. Nesse item há registros de dificuldades com relação às ações de implementação de desbaste/descarte de acervo, doação de acervo, participação dos encontros dos processos formativos, entre outros.

Todos os resultados apresentados revelam um árduo trabalho em torno das bibliotecas escolares nos últimos três anos. O aspecto gerencial da Rede de Bibliotecas Escolares do Ensino Municipal de Vitória, é multifacetado exigindo conhecimentos administrativos, técnicos, educacionais e remonta à necessidade de bibliotecários articulados e dispostos a impactar seus espaços de atuação sempre com foco na promoção da biblioteca e na consolidação da importância desse espaço de aprendizagem junto a toda comunidade escolar.

8 POLÍTICA DE GOVERNO VERSUS POLÍTICA DE ESTADO: elaboração de minuta de projeto de Lei Municipal

Toda a história política tem sido a da luta do homem para realizar, na terra, o grande ideal de igualdade e fraternidade. (Ulysses Guimarães)

A trajetória de luta dos bibliotecários na Rede Municipal de Educação de Vitória para legitimar as atividades cotidianas nas bibliotecas escolares é um exemplo notável de dedicação e resistência. Desde os primeiros registros da atuação desses profissionais em 1997, promovendo a revitalização dos espaços escolares e constituindo para as bibliotecas escolares um sistema de classificação de cores, passando pela tentativa de construção de documentos norteadores, que culminou na produção do "Documento de Boas Práticas para Bibliotecas Escolares" em 2009, até a formação de grupos de trabalho durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020, esses profissionais se unem para enfrentar os desafios e promover a valorização de seu papel crucial na educação.

A partir do ano de 2020, os bibliotecários da Rede Municipal de Educação de Vitória reconheceram a crescente necessidade de um documento formal que legitimasse e estruturasse as atividades desenvolvidas nas bibliotecas escolares e propuseram para a administração da Secretaria de Educação uma proposta de elaboração de tais normativas. Conscientes da importância de um referencial que garantisse uniformidade e consistência nas práticas, eles buscaram criar um documento que pudesse servir de base para todos os profissionais atuarem de maneira coesa e alinhada. Esse esforço visava não apenas a padronização das atividades e a valorização do papel dos bibliotecários, mas também a garantia de que as bibliotecas escolares pudessem oferecer um serviço de qualidade e integrar de forma efetiva as práticas biblioteconômicas no contexto educacional surgindo então as *"Diretrizes para as Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória"*. De posse desse documento, as funções desempenhadas pelos bibliotecários estariam legitimadas e respaldadas.

Entretanto, a publicação desse documento ficou restrito ao âmbito da Secretaria de Educação, sem a chancela dos poderes oficiais que regem o município, podendo ser revogado, caso a próxima administração da Secretaria de Educação entendesse por bem fazê-lo. Diante dessa preocupação, o grupo de trabalho que

redigiu o documento de Diretrizes das Bibliotecas se uniu no propósito de entender quais passos seriam necessários para consolidar essa elaboração e alterar a abrangência desse documento para o município, no intuito dos bibliotecários, que são estatutários, terem suas práticas garantidas independente de gestão municipal. O caminho apontou para a transformação em Lei Municipal.

Nesta perspectiva seria necessário elaborar uma minuta de Projeto de Lei, produto desta dissertação, que abarcasse os pontos fundamentais que garantiriam a perpetuação dessa política para as bibliotecas escolares. Como metodologia, inicialmente foram relacionados documentos que dessem suporte para elaboração. Por uma busca livre na Internet foram relacionados modelos de formulação de lei, observando a estrutura do documento e a forma de organização do texto em artigos, incisos, capítulos, entre outros. Após, foi realizada a busca no Diário Oficial do Poder Legislativo de Vitória, levantando registros que tratavam de bibliotecas escolares, a fim de verificar a existência de alguma publicação que se relacionasse com esse espaço. Não foi encontrado registro com esse termo exato, entre os anos de 2007 a 2023. A data inicial foi determinada em relação com a disponibilidade de documentos no site no diário e a final relaciona-se com o fim do recorte temporal desta pesquisa.

Diante dessas ausências, seria de fundamental importância redigir uma minuta de projeto de Lei que está fundamentada de acordo com os seguintes documentos:

- Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar.
- Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória.
- Lei Federal 12.244 / 2010.
- Lei Federal 14.837 / 2024.

Alguns pontos dessa proposta merecem destaque, para a valorização das bibliotecas escolares.

Fica registrado, no art. 24º, que o recurso que atualmente é repassado para as bibliotecas escolares deve ser relacionado ao quantitativo de recurso municipal *per capita* por estudante. Desde o início do repasse, ele vincula-se ao quantitativo de estudantes por escola e na estimativa de valores de aquisição de livros, principalmente. Relacionar àquilo que é repassado pelo poder municipal, amplia a discussão acerca das garantias ofertadas aos estudantes. Além de garantir recursos de alimentação, estrutura física, entre outros; deve ser garantido o acesso à um acervo de qualidade.

Outro ponto abordado é a criação da Rede de Bibliotecas escolares, que tem como pressuposto, um coordenador. Ao assumir essa função dentro da Secretaria de Educação, os bibliotecários que por lá passaram, são designados técnico referência em biblioteca escolar, que na prática, se converte para funções de coordenação. No seu art. 25º, item III, registra-se que o bibliotecário que ocupar essa atribuição deverá ser remunerado com uma função gratificada. Essa abordagem pode favorecer a permanência do bibliotecário no âmbito do órgão central da Secretaria de Educação, visto que entre os anos de 2018 a 2022, aproximadamente, não houve registro de nenhum bibliotecário.

Por fim, apontamos o art. 25º, item VII, que traz uma proposta de dotação orçamentária específica para a Rede de Bibliotecas, a ser criada, que propõe recursos para a manutenção da rede (sistema de gerenciamento de acervo), desenvolvimento de atividades junto aos estudantes e bibliotecários, entre outros.

Com a elaboração da minuta do Projeto de Lei, busca-se garantir uma base sólida e oficial para as práticas biblioteconômicas, assegurando que as Diretrizes para as Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória sejam formalmente institucionalizadas. A transformação deste documento em uma Lei Municipal não apenas formaliza e amplia as garantias para os recursos e a estrutura das bibliotecas, mas também assegura a continuidade das políticas educacionais independentemente das mudanças administrativas. Este passo é crucial para a valorização permanente das bibliotecas escolares, garantindo que sua contribuição para o desenvolvimento educacional dos estudantes seja reconhecida e sustentada por um respaldo legal robusto.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir políticas públicas no âmbito das bibliotecas escolares não é tarefa simples em virtude do percurso histórico brasileiro para essas instituições. A literatura acadêmica retrata um cenário de precariedade de espaços, acervos, recursos humanos, dentre outras dificuldades. Nem mesmo as instituições particulares de ensino básico possuem características consideradas aceitáveis, de acordo com organizações internacionais como a IFLA.

As lutas são intensas, necessárias e ainda mais complexas quando atingem as esferas públicas de ensino. Bibliotecas escolares e salas de leitura funcionando como depósitos de livros didáticos e outros materiais, sem atuação de profissional especializado e ausência de políticas públicas são resultados apontados por algumas pesquisas.

Na contramão desse panorama, a Rede Municipal de Ensino da Prefeitura de Vitória apresenta algumas situações vantajosas que auxiliam na ruptura da precariedade nacional. A Rede de Bibliotecas Escolares se configura, desde 2006, com a presença de um bibliotecário por escola, em 2012 com um sistema automatizado de gerenciamento de acervo, em 2022 com a substituição de todos os computadores e estabelecendo acesso à Internet a todos, aquisição de impressoras e leitores de códigos de barras. Um dos avanços foi instituir uma política para as bibliotecas escolares, no ano de 2023.

A partir desses documentos de políticas municipais denominados “*Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar*” e das “*Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória*”, iniciou-se um novo ciclo para as bibliotecas escolares e para os bibliotecários que nelas atuam. Foi instituído um recurso anual para manutenção dos acervos, repassado diretamente às 104 (cento e quatro) unidades de ensino, orientando que a comunidade escolar defina quais títulos serão adquiridos baseados nos projetos políticos pedagógicos. Estas normativas também amparam as escolas nos procedimentos de avaliação de acervo. Para a construção de novas bibliotecas, já existem parâmetros de rede bem definidos, prevendo um ambiente adequado e acolhedor.

Embora os avanços favoráveis, implementar uma política requer planejamento estratégico e coletividade. Nessa direção, identificar as fraquezas e potencialidades foram fundamentais para o início dessa iniciativa. Saber como seria o processo,

mesmo no princípio dele, foi imprescindível para dimensionar a trajetória a ser percorrida. Nesse caminho, ressalta-se a notabilidade de alinhar as atividades profissionais à instrução acadêmica, no objetivo de se obter o desempenho mais assertivo possível.

Dentre as fraquezas detectadas, apontamos como maior desafio o fato de não se ter toda a coleção gerenciada pelo sistema automatizado. As bibliotecas encontravam-se parcialmente automatizadas, impedindo o conhecimento real da coleção, mesmo apresentando recurso para aquisição de novos títulos. Foi requerido do bibliotecário a habilidade de realizar várias tarefas concomitantes para que fosse possível atender às expectativas dos usuários na busca por novos livros, realizando o procedimento de captação sugestão de novos títulos, a verificação em não se adquirir títulos que a biblioteca já possuía e o desenvolvimento da operação de lançar os títulos existentes no sistema automatizado. Além disso, à medida que fossem lançados no sistema os livros já pertencentes ao acervo, seriam realizadas ações de desbaste.

Neste ponto ficou visível o quanto as demandas dos bibliotecários que atuam nas escolas são diversas e o quão é requerido inúmeros conhecimentos para sua formação profissional. Na Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Vitória, há um bibliotecário por escola, porém ele atua como único profissional, sem suporte de técnicos, auxiliares ou estagiários.

No âmbito das potencialidades apuradas, destacam-se os investimentos em recursos tecnológicos. Muitas bibliotecas não conseguiam realizar plenamente suas atividades pela ausência de equipamentos. Esta pesquisa apontou bibliotecas, que no ano de 2022, 10 (dez) anos depois da aquisição de um sistema automatizado de gerenciamento de acervo, não contabilizavam 10 exemplares inseridos. Os processos de catalogação e circulação de materiais eram manuais, elevando o tempo de execução de uma tarefa simples, como a verificação de títulos atrasados pelos usuários. A disparidade entre as bibliotecas extinguiu-se, pois atualmente, todas possuem os mesmos contextos laborais. O que antes era restrito às prioridades da gestão escolar, virou direito de condições de trabalho.

Uma política pública não deve ser realizada impositivamente. A participação dos agentes envolvidos na sua implementação subsidiam o sucesso de sua execução. Desse modo, a participação dos bibliotecários envolvidos foi fundamental. Desde a redação inicial, passando pela validação do texto final até o início de sua

implementação, todos os processos estiveram atrelados à discussão com os profissionais da rede.

Os processos formativos foram de suma importância para a formação do bibliotecário no aporte teórico sobre a necessidade de políticas públicas, a sua construção e o início de sua implementação. Entender a trajetória que a rede de bibliotecas escolares ainda precisa percorrer para realizar todas as etapas da implementação das Diretrizes das Bibliotecas Escolares é um dos apontamentos traçados pelo grupo de trabalho que organiza o processo formativo. Os encontros entre os pares favorecem a integração e o alinhamento de ações bem como o fortalecimento das relações interpessoais tão necessárias para o sucesso do desenvolvimento das atividades.

Além dessas medidas, ter na equipe do órgão central da Secretaria de Educação um profissional para alinhar as atividades das bibliotecas das escolas à luz dos documentos municipais de gestão de bibliotecas, propicia suporte aos bibliotecários e aos gestores das unidades escolares.

O percurso para construção de políticas para bibliotecas escolares não é um caminho curto. As variáveis são complexas e os ajustes necessários devem se concentrar no objetivo final de ofertar aos frequentadores das bibliotecas escolares as condições favoráveis para apropriação dos conhecimentos propostos, potencializando o uso do espaço, bem como a formação de leitores críticos. Muitos profissionais atuaram nas bibliotecas escolares e no órgão central da SEME, desde registros apontados no ano de 1997. Caberia nesta pesquisa o resgate dos registros desses profissionais, bem como os avanços proporcionados para as bibliotecas escolares na atuação junto à SEME. No entanto, pela ausência de registros formais, pela necessidade de ser realizada uma pesquisa de campo para a localização, entrevista, tabulação dos dados e divulgação de resultados, não foi possível diagnosticar esses feitos, ficando o compromisso de realizar pesquisas mais aprofundadas durante a tese.

Ao propor a criação e a implementação de políticas que ampliem as condições de acesso às bibliotecas e as informações nelas organizadas, a Secretaria Municipal de Educação de Vitória se alinha às políticas internacionais para alcançar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4, proposto pela Agenda 2030, que visa garantir uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, ter uma biblioteca escolar bem equipada e gerida proporcionam acesso a recursos educacionais

diversificados, promovem a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades críticas entre os estudantes. Bibliotecas escolares que fomentam uma cultura de aprendizado contínuo com equidade na oferta de recursos informacionais, promove a melhoria na qualidade da educação, ajuda a reduzir desigualdades, além de alinhar-se às Diretrizes da IFLA para as bibliotecas escolares.

Os estudos em políticas públicas na área da biblioteconomia refletem os anseios de modificações indispensáveis às bibliotecas escolares das instituições públicas de ensino básico no Brasil. Identificar o contexto de abandono e descaso descrito nos estudos de Caldeira, Alvarenga e Soares (2012) ou Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013) fornecem dados que subsidiam as melhorias exigidas para essas instituições que, de acordo com organizações internacionais, podem contribuir exponencialmente no processo de ensino e aprendizagem. No entanto, não efetiva as melhorias exigidas para alcançar o fortalecimento das bibliotecas e o desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes, ampliando seu acesso à informação e ao conhecimento.

É somente por meio da instituição de políticas públicas que os objetivos de existência da biblioteca escolar serão garantidos. Sala, Ottonicar e Castro Filho (2020) abordam que essas diretrizes governamentais devem contemplar todos os aspectos de atuação da biblioteca escolar, bem como defendem Almeida e Silva (2019).

Para o caso peculiar das bibliotecas escolares do Sistema de Ensino Público da Prefeitura Municipal de Vitória, faltam poucos elementos para alcançar os ajustes cruciais na criação da Rede de Bibliotecas e na garantia de sua manutenção já estabelecida por programas governamentais.

Os apontamentos aqui apresentados não podem se findar com a submissão desta dissertação. Um dos grandes feitos dessa pesquisa é propor a transformação da política de governo das bibliotecas escolares em política de Estado, demonstrado como fragilidade dessa Rede de Bibliotecas por Campello (2017), sendo crucial para garantir o acesso equitativo e a qualidade dos recursos educacionais em todas as instituições de ensino fundamental do município de Vitória. Enquanto uma política de governo pode ser sujeita a mudanças e variar conforme as administrações se sucedem, uma política de Estado proporciona estabilidade e continuidade, assegurando que bibliotecas escolares sejam adequadamente financiadas, estruturadas e geridas com um enfoque a longo prazo. Isso não apenas fortalece a

infraestrutura educacional, mas também promove um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz. Investir nas bibliotecas escolares como uma prioridade estatal permite que elas desempenhem seu papel essencial na formação de cidadãos informados e críticos, oferecendo recursos de leitura, pesquisa e desenvolvimento intelectual. A institucionalização dessa política demonstra um compromisso duradouro com a educação e com o futuro dos estudantes, contribuindo para a equidade educacional e o fortalecimento da democracia.

Referências

- ALMEIDA, G. B. C; SILVA, J. L.C. Políticas Públicas para Bibliotecas Escolares: análise na Secretaria Municipal de Educação de Juazeiro do Norte-CE. **Inf. Prof.**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 124 – 149, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/37316>. Acesso em: 19 nov. 2023.
- ARAÚJO, A. Políticas públicas: do conceito aos caminhos e descaminhos do racismo e antiracismo no Brasil . **Campos Neutrais - Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, RS, v. 3, n. 1, p. 27–52, 2021. DOI: 10.14295/cn.v3i1.13037. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cn/article/view/13037>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- BIANCARDI, A. M. R.; FRANÇA, F. F.; GOMES, M. R. L; COSTA, M. R.V. Biblioteca escolar: ressignificando o espaço físico numa perspectiva técnico-pedagógica. In: VIANNA, M. M.; CAMPELLO, B.; MOURA, V. H. V. **Biblioteca escolar: espaço de ação pedagógica**. Belo Horizonte: EB/UFGM, 1999. p. 84-87. Disponível em: http://gebe.eci.ufmg.br/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=53. Acesso em: 24 out. 2023.
- CAMILLO, E. S.; JESUS, M. J, CASTRO FILHO, C. M. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. **Páginas a&b: arquivos e bibliotecas**, Porto, p. 88–107, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/6362>. Acesso em: 19 nov. 2023
- CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Rede de Bibliotecas Escolares: uma proposta ao Sistema Educacional Municipal de Ribeirão Preto (SP). **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 117-131, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CAMPELLO, B. D. S.; CALDEIRA, P. T.; ALVARENGA, M.; SOARES, L. V. O. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos?. **Biblioteca Escolar em Revista**, v. 1, n. 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106555>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- CAMPELLO, B. S. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CAMPELLO, B S.; CALDEIRA, P. T.; LIMAS, R.F. A Universalização de Bibliotecas nas Escolas: reflexos da Lei 12.244. **Ponto de Acesso**, n. 2, v. 10, p. 39-58, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609>. Acesso em 23 ago. 2023.
- CANÇADO, A. C.; BARROS, F. S.; BARROS, F. S. Políticas Públicas no Brasil: revisão sistemática da literatura . **Revista Observatório**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. a14pt,

2021. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2021v7n1a14pt. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/10051>. Acesso em: 15 ago. 2023.

CARVALHO, M. C.. Escola, biblioteca e leitura. In CAMPELLO, B. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CÔRTE, A. R. e; BANDEIRA, S. P. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DZIEKANIAK, Gisele Vasconcelos; ROVER, Aires. Sociedade do Conhecimento: características, demandas e requisitos. **DataGramaZero**, v. 12, n. 5, p. 1, 2011. 12 p. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/7461>. Acesso em: 17 out. 2022.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje**: recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

FARIA, M. I. ; PERICÃO, M. G. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: Edusp, 2008.

GALVÃO, M. C. B.; PLUYE, P.; RICARTE, I. L. M. Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: conceitos, construção e critérios de avaliação. In: **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 4-24, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/121879>. Acesso em: 15 nov. 2023.

GARCEZ, E. F. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões a partir de proposta de rede. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 3-24, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37574>. Acesso em: 25 jul. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008

GONÇALVES, A. C; ULIANA, E. C.; FRANÇA, F. F.; CORRÊA, M. S.; FALCÃO, R. T. A mediação da informação e o uso de ferramentas digitais pelo bibliotecário escolar: um relato de experiência da Rede de Bibliotecas Escolares do Município de Vitória-ES no período pandêmico. **Anais do 29º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação**, v. 1 n. 1 (2022). Disponível em <https://portal.febab.org.br/cbbd2022/article/view/2621/2485>. Acesso em 14 jun. 2024

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em 27 dez. 2023.

IFLA. Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar. 2. ed. rev. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em 22 dez. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. 11 set. 2020. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em 22 dez. 2023

KUHLTHAU, C. C. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. 303p.

KUHLTHAU, C. C. O papel da biblioteca escolar no processo de aprendizagem. In: VIANNA, Márcia Milton; CAMPELLO, Bernadete; MOURA, Victor Hugo Vieira. **Biblioteca escolar**: espaço de ação pedagógica. Belo Horizonte: EB/UFMG, 1999. p. 9-14.

LANZI, L. A. C.; VIDOTTI, S. A. B. G.; FERNEDA, E. **A Biblioteca Escolar e a Geração Nativos Digitais**: construindo novas relações [recurso eletrônico]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

LIMAS, R. F., CAMPELLO, B. S. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Bibl. Esc. em R.**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/113284>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão!**: do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MENDES, L; PORTO, M. P; FIORAVANTE, E.; EGGERT-STEINDELD, G. Conceito de Rede de Bibliotecas Escolares na Literatura Científica Brasileira: discussões e reflexões. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 423 – 449, jul./set. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44003>. Acesso em 15 nov. 2023.

MILANESI, L. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

NAÇÕES Unidas no Brasil. 4 Educação de Qualidade: assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. Brasil: ONUBR, 2105a. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>. Acesso em: 15 nov. 2023..

PEREIRA, G.; RODRIGUES SOBRINHO, P. N.; GIRELLI, R. T. As ações de implantação da Lei nº 12.244/2010 nos municípios da Grande Vitória/ES. **BiblioCanto**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 25–39, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/19810>. Acesso em: 15 nov. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSA, D. A. D. **Bibliotecas Públicas Brasileiras**: sob a perspectiva da memória e experiência. 2018. 278 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SALA, F.; OTTONICAR, S. L. C; CASTRO FILHO, C. M. Políticas Públicas, Bibliotecas Escolares e o Bibliotecário no Contexto da Indústria 4.0. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 430 – 455, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38271>. Acesso em 15 nov. 2023.

SALA, F.; CASTRO FILHO, C. M. de. Biblioteca escolar e as relações de trabalho colaborativo: mediação e apropriação cultural no ambiente educacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 16, p. 1–19, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1399>. Acesso em 15 nov. 2023.

SECCHI, L. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, W. C. **Miséria da biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: Corte, 1999.

SISTEMA de Gestão Escolar de Vitória

SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento **Biblos** (Rio Grande), 2018, Vol.31 (2), p.99-129. Disponível:<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817/5270>. Acesso em 10 dez. 2023.

UNESCO; IFLA. Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar. 2002. Disponível em <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em 22 dez. 2023.

VITÓRIA (ES). **Decreto nº 13.613 de 28 de novembro de 2007**. Estabelece a descrição das atribuições dos cargos do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Funcionários do Município de Vitória. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, 7 dez. 2007.

VITÓRIA (ES). **Lei nº 7.534 de 21 de julho de 2008**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do IX, art. 37 da Constituição Federal e do inciso IX, § 5º, do art. 31 da Lei Orgânica do Município de Vitória. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/es/v/vitoria/lei->

ordinaria/2008/754/7534/lei-ordinaria-n-7534-2008-dispoe-sobre-a-contratacao-por-tempo-determinado-para-atender-a-necessidade-temporaria-de-excepcional-interesse-publico-nos-termos-do-inciso-ix-art-37-da-constituicao-federal-e-do-inciso-ix-5-do-art-31-da-lei-organica-do-municipio-de-vitoria.

VITÓRIA (ES). **Portaria nº 028 de 31 de maio de 2022**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros aos Conselhos de Escola vinculados às Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória, para a aquisição de material de consumo, material permanente e contratação de serviços de terceiros. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, n. 1917, p.14. 02 jun. 2022. Disponível em <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXID95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRlrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2Q7FtJ0CePAFAUeXB85fskSsBiJ3iEW2feAKjZfDGHRC>.

VITÓRIA (ES). **Portaria nº 027 de 30 de maio de 2023**. Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros para os Conselhos de Escola vinculados às Unidades de Ensino da Rede Municipal de Vitória. Diário Oficial do Município de Vitória, Vitória, ES, n. 2126, p.24. 05 jun. 2023. Disponível em <https://diariooficial.vitoria.es.gov.br/ExibirArquivo.aspx?qs=nnmrXIDe5L4hR81FZwDXID95Q%2fWHOCtXgeCw%2fnRlrFMxQA7S5mwuf0RM3mOCPGtiwqKwtsQd8WTWmli6Dukj2Ua0vPCDAnRcgtcTwabY0iL93dakTqflKy%2fi6Sp3xvoB>

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicação Interna GFDE nº 109 de 06 de agosto de 2021**. Formação com Bibliotecários/as da Rede de Ensino de Vitória. Vitória: Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), 06 ago. 2021.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicação Interna GFDE nº 102 de 05 de abril de 2022**. Formação com Bibliotecários/as da Rede de Ensino de Vitória. Vitória: Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), 05 abr. 2022.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicação Interna GFDE nº 89 de 03 de abril de 2023**. Formação com Bibliotecários/as da Rede de Ensino de Vitória. Vitória: Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), 03 abr. 2023.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicação Interna SUBGP nº 061 de 29 de abril de 2022**. Dispõe sobre aquisição de acervo e equipamentos para as bibliotecas escolares. Vitória: Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), 29 abr. 2022.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Comunicação Interna SUBGP nº 022 de 19 de junho de 2023**. Dispõe sobre aquisição de acervo para as bibliotecas escolares. Vitória: Secretaria Municipal de Educação de Vitória (SEME), 19 jun. 2023.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Infantil de Vitória/ES**. Vitória: Secretaria de Educação de Vitória (SEME), 2020. Disponível em: <https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais>. Acesso em 15 nov. 2023.

VITÓRIA(ES). Secretaria Municipal de Educação. **Diretrizes das bibliotecas escolares da rede de ensino municipal de Vitória** [livro eletrônico]. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: <https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais>. Acesso em 15 nov. 2023.

VITÓRIA(ES). Secretaria Municipal de Educação. **Política de Formação Continuada para profissionais da educação da Rede de Ensino de Vitória**. Vitória, ES : Secretaria Municipal de Educação, 2018. Disponível em: <https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais>. Acesso em 15 nov. 2023.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Política do livro, da leitura e da biblioteca escolar** [livro eletrônico]. Vitória, ES: Secretaria Municipal de Educação, 2023. Disponível em: <https://aprendevix.edu.vitoria.es.gov.br/documentos-municipais>. Acesso em 15 nov. 2023.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Projeto de Formação para Bibliotecários GFDE 2021**. Vitória: Secretaria Municipal de Educação (SEME), 15 jul. 2021.

VITÓRIA (ES). Secretaria Municipal de Educação. **Projeto de Formação para Bibliotecários GFDE 2023**. Vitória: Secretaria Municipal de Educação (SEME), 10 fev. 2023.

VITÓRIA para todos: capital capixaba é exemplo no cumprimento da Lei Federal 12.244. **Boletim CRB-6** 23 Jan. 2023 Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/vitoria-para-todos-capital-capixaba-e-exemplo-no-cumprimento-da-lei-federal-12-244>. Acesso em 07 jun. 2024.

ANEXOS

ANEXO I – PRODUÇÃO ACADÊMICA E TÉCNICA



ANEXO II - CERTIFICADO DE FORMADOR/ORGANIZADOR



CERTIFICADO

Certificamos que **MARILUCE DE SOUZA CORREA** participou como FORMADOR(A) da Formação semipresencial Bibliotecas escolares da Rede de Ensino de Vitória: ações integradas para consolidação de Políticas Educacionais, realizada entre os dias 19 de Abril a 27 de Outubro de 2023, com carga horária de 40:00 horas.

Vitória, 29 de Novembro de 2023.

Juliana Rohner Vianna Toniati
Secretária de Educação

Truman José Vieira Júnior
Gerente de Formação e Desenvolvimento em Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ: 27.142.058/0001-26
Endereço: Rua Doutor Arlindo Sodré, 485 - Itararé, Vitória - ES, CEP: 29047-500 | TEL.: (27) 3135-1001

Para confirmar a autenticidade, aponte a câmera para o QR Code ou acesse:
<http://educacao.vitoria.es.gov.br/vicursos/ValidaCertificadoFm.aspx> e informe a chave: 03E4ADD07794F4BA7EF226F2B1083E88

BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE DE ENSINO DE VITÓRIA: AÇÕES INTEGRADAS PARA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS - 40:00 horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Sensibilização das Equipes: A Responsabilidade Social da Biblioteca Escolar
- Espaço da Biblioteca como território da Comunidade Escolar
- Gestão Colaborativa em Rede e o ambiente escolar
- Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória: análise de estratégias e fluxos
- Relatos de experiências da implementação da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar
- Análises dos avanços da aquisição de acervo, desbaste e descarte
- Sensibilização das Equipes, por meio da identificação de desafios da implementação da Política do Livro, da Leitura e da Biblioteca Escolar e das Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Pública Municipal de Ensino de Vitória
- Investigação sobre a responsabilidade social do bibliotecários escolar
- Investigação sobre a ideia de biblioteca escolar como território da comunidade e avaliação do processo de formação continuada

ANEXO III – PUBLICAÇÃO DE ARTIGO CIENTÍFICO

BIBLIOTECA ESCOLAR EM REVISTA
sozsa.com

ATUAL
ARQUIVOS
NOTÍCIAS
SOBRE

INÍCIO / ARQUIVOS / v. 9 n. 1 (2023)

v. 9 n. 1 (2023)

PUBLICADO: 2023-05-10

ARTIGOS

Biblioteca Escolar no contexto do Projeto Palavras Andantes: a importância da coletividade e de políticas públicas para a consolidação do leitor – um estudo em bibliotecas do sul do Brasil

Leonardo Montes Lopes, Renata Junqueira de Souza e-203812

 PDF

Origem e trajetória do Plano Nacional do Livro e do Material Didático e a relação com o desenvolvimento de formação de leitores

Cintia Chung Marques Corrêa, Fernanda Gonçalves Doro e-206554

 PDF

RELATO DE EXPERIÊNCIA

A construção de políticas públicas para as Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES: perspectivas e desafios

Mariluce de Souza Corrêa, Elaine Couto Uliana, Roberta Trindade Falcão, Andréa Carla Gonçalves, Fabiana Fernandes França, Daniele Achilles Dutra da Rosa e-215090

 PDF

ANEXO IV - PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

MINUTA DE PROJETO DE LEI xxx 2024

Dispõe sobre a criação da Política de Leitura e da Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Vitória.

A Câmara Municipal de Vitória, por meio de seus representantes legais, aprova:

Art. 1º Cria a *Política do Livro, da Leitura e das Bibliotecas Escolares* e a *Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Vitória*, com o objetivo de promover e incentivar a prática da leitura nas Unidades de Educação Municipal, como ferramenta fundamental para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Parágrafo único. O objetivo desta lei é instituir, para os estudantes da rede municipal de ensino de Vitória, ações educacionais voltadas ao incentivo à leitura, à formação de leitores e criar a Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema de Ensino Municipal, definindo a forma de atuação das bibliotecas nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Política de Leitura abrangerá todas as unidades educacionais que compõem a Rede Municipal de Ensino de Vitória.

Art. 3º A concepção de leitura deve conter:

I — Participação do leitor com o texto, estabelecendo opiniões e conhecimento sobre o assunto, criação de sentidos implícitos no texto, construção de inferências e relações com produção de significações;

II — Prática que considera a ampliação das capacidades de leitura das crianças e estudantes;

III — Autores e leitores como sujeitos situados por contextos históricos, ideológicos e culturais.

Art. 4º A Política de Leitura terá como diretrizes:

I — Estimular o hábito da leitura desde os primeiros anos de vida, por meio de atividades lúdicas e de interação com diversos tipos de materiais impressos e digitais;

II — Garantir o acesso democrático aos livros e outros recursos de leitura, promovendo a diversidade de gêneros e temas;

III — Integrar a leitura transversalmente ao currículo escolar, relacionando-a com diferentes áreas do conhecimento;

IV — Proporcionar formação continuada aos educadores, visando aprimorar suas práticas pedagógicas relacionadas à leitura;

V — Estabelecer parcerias com bibliotecas, livrarias, escritores locais e outros agentes culturais para enriquecer o acervo e promover atividades de incentivo à leitura;

VI — Criar espaços adequados e acolhedores nas escolas para a realização de atividades de leitura, como bibliotecas escolares e cantinhos de leitura;

VII — Incentivar a participação das famílias no processo de formação leitora dos estudantes, promovendo atividades e eventos que envolvam a comunidade escolar.

Art. 5º — Garantir o acesso aos diversos gêneros textuais para assegurar a excelência na formação do leitor.

Art. 6º — Considera-se os diversos suportes textuais nos registros dos discursos orais e escritos, no que se refere ao modo de ler os textos e na produção de sentido.

Capítulo 1

Educação Infantil

Art. 7º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 8º A prática da leitura na Educação Infantil deve ser concebida considerando a integralidade da criança e a perspectiva das diferentes linguagens.

Art. 9º Para garantir uma experiência enriquecedora de leitura na Educação Infantil, serão observadas as seguintes orientações que constam nas Diretrizes Curriculares da Educação infantil, documento da Secretaria de Educação:

I — Buscar uma abordagem integralizada, que reconheça a criança como um ser completo, contemplando suas dimensões física, emocional, social e cognitiva;

II — Evitar a hierarquização ou compartimentalização do conhecimento, proporcionando à criança a oportunidade de explorar livremente diferentes formas de expressão, sem hierarquias entre elas.

Art. 10º A prática da leitura deve ser encarada como um momento de prazer, capaz de promover a familiarização com as práticas sociais de leitura e escrita, e enriquecida pela sensibilidade e pelo diálogo, em ambientes culturais diversificados e estimulantes.

Art. 11º Aspectos que devem ser observados na proposta de leitura:

I — Contextualização das obras;

II — Promoção do prazer de ler por parte dos adultos que interagem com as crianças, incluindo a família;

III — Criação de ambientes de aprendizado que incentivem a leitura, como espaços de leitura aconchegantes, tendas para contar histórias, árvores de livros, entre outros;

IV — Seleção de livros e outros materiais textuais de qualidade.

Capítulo 2

Ensino Fundamental

Art. 12º A Política de Leitura tem por objetivo promover o desenvolvimento e a valorização da leitura como prática fundamental para o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes no Ensino Fundamental, compreendendo todas as áreas de conhecimento e componentes curriculares.

Art. 13º A Política de Leitura abrangerá todas as etapas e segmentos do Ensino Fundamental, visando à formação de leitores críticos, autônomos e reflexivos.

Art. 14º A leitura será estimulada e integrada em todas as áreas de conhecimento e disciplinas do currículo escolar, para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem.

Art. 15º A Política de Leitura priorizará a diversidade de gêneros textuais e literários, contemplando obras de diferentes épocas, culturas e estilos, para promover uma formação leitora ampla e plural.

Art. 16º Serão promovidas atividades e iniciativas que incentivem o hábito da leitura, tais como rodas de leitura, clubes do livro, tertúlias, concursos literários, palestras com autores, entre outras.

Art. 17º A leitura no Ensino Fundamental tem por objetivo formar sujeitos leitores com as seguintes finalidades, segundo as Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos, documento da Secretaria de Educação:

I — Contribuir para o reconhecimento da diversidade de textos, linguagens e saberes como expressões legítimas de pensamento, sentimento e experiência no mundo, além de contribuir para a construção de conhecimento, levando os estudantes a compreenderem o contexto e a historicidade das práticas de linguagem;

II — Favorecer o desenvolvimento de indivíduos críticos, de cidadãos participativos com identidades politizadas, por meio de uma abordagem discursiva de

linguagem, compreendendo a construção de sentidos como um processo complexo e dialógico.

Art. 18º No âmbito do ensino de Jovens e Adultos e no atendimento aos estudantes com deficiência temos:

§ 1º — A modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos pautada na educação popular e na valorização dos diversos sujeitos do processo educativo, deve incorporar as experiências individuais dos estudantes na construção de significados durante a leitura e escrita, visando empoderá-los para transformar sua própria realidade.

§ 2º — Na perspectiva de educação inclusiva, é fundamental assegurar todas as condições de acessibilidades necessárias para atender às particularidades das deficiências, independentemente de suas especificidades.

Art. 19º As escolas deverão disponibilizar espaços adequados para a leitura, como bibliotecas, cantinhos de leitura ou outras áreas, garantindo o acesso dos estudantes a um ambiente propício para o contato com os livros e materiais de leitura.

Art. 20º O planejamento pedagógico das escolas deverá contemplar ações específicas para o desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação de textos, consoante às necessidades e características de cada turma.

Capítulo 3

Biblioteca Escolar

Art. 21º É considerada Biblioteca Escolar, o equipamento que promova ações que apoiem o processo educativo e auxiliem o desenvolvimento cultural e educacional dos estudantes, com os seguintes objetivos:

I — Possibilitar o acesso dos usuários/estudantes aos livros, à informação e as novas tecnologias de informação para estimular a leitura e escrita, nos variados suportes;

II — Incentivar e orientar as pesquisas escolares necessárias ao aprendizado, no intuito de promover competências informacionais que contribuam para o aprendizado contínuo;

III — Desenvolver e manter o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, e utilização das bibliotecas ao longo da vida;

IV — Proporcionar oportunidades de produção e utilização de informação para o conhecimento, compreensão, imaginação e divertimento, tornando-se um espaço de encontro, lazer e estudo;

V — Apoiar os estudantes na aprendizagem e prática de capacidades de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza, suporte ou meio, atentando aos modos de comunicação de cada comunidade;

VI — Promover a leitura e os recursos e serviços da biblioteca escolar junto a comunidade escolar;

VII — Apoiar e promover os objetivos educativos delineados, conforme as finalidades, currículos e programas de ensino da escola.

Art. 22º As Escolas Municipais de Ensino Fundamental são obrigadas a possuir um espaço destinado à biblioteca escolar, a fim de garantir um ambiente formal de leitura e acesso ao livro para os estudantes e a comunidade escolar, conforme especificações orientadas pelas Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino de Vitória, documento da Secretaria de Educação.

Art. 23º Cada biblioteca da Rede Municipal de Ensino de Vitória deve ser administrada, no mínimo, por um(a) bibliotecário(a), conforme disposto na legislação pertinente, garantindo que esse profissional ingresse por meio de concurso público para cargo efetivo na Rede Municipal de Educação.

Art. 24º Será destinada uma verba anual específica para cada biblioteca escolar da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares, visando à atualização e manutenção do acervo. O valor será calculado de acordo com o quantitativo de estudantes matriculados por escola, correspondente a 10% dos recursos financeiros

municipais anuais repassados ao Conselho de Escola, por estudante, conforme estabelecido no orçamento municipal.

Parágrafo Único. É vedada a implantação de biblioteca escolar sem a observância da estrutura orgânica mínima.

Capítulo 4

Rede de Bibliotecas Escolares

Art. 25º Estabelece a criação da *Rede de Bibliotecas Escolares* no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Vitória, com base na Lei Federal nº 12.244, de 24 de maio de 2010, e suas alterações contidas na Lei Federal nº 14.837, de 8 de abril de 2024, conforme as seguintes determinações:

I — Todas as bibliotecas das Escolas Municipais de Ensino Fundamental do Município funcionarão interligadas, tendo como princípio de atividades o trabalho colaborativo e descentralizado dos bibliotecários;

II — A Rede de Bibliotecas Escolares atuará consoante as Diretrizes das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino do Município de Vitória, estabelecidas pelo órgão gestor da educação;

III — O gerenciamento da Rede de Bibliotecas será de responsabilidade de um bibliotecário estatutário, que exercerá função gratificada no âmbito da Secretaria de Educação, com as atribuições de coordenar, orientar e acompanhar as ações das bibliotecas escolares;

IV — A rede deve possuir uma política de acervo para as bibliotecas escolares que contemple ações de organização, guarda, preservação e ampliação.

V — A Rede deve promover atividades de treinamento e qualificação de recursos humanos para o adequado funcionamento das bibliotecas escolares;

VI — O acervo das bibliotecas será interligado por meio de sistema de gerenciamento automático de acervo, que deve ser mantido atualizado de acordo com quantitativo real de itens físicos presentes em cada unidade;

VII — A dotação orçamentária para a Rede de Bibliotecas Escolares está vinculada ao quantitativo de estudantes matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, considerando-se o repasse mínimo no valor de 10% dos recursos financeiros municipais anuais repassados ao Conselho de Escola, por estudante.

VIII — O recurso da Rede de Bibliotecas Escolares será destinado para:

— manutenção do contrato com a empresa fornecedora do software de gerenciamento de acervo;

— realização dos eventos da Rede de Bibliotecas Escolares, como culminâncias de projetos desenvolvidos nas bibliotecas escolares, feiras literárias e programações culturais de incentivo à leitura;

— realização de fóruns, congressos e seminários destinados aos bibliotecários da Rede;

— demais atividades relacionadas ao incentivo ao uso e promoção das bibliotecas escolares.

Art 26º A implementação e o acompanhamento da *Política do Livro, da Leitura e das Bibliotecas Escolares* e da *Rede de Bibliotecas Escolares do Sistema Municipal de Ensino de Vitória* serão de responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as escolas e demais órgãos competentes.

Art. 29º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vitória, 18 de julho de 2024.

Assinatura do Prefeito

Assinatura do Presidente da Câmara Municipal de Vitória